JESUS CRISTO NOSSO SALVADOR

Iniciação à Cristologia



Vicente Ferrer Barriendos

DIEL

Este livro de Iniciação à Cristologia tem a finalidade de facilitar a um amplo círculo de pessoas um maior conhecimento da maravilhosa riqueza e profundidade insondável do mistério de Cristo (cf. Flp 3,8; Ef 3,8).

Por ser teologia, este manual quer ser um pouco mais profundo e explicativo que uma simples catequese. Tem o método e a estrutura de um tratado teológico sistemático, assim como a terminologia própria, que procurámos explicar com simplicidade. Por este motivo também se incluiram citações e referências da Sagrada Escritura, assim como muitas outras do Magistério da Igreja e algumas de São Tomás de Aquino e, naturalmente, Catecismo da Igreja Católica que sintetiza com precisão e autoridade os diferentes temas.

VICENTE FERRER BARRIENDOS

JESUS CRISTO NOSSO SALVADOR

Iniciação à Cristologia

FICHA TÉCNICA:

© 2005 by VICENTE FERRER BARRIENDOS

Título:	JESUS CRISTO NOSSO SALVADOR Iniciação à Cristologia
Autor:	Vicente Ferrer Barriendos
Tradução:	António Mexia Alves
Ilustração:	Vera David
Paginação:	Scatti Design, Lda. www.scattidesign.com
Edição:	DIEL – L[DA] Av. Almirante Reis, 142 - 1º d – 1150 - 023 Lisboa Tef.: 21 352 2083 www.dielnet.com dielnet@gmail.com
Impressão:	Book Print Digital S.A.
Depósito Legal:	B. 33.324-2008
ISBN:	978-972-8941-24-6

RELAÇÃO DE ABREVIATURAS

Sagrada Escritura

Am	Amós
Ap	Apocalipse
Col	Epístola aos Colossenses
1 Cor	Primeira Epístola aos Coríntios
2 Cor	Segunda Epístola aos Coríntios
1 Cro	Livro I da Crónicas ou Paralipómenos
2 Cro	Livro II das Crónicas ou Paralipómenos
Dan	Daniel
Dt	Deuteronómio
Ef	Epístola aos Efésios
Ex	Êxodo
Ez	Ezequiel

Flp	Epístola aos Filipenses
Gal	Epístola aos Gálatas
Gen	Génesis
Act	Actos dos Apóstolos
Heb	Epístola aos Hebreus
Is	Isaías
Jb	Job
Jer	Jeremias
Jo	Evangelho de São João
1 Jo	Primeira Epístola de São João
2 Jo	Segunda Epístola de São João
3 Jo	Terceira Epístola de São João
Lc	Evangelho de São Lucas
Lv	Levítico
Mal	Malaquias
Mc	Evangelho de São Marcos
Miq	Miqueias
Mt	Evangelho de São Mateus
Os	Oseias
1 Pd	Primeira Epístola de São Pedro
2 Pd	Segunda Epístola de São Pedro
Qo	Livro de Qohélet (Eclesiastes)

1 Re	Livro I dos Reis
2 Re	Livro II dos Reis
Rom	Epístola aos Romanos
Sab	Livro da Sabedoria
Sal	Salmos
1 Sam	Livro I de Samuel
2 Sam	Livro II de Samuel
Tg	Epístola de São Tiago
Sir	Livro de Bem Sirá (Eclesiástico)
1 Tes	Primeira Epístola aos Tessalonicenses
2 Tes	Segunda Epístola aos Tessalonicenses
1 Tim	Primeira Epístola a Timóteo
1 Tim	Segunda Epístola a Timóteo
Tit	Epístola a Tito
Zc	Zacarias

Outras siglas

a.	Artigo
Cap.	Capítulo
CIC	Catecismo da Igreja Católica
cf.	Confira-se
Conc.	Concílio
Congr.	Congregação

Decl.	Declaração
DS	Enchiridion Symbolorum de Denzinguer-Schönmetzer
DV	Constituição Dogmática Dei Verbum do Concílio Vaticano II
Enc.	Encíclica
GS	Constituição dogmática Gaudium et spes do Concílio Vaticano II
LG	Constituição dogmática Lumen gentium do Concílio Vaticano II
p. / pp.	Página / páginas
p. ex.	Por exemplo
q.	Questão
s. / ss.	Seguinte / seguintes
S. Th.	Summa Theologiae de São Tomás de Aquino
t.	Tomo

PRÓLOGO

«Que procures a Cristo: Que encontres a Cristo: Que ames a Cristo».[1] Este santo e experiente conselho marca todo um itinerário de vida espiritual que nos conduz até à união e identificação com Jesus Cristo.

A primeira etapa desse itinerário corresponde à aspiração de fé viva que o salmista expressa: «Senhor, procuro o Teu rosto» (Sal 27/26,8). Para isso, é necessário em primeiro lugar a leitura assídua da Sagrada Escritura, assim como contemplar, na intimidade do nosso coração, todos os actos e palavras do Senhor, tal como fazia Maria Santíssima. E é indubitável que a leitura de outras obras adequadas pode também servir-nos de grande ajuda.

Pois bem, este livro de iniciação à Cristologia integra-se nesta tarefa e tem a finalidade de facilitar a um amplo círculo de pessoas um maior conhecimento da maravi-

---

[1] S. JOSEMARIA ESCRIVÁ, *Caminho*, 382.

lhosa riqueza e profundidade insondável do mistério de Cristo (cf. Flp 3,8; Ef 3,8).

Por ser teologia, este manual quer ser um pouco mais profundo e explicativo que uma simples catequese. Tem o método e a estrutura de um tratado teológico sistemático, assim como a terminologia própria, que procurámos explicar com simplicidade. Por este motivo também se incluíram citações e referências da Sagrada Escritura, assim como muitas outras do Magistério da Igreja e algumas de São Tomás de Aquino, a quem o Concílio Vaticano II recomenda como guia nestes estudos[2]. E, naturalmente, cita-se com frequência o Catecismo da Igreja Católica que sintetiza com precisão e autoridade os diferentes temas.

E por ser só uma iniciação, este livro é necessariamente breve. Por este motivo omitiram-se alguns temas que pareceram mais secundários, assim como se evitou, na medida do possível, incluir nomes, opiniões e citações de outros diversos autores.

Desta forma, como se trata de um texto teológico conciso e resumido, e não de uma obra histórica ou ascética, requer do leitor um certo esforço de estudo detido e atento.

Que a Virgem Santíssima faça com que este livro sirva para «crescer no conhecimento de Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo», como nos propõe São Pedro (2 Pd 3,18), e que nos estimule a percorrer as etapas seguintes da vida cristã de modo a chegarmos a um encontro pessoal com o nosso Salvador, participemos da sua obra salvífica

[2] Cf. CONC. VATICANO II, *Optatam totius*, 16.

e O sirvamos na extensão do seu Reino na terra, tornando, todos os homens participantes da redenção salvadora. Assim, contribuiremos para transformar o mundo e a história de acordo com a amável vontade de Deus.

Capítulo I

INTRODUÇÃO: A CRISTOLOGIA, CIÊNCIA TEOLÓGICA ACERCA DE JESUS CRISTO

O tratado teológico sobre Jesus Cristo

O objecto da cristologia

A cristologia é uma parte da teologia que trata de Cristo. Estuda Jesus Cristo em si mesmo – o mistério da sua pessoa, como Deus e homem verdadeiro que viveu numas determinadas condições históricas –, e Jesus na economia da salvação – como Messias, Redentor e nosso Salvador -, tal como nos propõe da fé da Igreja.

O objecto da nossa fé sobre Cristo, que é, por sua vez, o objecto da cristologia, não é uma fórmula vazia, nem

uma ideologia determinada, mas uma realidade concreta que podemos declarar assim: «Nós cremos e confessamos que Jesus de Nazaré, judeu nascido duma filha de Israel, em Belém no tempo do rei Herodes o Grande e do imperador César Augusto, carpinteiro de profissão, morto crucificado em Jerusalém, sob o procurador Pôncio Pilatos, no reinado do imperador Tibério, é o Filho eterno de Deus feito homem; que Ele'saiu de Deus' (Jo 13,3), 'desceu do céu' (Jo 3,13; 6,33), 'veio na carne' (1 Jo 4,2), porque 'o verbo fez-se carne (...) e vimos a sua glória, glória que Lhe vem do Pai como Filho unigénito, cheio de graça e de verdade (...) Na verdade, foi da sua plenitude que todos nós recebemos, graça sobre graça' (Jo 1,14.16).[3]

O mistério de Cristo

Sabemos que «o mistério da Santíssima Trindade é o mistério central da fé e da vida cristã. É o mistério de Deus em si mesmo. É, portanto, a fonte de todos os outros mistérios da fé; e a luz que os ilumina»[4] A fé da Igreja resume-se no mistério da Santíssima Trindade em si mesma, e no mistério do «desígnio benevolente da sua vontade» (Ef 1,9) acerca da salvação de todos os homens.

E todo este desígnio divino da nossa salvação centra-se em Cristo: O Pai realiza o «mistério da sua vontade» (Ef 1,9) enviando o seu Filho amado para a salvação de

---

[3] CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA (CIC), 423.

[4] CIC, 234.

todo o mundo, e por meio d'Ele, comunicando-nos o seu Espírito. Este admirável desígnio divino é o «mistério que estava escondido em Deus desde séculos» (Ef 3,9), e que se revelou e se realiza na história por meio de Jesus Cristo.

A realização deste plano da benevolência divina da salvação dos homens é designada no Novo Testamento como «o mistério de Cristo», pois Ele é o seu centro (cf. Ef 3,1 – 12). Assim pois, pode dizer-se que *o mistério de Cristo que se refere à sua pessoa e à sua obra de salvação*, reúne e resume todos os artigos da fé: os que se referem à Trindade, pois Ele é Deus, o Filho do Pai, e nos revela a Trindade; e os que se referem aos desígnios e obras de Deus, pois Ele realizou o plano da sua vontade salvífica.

A fé e a razão humana ante o mistério de Cristo

Necessidade da fé para conhecer Cristo

Ao falar do mistério de Cristo, estamos a afirmar que n'Ele há uma realidade oculta e divina que nos transcende, e que nele também há uma realidade visível, sinal desta realidade oculta, que ao mesmo tempo a encobre, e que é a sua presença física entre os homens e a sua actuação na história.

Mediante os métodos próprios da história, podemos chegar a conhecer cada vez melhor a realidade visível da vida de Jesus. Mas unicamente mediante a revelação divina e a fé podemos transcender o exterior e chegar a

conhecer quem é Ele verdadeiramente, já que «ninguém conhece o Filho senão o Pai» (Mt 11,27), e, como Ele mesmo dizia: «Ninguém pode vir a mim se não o atrair o Pai que me enviou» (Jo 6,44).

Vejamo-lo no episódio que nos narra São Mateus, testemunha deste acontecimento: «Vindo Jesus à região de Cesareia de Filipe, perguntou aos discípulos: Quem dizem os homens que é o Filho do homem? Eles responderam: uns, que João Baptista, outros, que Elias, outros, que Jeremias ou algum dos profetas» (Mt 16,13-14). São diversas opiniões ante a figura de Cristo e as suas admiráveis obras: «É um homem de Deus». Esta é uma resposta humana, uma conclusão a que chega a razão dos homens.

Mas Jesus continua a perguntar: «E vós, quem dizeis que eu sou?». E Pedro responde: «Tu és o Messias, o Filho de Deus vivo». E Jesus acrescenta: «bem-aventurado és, Simão, filho de João, porque não foi a carne e o sangue que te revelavam, mas meu Pai que está nos céus». (Mt 16,15-17). Essa confissão não era fruto de uma dedução de Pedro a partir do seu conhecimento natural mas um dom e revelação de Deus; não é uma resposta humana, mas uma resposta de Deus Pai que declara a verdade e a realidade de Jesus muito acima da opinião dos homens.

Assim pois, não é suficiente considerar Jesus como um personagem digno de interesse histórico, teológico, espiritual ou social; nem considerá-lo, inclusive, como o ideal humano de uma religiosidade sincera e profunda, o do amor aos outros, ou de uma profunda sabedoria moral. É necessário ver Jesus com os olhos da fé para o conhecer verdadeiramente e confessar como Pedro: «Tu és o Messias, o Filho de Deus vivo».

O papel da razão ante o mistério de Cristo

A nossa fé tem uma base real e histórica: parte integrante da nossa fé são os acontecimentos históricos do nascimento de Cristo, da sua vida e da sua actividade neste mundo, da sua Morte e da sua Ressurreição, etc. Jesus Cristo, que é o objecto da fé da Igreja, não é um mito: é um homem que viveu num contexto histórico concreto, e os acontecimentos da sua existência são reais e comprováveis.

Por isso, ainda que a razão humana não possa, só com a suas forças, chegar a conhecer os mistérios de Deus, nem pode chegar a compreender Cristo, todavia, desempenha uma função importante no conhecimento de muitas coisas da vida histórica do Senhor.

Precisamente o Novo Testamento está escrito como uma narração do que realmente aconteceu e foi ensinado por Jesus (cf. Lc 1,1-4), certamente com o fim de suscitar a fé (cf. Jo 20,21), mas sem que essa finalidade retire alguma coisa ao carácter real e histórico. Com efeito, os apóstolos apresentam-se como testemunhas destes acontecimentos.

Mais ainda, conhecimento da vida de Cristo que a razão humana pode aportar facilita a fé, pois as suas obras dão testemunho d'Ele (cf. Jo 10,25), são o selo da missão divina, e fazem ver que a fé é razoável e não um movimento cego do espírito.

A chamada «questão histórica» sobre Jesus Cristo e a pretendida distinção entre o Jesus da história e o Cristo da fé.

A procura do «Jesus da história» com um método exclusivamente racional

Nos últimos séculos levantou-se a questão do «acesso a Jesus», isto é, a investigação do que se pode conhecer com certeza acerca do «Jesus da história», empregando uma metodologia puramente histórica ou literária, sem ter presente o dogma nem a Tradição da Igreja, sem ter em conta «o Cristo da Fé».

A crítica histórica. Desde finais do século XVIII, no ambiente da *Ilustração*, surge a procura que tenta reconstruir a vida de Jesus utilizando uma metodologia histórica que só admite como verosímil o que tem uma explicação racional, e prescinde do demais como irreal. Para estes racionalistas, o Senhor foi um simples homem, desprovido de toda a roupagem divina, e de quem há que desprezar, como mito, tudo o que é miraculoso. Portanto, para eles, os Evangelhos não gozariam de nenhuma fiabilidade e não se deveriam ter em conta para estabelecer uma história que quer ser «crítica», puramente racional: esta história terá que basear-se em fontes externas.

Pouco depois, ao longo de todo o século XIX, também o *protestantismo liberal* tentou chegar pela crítica histórica à verdadeira figura de Jesus, que viam como o homem perfeito, mas só homem. Pretendendo fundar a fé

na história, seguiu o mesmo caminho de contar unicamente com a razão e a ciência histórica positiva, prescindido dos testemunhos do Novo Testamento e da Tradição da Igreja.

Depois de um século de procura histórico-crítica à margem dos Evangelhos, tanto por parte dos ilustrados como pelos protestantes liberais, os resultados não foram muito satisfatórios: podiam-se conhecer muito poucas coisas do «Jesus histórico».

A crítica histórico-literária. Na primeira metade do século XX, Rudolph Bultmann afirma que já que a história não nos leva à fé em Cristo, é preciso ir directamente à fé n'Ele, ao que os primeiros discípulos acreditavam. Ora bem, segundo este autor, a fé dos começos, baseada nalguns elementos históricos, foi crescendo e desenvolvendo-se segundo um processo de mitificação da figura de Jesus, e foi expressando-se de acordo com a cultura do seu tempo. Estas crenças vão reflectir-se posteriormente, nos Evangelhos que, por isso, não podem constituir uma base sólida para fazer uma reconstrução histórica de Jesus, pois – diz ele – existe um salto e uma descontinuidade entre o Jesus histórico e o que os primeiros cristãos pensavam d'Ele.

Só poderemos chegar a conhecer como era o núcleo histórico original da tradição sobre Jesus estudando as sucessivas formas de expressão que essas crenças iam tendo até chegar à recensão dos Evangelhos: portanto, é necessário estudar *a história das formas literárias dos Evangelhos*, a história dos diferentes documentos que deram lugar aos Evangelhos, situando-as na moldura

vital que as explicam. E depois ter-se-á que desandar, desmistificar, o caminho que essa fé teria supostamente percorrido. Os resultados desta «história das formas» foram desoladores: também aqui não podemos conhecer, com certeza crítica, quase nada da vida de Jesus.

Desde a metade do século XX, diversos autores corrigiram o método da «história das formas» empregando novos recursos da linguística, mantendo, no entanto, os seus pressupostos fundamentais. Os critérios linguísticos empregados foram vários, e os resultados foram em parte positivos, na medida em que conseguem provar que determinados factos ou palavras que os Evangelhos nos transmitem são, com certeza, atribuíveis ao Jesus da história. Mas os resultados são escassos e divergentes, pois seleccionam e aceitam só determinados ditos e factos de Jesus, ao mesmo tempo que deixam outros no esquecimento.

As conclusões de todas estas tentativas críticas originam diversas reconstruções da figura de Jesus, de quem apresentaram diferentes «imagens» segundo os diferentes pontos de vista prévios: uns imaginam um *Jesus judeu de grande religiosidade* (no seu pensamento e cultura); outros, um *Jesus taumaturgo* (curandeiro, mago ou exorcista); outros, um *Jesus mestre* (rabi ou sábio; humanista ou mestre de moral); outros apresentam um *Jesus revolucionário* (promotor de uma revolução social não violenta, ou vítima romântica da conflitualidade política); outros, um *Jesus profeta escatológico*; etc.

Crítica dos pressupostos racionalistas da distinção entre o Jesus da história e o Cristo da fé

O preconceito racionalista atribui, por princípio, o carácter real e histórico aos acontecimentos que têm uma explicação racional, e exclui como impossívl que Jesus Cristo seja Deus e a realidade dos milagres. Esta atitude não só é antidogmática como se torna também incompatível com a sincera procura da verdade que deve caracterizar qualquer cientista.

Com o mesmo *a priori* racionalista também não se admite a inspiração divina da Escritura, nem a veracidade dos Evangelhos. Estes preconceitos não só negam a fé da Igreja sobre estes pontos, como ainda se opõem à índole evidentemente histórica e testemunhal que os escritos do Novo Testamento mostram.[5]

Os critérios de selecção que utilizam para aceitar a historicidade das palavras ou acontecimentos evangélicos são em grande parte subjectivos, como o demonstra a multiplicidade de «imagens de Cristo que propõem».

Segundo esta posição, a fé e a história seriam dois caminhos diferentes e separados; o que foi pregado pelos apóstolos e transmitido nos Evangelhos não teria corres-

---

[5] Cf. 2 Pd 1, 16; 1 Jo 1,1-3. Ainda que os hagiógrafos tenham um papel importante na redacção desses livros (escolhendo algumas das coisas que já se transmitiam por palavra ou por escrito, resumindo outras, ordenando-as segundo diferentes critérios, ou explicando o seu sentido), preocuparam-se sobretudo em transmitir fielmente o que eles próprios (Mateus e João) tinham visto e ouvido, ou o que ensinaram outras testemunhas oculares (cf. Lc 1,1-4). De modo que os Evangelhos nos «comunicam fielmente o que Jesus, Filho de Deus, vivendo entre os homens, fez e ensinou realmente para a salvação deles, até ao dia em que foi levantado ao céu (...) Comunicam-nos a verdade sincera acerca de Jesus». DV, 19.

pondência com a realidade de Jesus; a nossa fé não teria um apoio firme real e histórico, mas seria fundamentalmente subjectiva: considerar o que Cristo é para mim e não tanto o que realmente é. Por isso: a distinção entre o «Jesus histórico» e o «Cristo da fé» é uma distinção de graves consequências: com toda a razão o Magistério da Igreja a reprovou.

Concretamente, já a Igreja primitiva defendeu abertamente a unidade existente entre o que hoje chamamos o Jesus da história e o Cristo da fé: o pr´pprio nome de «Jesus Cristo», com que o denominaram desde os começos, confessa que «Jesus», o histórico, é o «Cristo», o da fé. E mais, principal atitude da primeira tradição cristã é a de conservar fielmente a recordação das palavras e obras de Jesus.

O método teológico

O ponto de partida e fontes da cristologia

A teologia é a ciência acerca de Deus, enquanto o conhecemos pela fé mediante a luz da revelação. É um conhecimento que se baseia na fé e que, ao mesmo tempo, é uma ciência, um esforço racional para entender mais profundamente os mistérios revelados. É «a fé que procura entender, como dizia Santo Anselmo: é o conhecimento que surge da fé que procura uma maior compreensão dos mistérios revelados.

Por isso, *o ponto de partida da cristologia é a fé* e não o que uma investigação histórica sobre Jesus nos pode

fornecer. Só a fé pode franquear o mistério da imagem humana de Cristo e dar-nos a realidade do Salvador.

As fontes da cristologia são as mesmas da fé e de todo o tratado teológico: a palavra escrita de Deus e a sagrada Tradição. E estas fontes estão garantidas pelo Magistério da Igreja: sabemos que «o ofício de interpretar autenticamente a palavra de Deus escrita ou transmitida foi confiado unicamente ao Magistério vivo da Igreja, cuja autoridade se exerce em nome de Jesus Cristo.[6]

No fundo, a Igreja viva é o lugar da fé em Cristo. Por isso a teologia há-de tomar o seu conteúdo da revelação, interpretada à luz dos ensinamentos dos Padres e Doutores da Igreja, da Liturgia, da fé e piedade popular; numa palavra, da Tradição viva da Igreja sustentada pelo Espírito Santo que nos «guia para a verdade completa» (Jo 16,13). Verdade que encontramos expressa e sintetizada especialmente nos símbolos da fé e no magistério da Igreja.

O recto uso dos métodos histórico-críticos ou literários

As ciências humanas – a história, a arqueologia, a filosofia, etc. – são proveitosas para nos aproximarmos da realidade histórica de Jesus e da composição dos Evangelhos; para conhecer melhor as condições históricas da cultura do seu ambiente, os «géneros literários» que se empregavam ao escrever, as formas de falar naquela época, etc.

---

[6] DV, 10.

Estas ciências aplicadas à pessoa e à obra de Jesus são legítimas e têm o seu valor, sempre que se apliquem de modo científico e com rectidão, e não estejam viciadas por ideias filosóficas determinadas. Para que estas investigações sejam rectas, ainda que diferentes da fé, não se devem separar nunca dela: como a humanidade de Jesus Cristo é diferente da sua divindade mas inseparável dela. Com efeito, o Jesus que a história investiga não é um simples homem, mas sim o filho de Deus.

Estrutura deste manual

Este manual sobre o mistério de Cristo está estruturado em duas partes: o estudo da pessoa de Jesus Cristo e da sua obra salvífica; já que «não possível separar em Cristo o seu ser de Deus-Homem e a sua função de Redentor. O Verbo fez-se carne e veio à terra *ut omnes homines salvi fiant* (cf. 1 Tim 2,4), para salvar todos os homens».[7]

Na primeira parte estuda-se a pessoa do Redentor. Para isso, começamos por ver a vinda do Filho de Deus ao mundo dentro da economia divina da salvação. Consideramos depois a realidade da Encarnação: o Verbo, sendo Deus, faz-se verdadeiramente homem. Em seguida tentamos explicar, dentro do possível, o mistério da unidade de Cristo. E, por último, estudamos diferentes aspectos da autêntica humanidade que assumiu.

Na segunda parte tratamos da obra do Redentor. Para isso, começamos por explicar o que é a redenção.

---

7 S. JOSEMARIA ESCRIVÁ, *Cristo que passa*, 106.

Consideramos depois porquê a obra de Cristo pode alcançar-nos a nós: porque Ele é o novo Adão, a Cabeça da linhagem humana e o Mediador entre Deus e os homens. Seguidamente, estudamos os mistérios – os actos – da vida de Cristo com que nos salva: primeiro, os mistérios da sua vida terrena, particularmente a sua Paixão e Morte, e depois os mistérios da sua vida gloriosa. E terminamos vendo os frutos da obra redentora de Cristo nos homens.

PRIMEIRA PARTE

A PESSOA DE JESUS CRISTO

Capítulo II

A VINDA DO FILHO DE DEUS NA ECONOMIA DIVINA DA SALVAÇÃO

Para que veio o Filho de Deus ao mundo?

Para que quis Deus a Encarnação do seu Filho? A que o destinou? Que finalidade tem? Para responder a estas perguntas não há outro caminho senão recorrer ao que o próprio Deus nos manifestou sobre os desígnios da sua vontade soberana. Portanto, vejamos o que nos diz a revelação.

O Filho de Deus veio a mundo para salvar os homens

O fim da Encarnação é a salvação dos homens. Assim se manifesta com clareza a Sagrada Escritura: o Filho de Deus veio «para que o mundo se salve por Ele» (Jo 3,17), «para ser Salvador do mundo» (1 Jo 4,14).

Isto é o que a Igreja confessa no Credo Niceno--Constatinopolitano: o Filho de Deus «por nós homens e pela nossa salvação desceu do céu, e por obra do Espírito Santo encarnou de Maria Virgem e se fez homem».

Assim pois, este é o amoroso desígnio divino: Deus, que «quer que todos os homens se salvem» (1 Tim 2,5), decidiu que o seu Filho encarnasse para que, feito homem, fosse a causa da nossa salvação (cf. Heb 5,9).

Para entender um pouco melhor este desígnio divino, convém recordar que, depois do pecado original, a natureza humana estava privada da vida divina e muito prejudicada na sua condição: era preciso curá-la, repará-la, e comunicar-lhe a vida de Deus que tinha perdido. O homem precisava de ser salvo.

A salvação do homem, a libertação do mal, segundo o desígnio divino, compreende dois aspectos unidos: a libertação do pecado e a comunicação da vida divina. Estes dois aspectos são igualmente assinalados pela revelação e pela Tradição da Igreja como fins da vinda do Filho de Deus ao mundo. Vejamos:

O Filho de Deus encarnou para nos libertar do pecado. Assim o afirma a Sagrada Escritura: «Deus amou-nos e enviou-nos o seu Filho como propiciação pelos nossos pecados» (1 Jo 4,10); ou ainda, «Cristo Jesus veio ao

mundo para salvar os pecadores» (1 Tim 1,15); ou ainda, «O Filho do Homem veio procurar e salvar o que estava perdido» (Lc 19,10).

Por isso, a Tradição e o Magistério da Igreja ensinam que o Verbo se fez homem para «libertar o homem do pecado mediante os mistérios da sua carne»»[8]

O filho de Deus encarnou-se para nos conseguir a vida eterna. Assim se exprime a revelação: Deus enviou o seu Filho ao mundo para que este «não pereça, mas que tenha a vida eterna» (Jo 3,16). Ou, com outras formas equivalentes: «para fazer-nos partícipes da natureza divina» (2 Pd 1,4), ou «para que recebêssemos a adopção de filhos» (Gal 4,5).

E a Tradição afirma: «Pois foi por essa razão que o Verbo se fez homem, e o Filho de Deus Se fez Filho do Homem: foi para que o homem, entrando em comunhão com o Verbo e recebendo assim a adopção divina, se tornasse filho de Deus»[9]. O Verbo encarnou para nos conseguir a vida eterna, plenamente no céu e agora já pela graça.

Há outras razões para a sua vinda ao mundo, mas todas elas estão compreendidas na salvação dos homens ou a ela se ordenam

Deus Pai, segundo a sua imensa benevolência, quis, além disso, facultar-nos através da Encarnação de seu

---

[8] LG. 55; entre muitos outros testemunhos.

[9] S. IRENEU, *Adversus haereses*, 3.19.1. Cf. CCE, 460.

Filho todos os meios para que melhor e mais convenientemente pudéssemos alcançar a salvação. Por isso, à vinda do Filho de Deus ao mundo se podem atribuir muitos outros bens ou fins que estão compreendidos nessa finalidade principal, ou a ela se ordenam[10]. Por exemplo:

O Verbo divino veio comunicar-nos pessoalmente a verdade, revelar-nos em si mesmo a Deus. Ele diz-nos: «Vim a este mundo para dar testemunho da verdade» (Jo 18,37). Ele é o Mediador e a plenitude da revelação divina: é o Mestre que nos revela Deus, e Ele é a própria Verdade (cf. Jo 14,6).

Veio fortalecer a nossa esperança e mover-nos ao amor de Deus, pois a própria Encarnação manifesta o imenso amor que Deus nos tem. «Nisto se manifestou o amor que Deus nos tem: em que Deus enviou ao mundo o seu Filho unigénito para que por meio d'Ele tenhamos a Vida» (1 Jo 4,9).

Veio para que de modo visível tenhamos n'Ele exemplo de vida e modelo de santidade. O próprio Jesus nos diz: «Aprendei de mim» (Mt 11,29). «Ele é, com efeito, o modelo das bem-aventuranças e a norma da nova lei»[11]

---

[10] Cf. S. TOMÁS DE AQUINO, *Summa theologiae*, (*S. Th.*) III,1,2.

[11] CIC, 459.

A salvação é obra da misericórdia divina e dom de Deus.

O homem, só com as suas forças naturais, não pode alcançar a salvação.

A revelação diz-nos que, depois do pecado original, todos os homens, judeus e gentios, tinham ficado privados da glória de Deus (cf. Rom 3,9 – 23), da amizade de Deus, e escravos do pecado (cf. Rom 6,20). E ninguém podia ser justificado senão pela graça de Jesus Cristo.

«O que a revelação divina nos dá a conhecer concorda com os dados da experiência. Quando o homem olha para dentro do próprio coração, descobre-se inclinado também para o mal, e imerso em muitos males (...) Toda a vida humana, quer singular que colectiva, apresenta-se como uma luta dramática entre o bem e o mal, entre a luz e as trevas. Mais: o homem descobre-se incapaz de repelir por si mesmo as arremetidas do inimigo: cada um sente-se como que preso com cadeias»[12]

«Por isso mesmo e por próprias forças não há ninguém que se liberte do pecado e se eleve acima de si mesmo, ninguém absolutamente que se liberte da sua enfermidade, (...) ou da sua escravidão»[13]

Podemos entender melhor esta realidade se nos damos conta que o pecado traz consigo a privação da graça sobrenatural juntamente com o afastamento e oposição da

---

[12] GS 13.

[13] CONC. VATICANO II, *Ad gentes*, 8.

vontade humana no quem respeita a Deus. E unicamente Deus pode conceder de novo a graça que tira o pecado do homem (cf. Mc 2,5-12), convertendo o coração humano ao amor divino e voltando a dar-lhe a vida sobrenatural da graça.

A Encarnação é obra do amor e da misericórdia de Deus

Já sabemos que a única causa ou motivo do querer divino é a sua bondade. Assim pois, Deus Pai, movido pelo seu amor benevolente e a sua infinita misericórdia, decidiu salvar o homem mediante o envio do seu Filho ao mundo: «Quando se manifestou a vontade de Deus nosso Salvador e o seu amor aos homens, salvou-nos, não por obras de justiça que nós tivéssemos feito, mas sim pela sua misericórdia (...) por meio de Jesus Cristo nosso Salvador, para que, justificados pela sua graça, fossemos constituídos herdeiros da vida eterna que esperamos» (Tit 3,4-7).

A Encarnação do Filho de Deus é fruto da misericórdia divina, isto é, de um amor de Deus que é maior que os nossos pecados e que procura remediar a miséria da humanidade, que se encontrava num estado muito penoso e desgraçado. Deus, que é clemente e compassivo (cf. Sal 111/110,4) e «rico em misericórdia, pelo grande amor com que nos amou, ainda que estivéssemos mortos por causa dos nossos pecados, deu-nos a vida em Cristo» (Ef 2,4). «A Encarnação do Verbo é a demonstração por excelência da misericórdia de Deus para com os homens (cf. Jo 3,16).

Assim pois, neste desígnio divino tudo é dom, tudo é dádiva, tudo é gratuito. A iniciativa é de Deus Pai; e, seguindo a compassiva disposição do Pai, o Filho de Deus rebaixa-se e vem a este mundo para curar a nossa doença, para iluminar a nossa cegueira, para nos libertar da escravidão, para nos dar a vida.

Liberdade divina na Encarnação

Deus, movido pelo seu amor misericordioso para connosco, quis salvar-nos e determinou o modo de o fazer: mediante a Encarnação de seu Filho. Esta decisão do beneplácito da vontade divina é absolutamente livre e gratuita, não é exigida por nada, pois Deus é sempre Senhor de tudo e não pode ter nenhum tipo de necessidade ou de condicionamento no seu actuar.

A vinda do Filho de Deus ao mundo não era necessária para a salvação do homem uma vez que Deus nos poderia ter salvado de muitas outras formas. Por exemplo, podia ter-nos libertado dos pecados infundindo directamente a sua graça nos homens sem que mediasse a Encarnação, pois a justiça divina não tem necessidade de exigir uma reparação do pecado para poder perdoar; neste caso o perdão não seria injusto, pois a ninguém faria injúria, seria somente misericordioso[14]

O caminho que Deus escolheu para nos salvar, a Encarnação do Verbo, é na verdade muito conveniente para o

[14] Cf. *S. Th.* III, 46,2 ad 3.

homem, como vimos ao falar dos bens que nos consegue, e é coerente com a sabedoria e o amor divinos, mas não podemos dizer que fosse necessário para Deus.

O nome de «Jesus»

O nome de Jesus quer dizer em hebreu «Deus salva» ou «Salvador». O próprio Deus o impôs a seu Filho feito homem, como nome próprio: assim o anunciou a Maria (cf. Lc 1,31), e depois a José (cf. Mt 12-21). Este nome exprime ao mesmo tempo a sua identidade e a sua missão: Ele é Deus, e Ele «salvará o seu povo dos seus pecados» (Mt 1,21).

Sabemos que o título de «salvador» se deu na antiguidade a deuses pagãos e a reis ou imperadores. Ao invés, na Bíblia atribui-se a Deus que salva o seu povo da escravidão do Egipto, liberta-o do cativeiro da Babilónia e de outros males.

Mas também temos de dizer que não era raro dar o nome de Jesus aos israelitas, como vemos no caso de Josué, ou no caso de Jesus o filho de Sirá, que foi o compilador do livro de Sirácide (Eclesiástico), ou outros mais. Este nome, todavia, não possuiu nunca a plenitude de significado que teve em Jesus de Nazaré, pois Ele trouxe a liberdade definitiva do domínio do pecado e da morte, e a salvação eterna para todos os homens de todos os tempos.

Este é o nome que enche de esperança os homens de todos os tempos; que enche de doçura o pensamento e de alegria o coração de cada um dos mortais. «O nome de

Jesus está no coração da prece cristã. Todas as orações litúrgicas acabam com a fórmula '*Per Dominum Nostrum Iesum Christum*...' ('Por Nosso Senhor Jesus Cristo...') (...) Numerosos cristãos morem, como Santa Joana d'Arc, tendo nos lábios uma única palavra: 'Jesus'»[15].

Anúncio da vinda do salvador, o Messias esperado

Como ninguém podia salvar-se depois do pecado original senão pela fé em Jesus Cristo, Deus anunciou a sua vinda repetidas vezes e preparou-a de muitas formas desde o princípio do mundo. O próprio Deus se encarregou de manter e reforçar esta esperança do Salvador através da história da humanidade, ao mesmo tempo que ia revelando e precisando diferentes aspectos da figura e da vida do Messias prometido.

Promessas do Redentor

O proto-evangelho. Depois do pecado dos nossos primeiros pais, Deus não abandonou os homens: imediatamente os elevou à esperança da salvação. Com efeito, Deus dirigiu à serpente estas palavras: «Porei inimizade entre ti e a mulher, e entre a tua linhagem e a dela; ela te pisará a cabeça, e tu tentarás mordê-la no calcanhar» (Gen 3,15). A este versículo do Génesis chama-se «proto-evangelho», precisamente porque constitui o primeiro anúncio e promessa da salvação.

---

[15] CIC, 435.

O descendente da mulher que vencerá o demónio é o Redentor, Jesus Cristo. A mulher de que se fala é Eva no seu sentido imediato, e Maria em sentido pleno.

A promessa a Abraão. Deus fez uma Aliança com Abraão e fez-lhe a promessa de lhe dar não só uma terra, como fazê-lo pai de um grande povo, e de, pela sua descendência serem abençoadas todas as nações da terra. (cf. Gen 12,3).

Deus renovou várias vezes a Abraão estas promessas[16], que representam um anúncio da salvação universal por meio de um seu descendente, que será Jesus.

Confirmação e renovação da promessa. Deus renovou a Aliança e a promessa com diferentes eleitos e foi concretizando a ascendência do Messias: não só será descendente de Abraão, como mais concretamente um descendente de Jacob (cf. Gen 28,12-14), e mais especificamente da tribo de Judá (cf. Gen 49,9-11), e mais concretamente ainda da família de David (cf. 2 Sam 7,8-16 Sal 89/88,20-38).

Profecias sobre o Messias rei

O filho de David. O profeta Natan, em nome de Deus, promete a David que o Messias esperado desde os tempos mais antigos será seu descendente. E reinará para

[16] Cf. Gen 13,14-17; 17,1-9; 18,17-19; 22,13-18.

sempre, não só sobre Israel, mas sobre todos os povos (cf. 2 Sam 7,12-16).

Na Bíblia aplica-se frequentemente a David o título de «ungido do Senhor»; ele será o tipo de rei ungido por excelência. Nele se cumprirá plenamente a promessa divina: será o Messias, filho de David e rei de Israel, cujo reino não terá fim.

São muitas as profecias do Antigo Testamento sobre o Messias-rei, filho de David. Destaquemos apenas duas pelos aspectos particulares que assinalam:

Especial filiação divina do Messias: Salmo 2. Este salmo messiânico descreve a rebelião das nações contra Deus e contra o seu Messias. Deus, pelo contrário, ri-se dos seus inimigos e anuncia que constituiu o Messias rei sobre Sião. Este Messias-rei promulga o decreto de Yahwé que contém uma declaração de uma especial filiação divina: «Tu és o meu filho, eu hoje te gerei. Pede-me e dar-te-ei as nações por herança, e os confins da terra para teu domínio».

O Emanuel nascido de uma virgem. Isaías transmite-nos uma série de profecias entre os capítulos 7 e 11 do seu livro, que se conhece como o livro do Emanuel.

Nele se diz que o Messias-rei nascerá de uma virgem e se chamará Emanuel (Is 7,14), que significa «Deus connosco». Será grande e terá de modo eminente as virtudes de todas as grandes personagens da sua linhagem. Chamar-se-á também Deus Forte e Príncipe da paz (cf. Is 9,5-6). Este descendente de David estará cheio do espírito de Deus e fará com que reine entre os homens a justiça (cf.

Is 11,1 ss.). O Novo Testamento manifesta que se trata de Jesus que nascerá da Virgem Maria (cf. Mt 1,23).

Outras profecias acerca de Jesus

Há muitas outras profecias que se referem à pessoa e à obra de Cristo. Tendo só em conta o Antigo Testamento tornar-se-ia difícil interpretar algumas delas como referidas claramente ao Messias, mas à luz do Novo Testamento é transparente o seu significado messiânico. Vejamos só algumas delas.

Profecias sobre o Messias rei e profeta

Moisés sempre foi como que o tipo e a figura de todos os profetas: ele falava com Deus «face a face» (Ex 33,11) e transmitia ao seu povo as palavras e os mandamentos de Yahwé. Pois bem, é muito antigo o anúncio de que Deus enviaria «outro profeta» como Moisés que ensinaria e guiaria o seu povo com as palavras de Deus (cf. Dt 18,15-19).

Assim, em algumas ocasiões anuncia-se um Messias que será rei e profeta simultaneamente, à semelhança de David, que teve ambas as prerrogativas: o Messias será rei descendente de David e será ungido por Deus com o

espírito dos profetas para anunciar a salvação aos homens (cf. Is 61,1-2). Este é Jesus (cf. Lc 4,18-21)[17].

Profecias sobre o Messias rei e sacerdote

Salmo 110/109,1-4. Neste salmo anuncia-se um Messias superior ao próprio David; o Salvador será rei que dominará todos os inimigos e, ao mesmo tempo, será sacerdote do Altíssimo. Esta unidade de rei e sacerdote tem como que um protótipo em Melquisedec, rei de Salém, misterioso contemporâneo de Abraão (cf. Gen 14,18-19). O Messias será rei e sacerdote, mas o seu sacerdócio não será levítico, trata-se de um sacerdócio, misterioso e superior (cf. Heb 6,20-7,28).

Profecias sobre o sacrifício de Cristo

Cantos sobre o Servo de Yahwé. No livro do profeta Isaías encontram-se quatro cantos sobre a missão redentora do Messias, que é chamado «Servo de *Yahwé*»[18]

O Servo é um eleito de Deus e objecto da sua complacência. Ele vai ser rei de justiça, e o seu reinado será universal. Será luz dos gentios e reconciliador dos povos. Deus escolheu-o desde o seio materno para fazer

---

[17] No entanto, muitos judeus não entenderam a união rei-profeta e esperavam esse «profeta» excepcional e o Messias, como duas pessoas diferentes (cf. Jo 1,20-21; 7,40-41).

[18] São: Is 42,1-9; 49,1-7; 50,4-9; 52,13-53,12.

regressar os filhos de Israel e para levar a salvação até aos confins da terra. O Servo de *Yahwé* sofrerá a oposição e a perseguição por parte do seu próprio povo, apesar de ser inocente. Isaías narra o sofrimento e a morte do Servo, oferecido como sacrifício pela redenção de todos, de tal forma que reflecte de modo exacto e impressionante a Paixão e Morte de Jesus (cf. Act 8,32-33).

Salmo 22/21. Começa com: «Deus meu, Deus meu, porque me abandonaste?» que o Senhor recitou na cruz. E narra como o justo, perseguido por muitos inimigos e no meio de um grande sofrimento, recorre cheio de confiança a Deus. Não se trata do grito de angústia de um desesperado, mas da oração confiante de quem se abandona nas mãos de Deus, e é escutado. Termina com a vinda do reino de Deus ao mundo, a salvação universal, como fruto dos sofrimentos do justo que pede que voltem para Yahwé todas as famílias das nações. Este salmo messiânico narra, antecipadamente, muitos episódios concretos da Paixão de Cristo.

A figura do Filho do homem

O título «Filho do homem» procede do Antigo Testamento, concretamente, do livro do profeta Daniel. Designa uma pessoa misteriosa e gloriosa que supera a condição humana e restaura definitivamente o reino messiânico (cf. Dan 7,13-14).

Todavia convém notar que a expressão «filho de homem» (*ben-adam*) na época de Jesus indicava simplesmente «homem». Por isso Jesus, ao referir-se a si mesmo

como Filho do homem, tentava esconder por detrás do véu do significado comum, a acepção messiânica que esta locução tinha na profecia de Daniel. E ao mesmo tempo, quis corrigir uma concepção exclusivamente gloriosa do Messias, muito arreigada no pensamento hebreu, ao uni-la à sua condição humana e passível, pois anuncia que esse «Filho do homem» tem de padecer e dar a sua vida como resgate por todos (cf. Mt 17,12;20,28).

O nome de «Cristo»

O nome de «Messias» provem do hebreu *mashiah*, que significa «ungido». Este título foi traduzido para grego por *christós*, e latinizado em *christus*.

Originalmente aplicava-se ao rei de Israel, em alusão à cerimónia de investidura em que era ungido com óleos[19]. O título de «ungido» aplicou-se especialmente a David e à sua dinastia, e passou a converter-se no nome do Messias, do Cristo, que será o rei descendente de David, o ungido por excelência e instrumento de Deus para estender o seu reino a todas as nações.

Depois este nome aplicou-se também a outros «ungidos» de Deus: aos sacerdotes, filhos de Aarão (cf. Ex 29,7; Lv 8,12), e mais raramente aos profetas (cf. 1 Re 19,16).

O nome de Cristo, Messias, passa a ser o nome próprio de Jesus porque Ele cumpre de modo eminente e

---

[19] Cf. 1 Sam 9,16; 10,1; 16,1.12-13; 1 Re 1,39.

perfeito a missão divina que esta palavra significa. Com efeito, o Messias que Deus enviaria para instaurar definitivamente o seu Reino «devia ser ungido pelo Espírito do Senhor (cf. Is 11,2) ao mesmo tempo como rei e sacerdote (cf. Za 4,14; 6,13) mas também como profeta (cf. Is 61,1). Jesus realizou a esperança messiânica de Israel na sua triple função de sacerdote, profeta, e rei»[20]. Jesus reúne em si os diferentes aspectos do Messias anunciado, que os judeus muitas vezes não sabiam harmonizar: n'Ele se mostra o sentido autêntico de todos eles.

Jesus é o Messias anunciado, o ungido rei salvador, de uma ordem diferente e superior à que os judeus esperavam. Ungido não com unguento terreno mas com óleo espiritual (cf. Sal 45/44,8), com a plenitude da graça e dons do Espírito divino: Ele é desde o início da sua existência humana o «Cristo», quer dizer, o ungido pelo Espírito Santo (cf. Lc 1,35).

Cristo é o centro da história humana

As genealogias de Cristo e a história humana

O Evangelho segundo São Mateus começa, conforme o costume hebreu, com a genealogia de José e faz uma lista partindo de Abraão (cf. Mt 1,2-17). A Mateus, interessa-lhe pôr em relevo, mediante a paternidade legal de José, que Jesus descende de Abraão e de David;

---

[20] CIC, 436.

mais concretamente, que era o Messias anunciado pelos profetas, a esperança de Israel e quem dá sentido a toda a história do povo de Deus.

São Lucas, pelo contrário, escreveu para os cristãos procedentes dos gentios, e quer destacar a universalidade da redenção de Cristo. Segundo o Evangelho de Lucas, a genealogia de Jesus é ascendente (cf. Lc 3,23-28): desde Jesus através dos seus antepassados, passando por Abraão, remonta até Adão, pai de todos os homens, tanto judeus como gentios. O Evangelho quis mostrar o vínculo de Jesus com todo o género humano: Cristo é o Novo Adão, o novo princípio da linhagem humana e o Salvador de todos os homens.

A Encarnação dá sentido a toda a história

«Quando chegou a plenitude dos tempos Deus enviou o seu Filho, nascido de mulher» (Gal 4,4). A Encarnação teve lugar na plenitude dos tempos, isto é, no tempo oportuno segundo os planos de Deus.

O monge Dionísio, o Exíguo, (século VI) pretendeu colocar o nascimento de Cristo como centro da história da humanidade e, com os dados históricos de que dispunha, situou-o no ano 753 da fundação de Roma: esta data é o começo da era cristã. Hoje admite-se que se equivocou nos seus cálculos, e pensa-se que Jesus deve ter nascido aproximadamente no ano 748 da fundação de Roma, equivalente ao ano 6 antes da era cristã. Este foi o momento mais importante da história: Deus e a eternidade entram na história humana para nos salvar.

A atitude de Dionísio, o Exíguo, que de algum modo reflecte o que nos sugerem as genealogias de Cristo, tem um grande sentido teológico. Com efeito, Cristo é o fundamento de toda a história anterior que tem valor salvífico só por meio d'Ele e a Ele se ordena. Assim como também Cristo é o fundamento de toda a história posterior, que vive da graça proveniente da sua obra redentora.

«A Igreja crê que a chave, o centro e o fim de toda a história humana se encontra no seu Senhor e Mestre»[21]. Cristo é certamente o centro da história humana, não no sentido cronológico, mas qualitativo: Ele é «o alfa e o ómega, o primeiro e o último, o princípio e o fim» (Ap 22,13). N'Ele os homens encontram a fonte da vida sobrenatural, e também o seu sentido e meta última, que é a salvação.

---

[21] GS. 10.

Capítulo III

A REALIDADE DA ENCARNAÇÃO DO FILHO DE DEUS

A vinda do Filho de Deus ao mundo, concebido da Virgem Santa Maria

A anunciação a Maria e a concepção de Jesus

No admirável plano da doação que Deus faz de si mesmo à criatura, a Encarnação é o acontecimento central e culminante, e Maria foi a colaboradora, com a sua fé e com o seu amor, para a união de Jesus com a humanidade.

São Lucas descreve este momento transcendental: O anjo Gabriel enviado por parte de Deus comunica o plano divino a Maria: «Conceberás no teu seio e darás à luz um filho, a quem porás o nome de Jesus. Ele será

grande e será chamado Filho do Altíssimo (...) O Espírito Santo virá sobre ti, e a virtude do Altíssimo te cobrirá com a sua sombra, e por isso mesmo o Menino que há-de nascer de ti, será santo e, será chamado Filho de Deus» (Lc 1,30-35). A Virgem, cheia de fé e de confiança em Deus, dá o seu consentimento rendido à disposição divina: «Eis aqui a escrava do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra» (Lc 1,38).

«E o Verbo fez-se carne e habitou entre nós» (Jo 1,14). O mistério da união – dos esponsais – entre o Filho de Deus e a humanidade realiza-se no instante em que Maria pronunciou o seu *sim* «em nome de toda a natureza humana»[22]. E ela concebeu como homem o Filho eterno do Pai, que se fez realmente seu filho.

A Encarnação é obra do Espírito Santo

A Sagrada Escritura afirma muito claramente que Jesus Cristo não foi concebido por obra de varão, como os outros homens, mas unicamente pelo poder e obra do Espírito Santo, permanecendo a sua Mãe sempre virgem (cf. Mt 1,18-25; Lc 1,34-38). E assim o confessou a Igreja desde os primeiros testemunhos da Tradição e as primeiras formulações da fé.

A «virtude do Altíssimo» (Lc 1,35), pela qual se realizou a Encarnação, é o poder infinito do único Deus. Assim pois, a Encarnação do Filho de Deus é obra da Trindade. Todavia, a concepção milagrosa de Cristo só costuma

---

[22] *S. Th.* II,30,1.

atribuir-se ao Espírito Santo, que interveio juntamente com o Pai e o Filho: «O que nela foi concebido é obra do Espírito Santo» (Mt 1,20). É que a revelação atribui ao Espírito Santo as obras que manifestam especialmente o amor e o poder divinos, e em particular atribui-se-Lhe o mistério da Encarnação do Filho de Deus em Maria Santíssima.

Todavia, como a filiação é a relação de uma pessoa em ordem a quem a gerou, Cristo – que é Filho de Deus, a segunda pessoa da Trindade – não é, nem se pode chamar, filho do Espírito Santo, nem da Trindade, mas somente de Deus Pai.

Maria é a Mãe de Deus

Maria, escolhida por Deus Pai desde toda a eternidade para ser a Mãe de seu Filho, pelo seu consentimento e aceitação da vontade divina, foi realmente tornada Mãe de Deus. «Com efeito, Aquele que ela concebeu como homem, por obra do Espírito Santo, e que se tornou verdadeiramente seu Filho segundo a carne, não é outro senão o Filho eterno do Pai, a segunda pessoa da Santíssima Trindade. A Igreja confessa que Maria é, verdadeiramente, Mãe de Deus ('*Theotokos*') (cf. DS, 215)»[23].

Por isso, sob o impulso do Espírito Santo, é chamada «a mãe do meu Senhor» desde a concepção de Jesus, ainda antes do nascimento de seu Filho (cf. Lc 1,43).

---

[23] CIC, 495.

«O Verbo se fez carne»: a Encarnação»

O Verbo se fez carne» (Jo 1,14), diz São João no prólogo do seu Evangelho, significando por «carne» o homem inteiro, conotando o mais visível e o mais humilde do ser humano, em contraste com a excelência do Verbo[24]

Tomando esta frase do evangelista, a Igreja chama «Encarnação» ao facto do Filho de Deus ter assumido uma natureza humana para levar a cabo, mediante ela, a nossa salvação. O acontecimento único e totalmente singular da Encarnação consiste em que o Filho de Deus se fez verdadeiramente homem sem deixar de ser Deus.

Este mistério é tão essencial que «a fé na verdadeira Encarnação do Filho de Deus é o sinal distintivo da fé cristã»[25]; mistério que a Igreja teve que defender e esclarecer especialmente durante os primeiros séculos, perante as heresias que a falseavam.

Jesus Cristo é perfeito homem

A realidade do corpo de Cristo.
A heresia do docetismo gnóstico

O *gnosticismo* é uma amálgama de doutrinas místicas orientais, de tipo filosófico (sobretudo platónicas) e cosmogónico, que teve uma rápida propagação nos primeiros

---

[24] Este modo de expressar o todo pela parte (o homem pela carne) é habitual na Escritura: cf. Is 40,5; Jb 19,26; 1 Cor 1,29; 2 Cor 7,5; 1 Pd 1,24; etc.

[25] CIC. 463.

séculos da nossa era. Uma das suas variantes cristãs, o *docetismo*, é uma doutrina aparecida já no século I que considera que a matéria é má e, por consequência, nega que Cristo tivesse um verdadeiro corpo material, de carne humana: o corpo de Cristo seria só aparente. Portanto, o seu nascimento ou a sua paixão e morte não foram reais mas só fictícias e irreais.

Todavia, a Sagrada Escritura testemunha claramente que Cristo foi homem verdadeiro, com um corpo real: é descendente de David, foi concebido pela Virgem Maria, nasceu, cresceu, cansou-se, teve fome e sede, dormiu, sofreu, derramou o seu sangue, morreu, foi sepultado, etc. O seu corpo não era fantasmagórico, mas material de carne e osso, era real e tangível, inclusive depois da Ressurreição (cf. Lc 24,39; 1Jo 1,1-3).

Já desde a própria época apostólica, a fé cristã insistiu na verdadeira Encarnação do Filho de Deus face a estas heresias (cf. 1 Jo 4,2-3; 2 Jo 7) que foram refutadas pelos Padres e escritores clássicos dos primeiros séculos, como Santo Inácio de Antioquia, Santo Ireneu e outros. Estes escritores não só mostraram a verdade do corpo de Cristo com a Sagrada Escritura na mão, como argumentaram também que negar a realidade do corpo de Cristo é negar a realidade da redenção realizada pelo Senhor.

A realidade da alma de Cristo. A heresia do apolinarismo

Apolinário de Laodiceia (século IV) afirmava que o Verbo não tinha assumido uma humanidade completa, pois dois seres íntegros podem tornar-se realmente um

só. A humanidade de Cristo estaria somente composta de carne e alma sensitiva. Nesta natureza, o Verbo assumia função de alma intelectiva e racional.

No entanto, a Sagrada Escritura testemunha claramente que Cristo foi perfeito homem com uma alma humana racional verdadeira: alegrou-se, entristeceu-se, comoveu-se, teve afectos, era totalmente livre, obedeceu, era humilde, veraz, generoso e misericordioso, etc. Enfim, Jesus tinha todas as virtudes e qualidades da alma humana.

O erro de Apolinário foi refutado por São Gregório de Nissa e outros Padres da Igreja que insistiram na perfeita humanidade de Cristo: Jesus não seria perfeito homem se carecesse de alma humana, se não tivesse uma inteligência e vontade humanas. Doutra forma não teria redimido a linhagem humana, pois «não foi curado o que não foi assumido», e Cristo curou todo o homem: corpo e alma.

O apolinarismo foi condenado pelo Papa São Dâmaso e posteriormente pelo concílio I de Constantinopla (ano de 381)[26]. Desde então, o Magistério da Igreja sempre ensinou que Nosso Senhor é «perfeito Deus e perfeito homem: que subsiste com alma racional e carne humana»[27].

---

[26] Cf. CONC.I DE CONSTANTINOPLA, DS, 149.

[27] Símbolo *Quicumque*, DS, 76.

Cristo teve uma verdadeira natureza humana, composta de alma e corpo

Muitas vezes Jesus designa-se a si mesmo como «homem» (cf. Jo 8,40), e igualmente no Novo Testamento se lhe chama desta forma (cf. 1 Cor 15,21; 1 Tim 2,5), quer dizer, como alguém que tem propriamente a natureza humana. E a Tradição e o Magistério da Igreja ensinam que Ele é verdadeiro homem, consubstancial connosco; «semelhante a nós em tudo, excepto no pecado». (Heb 4,15).

Temos de ter presente que a natureza humana está composta pela união substancial de corpo e alma; de modo que, se não se desse esta composição, Cristo não seria verdadeiramente homem; nem o corpo de Cristo seria vivo, nem seria humano, pois a alma é o princípio que dá a vida e a espécie à matéria. Assim pois, Jesus teve uma verdadeira natureza humana, composta pela união da alma e do corpo[28]

Jesus Cristo é perfeito Deus

Jesus quis ir revelando a sua divindade de modo progressivo, pois esta verdade tornava-se muito difícil de admitir para uma mentalidade como a judia, enraizada num rígido monoteísmo. Primeiro, com as suas obras e milagres foi preparando as almas para essa revelação, e depois, gradualmente, foi manifestando a sua condição divina.

---

[28] Cf. CONC. VIENENSE, DS, 900; 902; *S. Th.* III, 2,5.

No final da sua vida terrena ficou patente que se proclamava Filho de Deus, e Deus. Por isso, alguns judeus não acreditavam n'Ele, acusavam-no de ser «homem que se faz Deus» (Jo 10,33), e julgaram-no como um blasfemo. Também na actualidade, o erro cristológico principal é negar que Jesus seja Deus, o Filho de Deus feito homem.

Agora, recordando alguns erros passados, vamos estudar a fé da Igreja e também alguns textos da Escritura sobre a divindade de Jesus.

As heresias do adopcionismo e do arianismo, e o concílio de Niceia

O adopcionismo. Paulo de Samossata, bispo de Antioquia da Síria (século III), entre outros, afirmava que Cristo não era uma pessoa divina, mas sim um homem no qual Deus infundiu um poder sobrenatural para fazer milagres, e o adoptou como filho no baptismo do Jordão. Jesus teria uma participação especial no poder do Pai e nisto se assemelharia a Ele, mas não seria Filho de Deus por natureza, mas só por adopção.

Paulo de Samossata foi condenado e deposto do seu cargo no ano de 268.

O arianismo. Houve quem interpretasse alguns textos da Escritura como se existisse uma inferioridade e subordinação do Filho em ordem ao Pai; por exemplo: as palavras de Jesus: «O Pai é maior que eu» (Jo 14,28), que se referem claramente à sua humanidade.

Além disso, nos ambientes filosóficos gregos, sobretudo neo-platónicos, entendia-se que Deus é absolutamente transcendente ao mundo e a sua essência não pode entrar em contacto com ele; por isso necessitaria de um ser inferior para actuar no mundo. Daqui, que alguns afirmassem que o Verbo era esse ser intermédio, inferior a Deus e subordinado a Ele.

Ário, presbítero de Alexandria (séculos III-IV), é o representante mais extremo dessas doutrinas subordinacionistas, e sustentava que o Filho não tinha sido gerado desde a eternidade, mas sim criado do nada por livre vontade do Pai. Não é da mesma substância do Pai, mas sim inferior a Deus. É a primeira criatura do Pai e a mais perfeita, através da qual se fizeram as outras coisas, mas não é Deus (quando muito pode chamar-se-lhe «um deus de segunda categoria»).

O arianismo, que é uma heresia trinitária e também cristológica[29], foi refutado principalmente por Santo Atanásio. Foi condenado várias vezes, e finalmente no concílio de Niceia no ano de 325.

O concílio de Niceia (325). Este concílio confessou no Credo que compôs: «Creio num só Senhor, Jesus Cristo, Filho único de Deus, Luz de Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, da mesma natureza (*homoousios*) do Pai, por quem tudo foi feito».

---

[29] Os arianos sustentavam, além disso, que o Logos (o Verbo), ao não ser Deus mas sim inferior a Ele, tinha uma natureza passível e podia unir-se ao corpo de Cristo desempenhando a função de alma, podendo sofrer, entristecer-se e experimentar as fraquezas próprias da humanidade. Quer dizer, para eles, o Verbo não assumiu uma natureza humana íntegra, mas só a carne.

Neste texto afirma-se que o Filho de Deus é eterno; insiste-se na sua verdadeira divindade; e define-se, como ponto cardeal, a consubstancialidade do Filho com o Pai. Este termo (*homoousios*), ainda que filosófico, exprime o sentido autêntico do Novo Testamento sobre Cristo, sem ambiguidade alguma. Também afirma que é o próprio Verbo que encarnou, se fez homem, sofreu, morreu e ressuscitou ao terceiro dia.

Este concílio condenou Ário explicitamente.[30]

O Magistério da Igreja ensinou sempre que «Nosso Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus, é Deus e homem. É Deus, gerado da mesma substância que o Pai, antes do tempo; e homem, gerado da substância de sua Mãe no tempo. Perfeito Deus e perfeito homem; que subsiste com alma racional e carne humana. É igual ao Pai segundo a divindade; menor que o Pai segundo a humanidade»[31]

Erros modernos sobre a divindade de Cristo

Na Introdução resumimos o erro dos que negam que o Jesus da história seja Deus; segundo eles, esta doutrina teria sido uma criação da fé cristã pós-pascal, que se reflectiu depois na redacção dos Evangelhos. Este erro passou ao campo católico com o modernismo e foi condenado por S. Pio X[32].

---

[30] Cf. CONC. DE NICEIA, DS, 126; 130.

[31] Símbolo *Quicumque*, DS, 76.

[32] Cf. DS, 3427 ss.

Também actualmente, partindo de diversos pressupostos filosóficos, se difundem erros semelhantes. Segundo estas opiniões – que veremos no capítulo seguinte – Cristo não seria uma pessoa divina e eterna, mas sim um homem que teria tido uma relação muito profunda com Deus. A Congregação para a Doutrina da Fé, condenou estas doutrinas em 1972.

Testemunhos da Sagrada Escritura sobre prerrogativas divinas de Jesus

O Novo Testamento mostra-nos em Jesus uma série de atribuições que só encontram explicação se se admite que Ele era Deus, ou pelo menos que pensava que o era. Entre os numerosos testemunhos da Escritura sobre este ponto, vejamos alguns:

Jesus atribui a si próprio uma superioridade sobre a Lei e o templo. É superior ao templo, sede da glória de Deus (cf. Mt 12,6); e é senhor do sábado, estabelecido por Deus para o culto divino (cf. Mt 12,1-8).

Jesus atribui a si mesmo uma superioridade sobre todas as criaturas: sobre os anjos e sobre os homens. É superior aos profetas e reis: é mais que Jonas e que Salomão (cf. Mt 12,41-42); superior aos próprios anjos (cf. Mt 24,36).

Tem poder para perdoar os pecados, poder exclusivo de Deus. Assim se manifesta no caso do paralítico de Cafarnaum (cf. Mt 9,6), ou em casa de Simão, o fariseu (cf. Lc 7,48-50).

Equipara-se a Deus na autoridade. Equipara-se a Deus enquanto legislador: «Ouvistes que foi dito aos antigos... (Deus disse na Lei...) Mas Eu digo-vos...» (Mt 5,22ss). E da mesma forma quanto ao poder para julgar os homens (cf. Jo 5,22).

Jesus impõe preceitos que só Deus pode exigir. Pede a fé na sua pessoa, igual à fé em Deus (cf. Jo 14,1); exige um amor por cima de tudo, mais que ao pai ou à mãe (cf. Mt 10,37); aceitar Jesus é requisito para a salvação (cf. Mt 10,32); inclusive pede que se entregue a vida por Ele para se salvar (cf. Lc 17,33).

Testemunho da Escritura sobre a sua pré-existência em ordem ao mundo

Ele existe antes de tudo, e é o criador e conservador do mundo. O próprio Jesus diz: «Agora, Pai, glorifica-me junto de ti mesmo com aquela glória que tinha em ti, antes que houvesse mundo.» (Jo 17,5). E São Paulo: «é o primogénito de toda a criação, porque n'Ele foram criadas todas as coisas nos céus e na terra (...) tudo foi criado por ele e para ele: «e ele é antes de todas as coisas, e todas as coisas subsistem por ele» (col 1, 15 – 17).

Ele veio ao mundo enviado pelo Pai. São numerosíssimos os textos em que aparece esta missão no mundo para nos salvar e dar-nos a vida[33]. Ele veio «do céu» (Jo 3,13), «do alto» (Jo 8,23), «saiu de Deus Pai» (cf. Jo 8,42) e a Ele «volta» depois da sua Paixão e Morte (cf. Jo 13,3).

---

[33] Cf. Gal 4,4; Rom 8,3ss.; 1 Tim 3,16; Jo 3,16ss.; etc.

Testemunhos da Escritura sobre a igualdade de Jesus com o Pai

Jesus, na sua actividade, é igual ao Pai e realiza as obras de Deus. Como o Pai actua sempre, assim Jesus dá a vida e a saúde, inclusive ao sábado (cf. Jo 5,17).

Jesus afirma a sua igualdade e a sua compenetração com Deus Pai. «Se me conhecêsseis a mim conheceríeis também o Pai» (Jo 8,19); «O Pai está em mim e eu no Pai» (Jo 10,38; 14,10); «Quem me viu a mim viu o Pai» (Jo 14,9).

Ele é um só e mesmo Deus com o Pai. «Eu e o Pai somos um» (Jo 10,30). Aqui Jesus declara-se abertamente Deus, como bem o entenderam os judeus.

Afirmações explícitas e directas da sua condição divina

No Novo Testamento normalmente o nome de «Deus» dirige-se ao Pai, enquanto que para referir o carácter divino de Cristo se lhe dá o título de «Filho de Deus». Portanto, para afirmar a divindade de Cristo são mais que suficientes os textos citados acima. Todavia, existem outras passagens em que directamente Lhe chama «Deus». Entre outros textos assinalamos[34]:

O Prólogo do Evangelho de São João: «No princípio existia o Verbo, e o Verbo estava junto de Deus, e o Verbo

---

[34] Cf. Col 1,13-20; Heb 1.1-5; 1 Jo 1,1-2; 5,20; etc.

era Deus» (Jo 1,1). Aqui afirma-se explicitamente que o Verbo é Deus, eterno e diferente do Pai. Nos versículos seguintes fala-se da sua participação na obra da criação, da sua vinda ao mundo para nos comunicar a filiação divina, da sua verdadeira Encarnação. Ele é o Unigénito de Deus que nos dá a conhecer o Pai.

Rom 9,5: «Dos patriarcas segundo a carne descende Cristo, que é sobre todas as coisas Deus bendito pelos séculos». É uma afirmação da sua verdadeira humanidade e, ao mesmo tempo, uma confissão directa da sua divindade.

Flp 2,5-8: Cristo «sendo de condição divina, não se valeu da sua igualdade com Deus, mas aniquilou-se a si próprio. Assumindo a condição de servo, tronou-se semelhante aos homens. Aparecendo como homem, humilhou-se ainda mais, obedecendo até à morte e morte da cruz». São Paulo fala-nos da humildade de Cristo que é Deus, e pré-existe na forma de Deus; o qual, ao contrário de Adão que ambicionava ser como Deus, se aniquilou fazendo-se homem, tomando a forma e natureza de homem, e mostrando-se através dela. Este aniquilamento (*kénosis*) do Filho de Deus não significa que deixou de ser Deus, mas que assumiu uma humanidade privada de glória, submetida ao sofrimento e à morte.

Tit 2,13-14: «Esperamos a manifestação gloriosa do grande Deus e nosso Salvador, Jesus Cristo». É uma clara afirmação da divindade de Jesus Cristo, do qual esperamos o regresso glorioso no final dos tempos.

O nome de «Filho de Deus» na Sagrada Escritura

O título de «Filho de Deus», em geral

O Antigo Testamento dá o título de «Filho de Deus» aos anjos (cf. Dt 32,8), ao povo eleito (cf. 4,22) e aos seus reis (cf. Sam 7,14). Significa nestes casos uma filiação adoptiva, umas relações de intimidade particular entre Deus e a sua criatura. Por isso, quando se chama «Filho de Deus» ao Messias (cf. Sal 2,7) os judeus entendiam que era tratá-lo como um simples homem singularmente abençoado por Deus[35]

De modo semelhante, os seguidores do racionalismo dizem que Cristo se pode chamar «filho de Deus» nesse sentido geral, pois n'Ele se desenvolveu de forma singular a consciência da filiação divina e se deixou conduzir exemplarmente pelo Espírito divino; quer dizer, viveu a filiação divina com especial intensidade, mas não é filho de Deus em sentido próprio e ontológico. No entanto, não é assim. Vejamos.

Jesus é o Filho único de Deus, da mesma natureza do Pai

É suficiente o exposto sobre a pré-existência de Jesus, sobre a sua igualdade com o Pai, etc., para ver que Jesus quando se declarava Filho de Deus afirmava que era verdadeiro Deus nascido do Pai. Assim o entendiam

[35] Cf. CIC, 441.

os que o escutavam: «Por isto os judeus procuravam com mais afinco matá-lo, pois (...) dizia que Deus seu eu Pai, fazendo-se igual a Deus» (Jo 5,17-25) e por isso o condenaram blasfemo (cf. Mt 26,63-65). Vejamos agora alguns exemplos do Novo Testamento nos quais a expressão «Filho de Deus» manifesta de modo claro o carácter novo e transcendente da sua filiação divina:

Jesus distingue sempre a sua filiação ao Pai da filiação dos demais homens a Deus. Quando fala com os discípulos não diz jamais «nosso Pai» mas sim «vosso Pai» ou «meu Pai», excepto para lhes ordenar «*vós*, pois, orai assim: Pai nosso» (Mt 6,9); e sublinhou esta distinção: «Meu Pai e vosso Pai» (Jo 20,17).

E na parábola dos vinhateiros homicidas, referindo-se claríssimamente a si próprio e à morte que o esperava, compara-se com o filho único do dono da vinha, que se distingue dos servos enviados anteriormente pelo dono (cf. Mt 21,33-46)[36].

Jesus é o Filho único de Deus, o Unigénito do Pai. Ele é o «próprio filho» do Pai (Rom 8,3.32), o Filho único de Deus, o Unigénito do Pai (cf. Jo 3,16,18).

Jesus é o Filho que tem uma identidade de natureza com o Pai: «Ninguém conhece o Filho senão o Pai, nem ninguém conhece o Pai senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar» (Mt 11,25-30). Esta identidade de

---

[36] Esta mesma distinção entre Jesus, o Filho, e os outros servos de Deus aparece em Heb 1,1-3.

conhecimento infinito entre o Pai e o Filho implica uma identidade de natureza: Jesus é o Filho que tem a mesma natureza de Deus Pai; Ele não é filho adoptivo de Deus, mas o Filho de Deus por natureza.

Capítulo IV

O MISTÉRIO DA UNIDADE PESSOAL DE JESUS CRISTO

Até agora vimos que Jesus é verdadeiro Deus, gerado pelo Pai antes do tempo; e que é verdadeiro homem, gerado por sua Mãe Maria no tempo; consubstancial ao Pai segundo a divindade e consubstancial connosco segundo a humanidade. Perfeito Deus e perfeito homem.

Agora temos que ver como se unem o ser divino e o humano em Nosso Senhor. Também aqui estudaremos os principais problemas históricos que se levantaram, e depois daremos algumas explicações para clarificar os conceitos e podermos entender um pouco melhor este profundíssimo mistério que ultrapassa sempre toda a capacidade humana.

A união das duas naturezas na única pessoa de Jesus Cristo

A unidade de pessoa em Cristo.
A heresia nestoriana e o concílio de Éfeso

O nestorianismo. Nestório, patriarca de Constantinopla (séculos IV-V), pregou que o título de *Theotokos* (Mãe de Deus) não era aplicável a Santa Maria. Via em Cristo uma pessoa humana juntamente com a pessoa divina do Filho de Deus, como duas pessoas distintas; a Virgem seria a Mãe dessa pessoa humana, de Cristo, mas não do Filho de Deus.

Nestório afirma que a união entre as naturezas divina e a humana de Cristo não é segundo a *hypóstasis* (segundo a pessoa), mas só uma união moral entre dois sujeitos (como um casal). Por esta união o Verbo comunicaria à pessoa humana de Jesus a sua dignidade, ao mesmo tempo que também existiria entre eles uma identidade de vontade e de acção: o Verbo inabitaria em Cristo e realizaria milagres por meio dele. Por isso não admite que se atribuam ao Verbo as acções e paixões que segundo ele são da pessoa humana de Jesus: não se poderia dizer que o Filho de Deus nasceu de Maria, nem que morreu, etc.

Nestório foi refutado sobretudo por São Cirilo de Alexandria, e condenado no concílio de Éfeso.

O concílio de Éfeso (431). Face à heresia nestoriana, este concílio declarou que a humanidade de Cristo não tem outro sujeito que a pessoa divina do Filho de Deus,

que assumiu a natureza humana e a fez sua desde a sua concepção. Por isso Maria é com toda a verdade «Mãe de Deus», não porque o Verbo de Deus tenha tomado dela a sua natureza divina, mas porque dela (...) nasceu o Verbo segundo a carne[37].

Este concílio assenta os seus ensinamentos na união das duas naturezas de Jesus Cristo num único sujeito pessoal, na união *segundo a hypóstasis*: trata-se de uma união incompreensível mas que é real e ontológica. O Verbo na verdade tornou sua a natureza humana, de tal forma que lhe pertence realmente, não só moralmente. O Verbo é o único sujeito de todos os actos divinos e humanos de Cristo, como ensina o símbolo de Niceia (o Filho de Deus eterno, pelo qual se fizeram todas as coisas, encarnou de Maria Virgem, foi crucificado, foi sepultado, e ressuscitou ao terceiro dia, etc.).

A doutrina da maternidade divina de Santa Maria é o reflexo desta doutrina cristológica.

A dualidade de naturezas. A heresia monofisista e o concílio de Calcedónia

O monofisismo. Eutiques, superior de um mosteiro de Constantinopla (século V), afirmou que Cristo tem uma só natureza composta de duas naturezas distintas. Antes da Encarnação poder-se-ia falar de duas naturezas distintas, a divina e a humana; mas depois da Encarnação em Cristo

---

[37] CONC. DE ÉFESO, DS, 251.

só há uma[38]. Cristo procederia *ex duabus naturis*, mas de facto não estaria subsistindo *in duabus naturis*: teria uma só natureza composta pelas duas, ainda que na realidade, a humanidade teria sido absorvida na infinita pessoa do Filho de Deus.

O Papa São Leão Magno e o concílio de Calcedónia condenaram esta doutrina.

O concílio de Calcedónia (451). O quarto concílio ecuménico ensinou, contra o monofisismo, que «há um só e mesmo Filho e Senhor nosso Jesus Cristo: perfeito na divindade, e perfeito na humanidade; verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem (...) Há-de reconhecer-se um só e o mesmo Cristo Senhor, Filho único do Pai, em duas naturezas (*in duabus naturis*), sem confusão, sem mudança, sem divisão, sem separação. A diferença de naturezas de nenhum modo fica suprimida pela sua união, antes ficam a salvo as propriedades de cada uma das naturezas e confluem num só sujeito e *numa só pessoa*»[39].

As duas naturezas unem-se em Cristo sem confusão e sem mudança ou transmutação entre elas: Deus é transcendente, permanece imutável e não se converte em criatura, ao passo que é humano permanece humano e não se transforma em Deus. Jesus Cristo não é uma mistura intermédia de ambos os modos de ser: não existe uma natureza composta da divina e da humana. Não desapare-

[38] Em grego «*fysis*» significa natureza. O termo monofisismo, provem de «uma natureza».

[39] CONC. DE CALCEDÓNIA, DS, 301-302.

ceu de modo algum a infinita diferença e distância entre o Criador e a criatura. E, além disso, as duas naturezas em Cristo unem-se sem divisão e sem separação, como uma união profundíssima e misteriosa, na pessoa do Verbo.

A chave do ensinamento do concílio de Calcedónia reside na distinção entre pessoa e natureza: em Cristo duas são as naturezas e uma é a pessoa. Esta distinção não nasce da filosofia helénica mas sim, pelo contrário, nasce da fé e transcende por completo o pensamento grego. Além disso, estes termos não são tomados num sentido tecnicamente filosófico, antes se usam no amplo significado corrente que distingue entre *o que é um* (sua natureza ou modo de ser que é comum a outros: por exemplo, um ser humano), *e quem é um* (a sua pessoa que é individual: por exemplo, Pedro).

Os teólogos posteriores explicarão também que se tornaria impossível a união da divindade e da humanidade numa única natureza misturada de ambas, pois a divindade é imutável e absolutamente simples, e não pode deixar de ser o que era e começar a ser outra coisa, nem pode ser parte de uma natureza composta. Além disso, tal união iria contra a fé, pois Cristo já não seria Deus, e também não seria verdadeiro homem, mas outra coisa[40]

---

[40] Cf. *S. Th.* III,2.1.

Algumas explicações sobre o mistério da unidade ontológica de Cristo

Vimos que a Tradição e o Magistério da Igreja chamam a Jesus Cristo pessoa ou hypóstasis, e empregam, por outro lado, o termo natureza para designar a sua divindade e a sua humanidade. E é evidente que falaram da unidade de Cristo em chave ontológica, com termos de significado objectivo e real. Procuremos conhecer um pouco mais o significado destes termos.

Explicação de algumas noções relativas ao dogma

Pessoa e *hypóstasis*. Uma «hypóstasis» ou indivíduo é uma substância individual completa, subsistente em si mesma, independente no seu ser de outros indivíduos. Diz-se também «pessoa» quando se trata dos indivíduos mais dignos nos quais se verifica de modo mais perfeito a noção de subsistir (ser por si mesmo): este é o caso dos seres racionais que são donos dos seus actos; por exemplo: este homem, Pedro.

Boécio definiu a pessoa como *rationalis naturae individua substancia* (substância individual de natureza racional), assinalando assim que é uma realidade completa no seu ser (*substancia*), individual e diferente no que respeita aos outros (*individua*), e que se caracteriza por ser racional ou intelectual (*rationalis naturae*).

A pessoa é pois um indivíduo, íntegro e independente no seu ser, que se possui a si mesmo pelo conhecimento e a liberdade. Mas quando afirmamos que é individual

e independente no seu ser não queremos dizer que seja um ser fechado em si mesmo, pois a pessoa só se realiza perfeitamente na abertura e na relação com os outros.

Natureza. «Natureza» significa a essência específica, quer dizer, aquilo que especifica e define o que uma coisa é; por exemplo: a natureza de Pedro é ser homem, a sua humanidade, ser da espécie humana. Também significa o princípio interno pelo qual esse sujeito actua do modo que lhe é próprio, quer dizer, a essência enquanto é o princípio das operações; por exemplo: a natureza de Pedro é a sua condição humana com as suas faculdades próprias pelas quais actua como homem.

A distinção entre natureza e pessoa. Esta distinção vê-se mais claramente ao considerar os indivíduos racionais ou pessoas possuidoras de uma determinada natureza. Com efeito, verificamos que existem muitos sujeitos ou indivíduos diferentes (por exemplo os homens) que possuem a mesma natureza (a condição humana).

A distinção entre uma natureza e a própria pessoa que a possui é uma distinção entre uma parte e o todo, entre a parte que lhe dá o modo de ser e o todo que existe realmente: por exemplo Pedro tem realmente uma natureza humana como algo próprio, e, além disso, possui outros elementos individuais exclusivos dele, não comuns a outros homens; Pedro é a pessoa, o todo, e a natureza é uma parte dele que o especifica.

A união absolutamente misteriosa e singular das duas naturezas em Cristo é hipostática, na pessoa.

Já vimos que Cristo não é um ser «só em algum sentido», com a unidade moral, extrínseca ou acidental que pode existir entre dois sujeitos ou indivíduos subsistentes, um divino e outro humano, que formam uma comunhão de vida e de acção, como afirmava Nestório. Mas, por outro lado, esta unidade, real e ontológica, que afirmamos em Cristo, também não é segundo a natureza: não existe uma só natureza composta pela divina e a humana, como afirmava Eutiques.

A união das duas naturezas em Cristo é uma *união hipostática ou na pessoa*. Nosso Senhor «ainda que é Deus e homem, não são dois Cristos, mas um só Cristo (...) um absolutamente (...) na unidade da pessoa»[41]. O Verbo, ao assumir a natureza humana de Maria Virgem, fê-la realmente sua, e começou a ser homem no tempo, sem deixar de ser o mesmo que era desde a eternidade. De modo que, depois da Encarnação, o Filho de Deus subsiste em duas naturezas: é Deus e também é homem.

Esta união é *completamente misteriosa*, não tem semelhança com nenhuma outra, e conhecemo-la unicamente pela fé. Os exemplos que se empregaram na catequese para ilustrar este mistério são simples analogias que servem só em parte, mas que se distenciam dele noutros aspectos. A comparação mais utilizada pela Tradição é a

---

41 Símbolo *Quicumque*, DS. 76.

união da alma e do corpo[42]: a união de duas substâncias que formam no nosso caso uma só pessoa, e nisto serve de exemplo para a união da divindade e humanidade em Cristo. Mas não serve como exemplo noutros aspectos: por exemplo enquanto a alma e o corpo são duas substâncias incompletas, e este não é o caso da divindade nem da humanidade de Cristo; nem sequer quanto à união do corpo e da alma se constituirem uma só natureza.

A natureza humana de Cristo é íntegra e perfeita, mas não é uma pessoa humana, nem é um sujeito distinto do Verbo

O Filho de Deus assumiu uma verdadeira e perfeita natureza humana individual, composta de corpo e alma, e é verdadeiramente homem. Daí se originou que alguns concebessem a natureza humana de Cristo como um sujeito humano diferente da pessoa do Verbo, ainda que não lhe chamassem «pessoa», mas só «hypóstasis».

Contra estes, o quinto concílio ecuménico, II de Constantinopla, (553) «confessou a propósito de Cristo: «Não há n'Ele senão uma só hipótese (ou pessoa), que é nosso Senhor Jesus Cristo, *um da santa Trindade* (Ds, 424). Tudo na humanidade de Cristo deve, portanto, ser atribuido à sua pessoa divina como seu sujeito próprio (Ds, 255); não só os milagres, mas também os sofrimentos (cf. Ds, 424) e a própria morte: " Aquele que foi crucificado na carne,

[42] Cf. Símbolo *Quicumque*, DS, 76: «Como a alma racional e o corpo formam um só homem; assim, Cristo é um, sendo Deus e homem».

nosso Senhor Jesus Cristo, é verdadeiro Deus, Senhor da glória e um da Santíssima Trindade (Ds 433)"»[43].

A natureza humana de Jesus Cristo, ainda que real, criada, individual e concreta, não é uma hypóstasis ou uma pessoa humana, pois não é um subsistente, não é um todo completo em si mesmo que exista independentemente do outro, já que pertence propriamente ao Verbo que a assumiu, e foi conduzida de forma inefável à união do ser pessoal do Filho de Deus que pré-existia à união. *De modo que o Filho de Deus, um da Santíssima Trindade, é o único subsistente, sujeito ou pessoa, na sua natureza divina e na sua natureza humana.*

Afirmar que a humanidade de Cristo não é pessoa humana não significa diminuir ou tirar o que quer que seja da verdadeira e real índole humana de Nosso Senhor, já que essa natureza é completa e perfeita, e não lhe falta nada que seja próprio dela. E também não rebaixa a condição e dignidade da sua humanidade o facto de não existir por si mesma e não constituir uma pessoa humana, mas sim, pelo contrário, «a natureza humana é em Cristo mais digna que em nós, porque no nosso caso ao existir por si tem a sua própria personalidade, todavia em Cristo existe a pessoa do Verbo»[44].

---

[43] CIC, 468.

[44] *S. Th.* III, 2,2, ad. 2.

A pessoa de Jesus Cristo é divina, eterna e imutável na sua Encarnação e não formada pela união das naturezas: é pessoa do Filho de Deus

Já sabemos que só se encarnou a segunda pessoa da Santíssima Trindade, o Filho de Deus, como nos ensina a revelação e a fé da Igreja: as três pessoas divinas fizeram que a natureza humana se unisse á pessoa singular do Filho de Deus[45].

A Encarnação não implicou mudança alguma no Filho de Deus, que é imutável, como a criação também não implicou. Somente se dá a mudança na natureza humana: inovação que consiste no facto de começar a existir elevada inefavelmente à união pessoal com o Verbo. A pessoa divina não adquiriu nenhuma perfeição nova, porque possui todas as perfeições da natureza humana, contidas de forma muito mais excelente na sua natureza divina.

A fé ensina-nos que a pessoa de Cristo é a pessoa eterna do Filho Unigénito de Deus. E o Verbo, desde antes dos séculos, tem o seu ser pessoal por geração eterna de Deus Pai. *Portanto, a pessoa de Cristo não é causada pela união das duas naturezas, ela é eterna.* Cristo não «é» ou existe pela sua natureza humana, por ela «é homem». A pessoa de Cristo, depois da Encarnação, subsiste sem mudança alguma nas duas naturezas, mas não é formada por composição ou pela união de ambas.

Como consequência, a filiação de Jesus no que respeita a seu Pai não é adoptiva como a dos outros homens,

---

[45] *Cf. DS, 535; 801.*

pois é Filho de Deus por natureza, o Unigénito, o próprio Filho do Pai, pois d'Ele recebeu o seu ser pessoal por geração eterna[46]

A concepção subjectivista da pessoa e a sua incidência na cristologia

Com a mudança produzida por Descartes no pensamento filosófico modificou-se também o conceito de pessoa. Se anteriormente se definia a pessoa na ordem da realidade e do ser, a partir deste autor tentar-se-á definir a partir da subjectividade; por exemplo como a auto consciência do próprio eu ou do próprio psiquismo (no qual se contém toda a realidade pessoal), ou como a abertura e capacidade de relação com outro tu.

Quando se aplicam estas teorias subjectivistas a Cristo suscitar-se-á imediatamente o problema de imaginar em Jesus uma pessoa humana distinta do Verbo. Com efeito, se o que constitui e define a pessoa é a sua auto consciência, a humanidade de Cristo – que tem consciência da sua vida psíquica – será um sujeito humano.

---

[46] Cf. DS, 595; 611; 619; 852. Entenderemos melhor esta verdade se tivermos presente que *a filiação é uma relação de uma pessoa no que respeita a outra que a gerou e lhe comunicou a sua natureza específica*. Assim, a filiação divina adoptiva é a relação do homem que recebeu a vida divina participada, a graça, respeitante a Deus que lha comunicou. Esta filiação adoptiva «não é uma qualidade sobrenatural» recebida de Deus que transforme o homem fazendo-o divino por participação, como o é a graça santificante, mas a subsequente «*relação*» da pessoa que esta vida sobrenatural em ordem a Deus.

Algumas teorias recentes sobre a personalidade de Jesus Cristo

Nesta linha de pensamento, alguns autores explicam que a personalidade consiste na abertura da consciência humana ao ser em geral, que no fundo é uma abertura ao infinito, quer dizer, a Deus. Por isso afirmam que em Cristo haveria um centro de consciência humano referido a outro centro de consciência divino; quer dizer, n'Ele encontraríamos duas subjectividades: uma divina (Deus) e outra humana (Cristo), à que alguns autores chamam abertamente pessoa humana.

Então, como pode dar-se, em Cristo, uma unidade entre o que é humano e o que é divino? Como explicar a unidade entre essas duas subjectividades? – Tentam explicá-la pelas operações existentes entre os dois centros de consciência: pelo conhecimento que essa pessoa humana tenha da divindade e pela comunicação ou revelação de si que Deus faça a essa pessoa humana. E assim dizem que «toda a realidade de Jesus» reside no facto de que a sua subjectividade humana está totalmente aberta ao infinito, em completa obediência ao Pai; e por isso pode receber a total auto doação de Deus que se revela plenamente: assim pois, Jesus será um ser humano no qual tem lugar a revelação suprema de Deus.

Crítica destas teorias

Estas teorias reduzem a cristologia a uma simples antropologia: Cristo seria uma simples pessoa humana igual a nós, um homem que tem uma relação mais intensa com a divindade, um homem especialmente santo; e não se poderia dizer com verdade que Jesus Cristo é Deus feito homem, tal como ensina a fé.

Estas teorias, além disso, afirmam uma antropologia insuficiente que reduz a realidade de um ser a um dos seus actos: a pessoa seria a simples consciência de si. O que é um erro, pois toda a operação vital – como o é a consciência – requer um sujeito operante, que é a pessoa. Portanto, a pessoa não se identifica com a sua consciência, nem se constitui por ela: a pessoa é quem tem essa consciência de si.

Por isso, a Congregação para a Doutrina da Fé, em 1972, declarou estes erros como opostos à fé[47].

Modos de expressar a realidade do mistério da união hipostática

Sabemos que o Filho de Deus fez suas as propriedades da natureza humana e tornou participante a humanidade assumida da dignidade da sua pessoa; de modo que ao expressar o mistério da Encarnação dá-se uma espécie de comunicação de propriedades entre o que é

---

[47] Cf. CONGR. PARA A DOUTRINA DA FÉ. Declaração. *O mistério do Filho de Deus*, 3.

humano e o que é divino, o que se denominou com uma locução de origem grega, *communicatio idiomatum*. Por exemplo, quando São Pedro diz aos judeus: «Matastes o autor da vida» (Act 3,15); ou quando São Paulo diz: «Se tivessem conhecido (a Sabedoria de Deus), nunca teriam crucificado o Senhor da glória» (1 Cor 2,8). Em ambos os casos atribuem-se a Deus propriedades humanas (como morrer ou ser crucificado).

Neste campo, há modos de falar de Cristo que são adequados, mas outros podem ser ambíguos ou erróneos. Portanto, devemos cuidar a precisão da linguagem para nos exprimirmos convenientemente; para isto vejamos algumas regras elementares que devemos observar nas nossas expressões sobre o mistério de Jesus Cristo.

Unicamente à pessoa de Cristo se atribuem todas as propriedades e acções tanto da sua natureza divina como da sua natureza humana

Como a pessoa de Cristo é o sujeito que subsiste nas duas naturezas, podem e devem-se atribuir a essa pessoa todas as propriedades e acções da natureza divina e da natureza humana, que realmente são suas e lhe pertencem.

Tenhamos em conta que normalmente nomeamos a pessoa subsistente por meio de nomes concretos: o Verbo, Deus, o Filho de Deus, Jesus de Nazaré, Cristo, o Filho do homem, este homem, etc.

Assim podemos dizer que Deus nasceu de Maria Virgem, ou que o Filho de Deus morreu por nós. E também podemos dizer que Jesus é Deus, é a Verdade e a Vida,

que por Ele se criaram todas as coisas, ou que existe antes de Abraão. E assim o confessa o símbolo Niceno--Constatinopolitano: «Creio num só Senhor, Jesus Cristo, Filho unigénito de Deus, nascido do Pai antes de todos os séculos (...) por quem tudo foi feito; que por nós, os homens (...) encarnou no seio da Virgem Maria, e se fez homem; e por nossa causa foi crucificado sob Pôncio Pilatos; padeceu e foi sepultado, e ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras, e subiu aos Céus».

Não se podem atribuir a uma natureza de Cristo as propriedades e acções de outra

Como depois da união hipostática as duas naturezas de Cristo permanecem distintas e sem confusão, não se podem pregar ou atribuir a uma natureza as propriedades ou acções da outra.

Tenhamos em conta que normalmente designamos as naturezas em si mesmas, e não a pessoa dessa natureza, com os nomes abstractos que qualificam o seu modo de ser: por exemplo, a divindade, a humanidade.

Assim, não se pode dizer de modo algum que a divindade nasceu no tempo, ou que era passível, ou que morreu por nós. Como também não se pode dizer que a humanidade de Cristo é incriada, eterna, omnipotente, ou que era impassível.

Mas também temos de ter em conta outro modo de significar as naturezas: a reduplicação. Os nomes que significam a natureza de modo concreto (por exemplo Deus, homem), que em princípio significariam a pessoa,

se usarmos a reduplicação (por exemplo, Jesus Cristo, *enquanto Deus*; ou o Filho de Deus, *enquanto é homem*), neste caso designam propriamente a natureza (a divina ou a humana), e não a pessoa.

Desta forma podemos dizer que o Filho de Deus, *enquanto homem*, é inferior ao Pai, é criatura, ou que morreu na cruz. E também podemos dizer que Jesus, *enquanto Deus*, é eterno, igual ao Pai, não foi feito.

Pelo contrário, não se pode dizer que Jesus, *enquanto Deus*, nasceu em Belém; ou que Cristo, *enquanto homem*, é o Criador, ou é uma pessoa.

Em resumo, ainda que todas as propriedades e acções das duas naturezas se se atribuem justamente à única pessoa de Cristo, para evitar equívocos e locuções confusas, muitas vezes convém distinguir a razão dessa atribuição: umas atribuem-se-lhe segundo a sua natureza divina (por exemplo, Jesus Cristo é o Criador de todas as coisas enquanto Deus), e outras segundo a sua natureza humana (por exemplo, é filho de Maria enquanto homem).

Capítulo V

CRISTO ENQUANTO HOMEM CHEIO DE GRAÇA E DE VERDADE

Como é Cristo enquanto homem? Já dissemos que é perfeito homem e tem uma natureza humana íntegra à qual não falta nada do que é propriamente humano, já que na Encarnação «a natureza humana foi assumida, não absorvida»[48].

Agora estudaremos as diferentes faculdades e qualidades humanas de Jesus Cristo. Não examinaremos as propriedades da sua natureza divina que se estudam noutro tratado. Concretamente, consideraremos neste capítulo a graça e santidade de Cristo assim como também o seu conhecimento humano, e no capítulo seguinte veremos outros aspectos que completam a sua humanidade perfeita: a sua vontade livre, a sua afectividade, etc.

---

[48] GS. 22,2; Cf. CIC. 470.

Qualidades da humanidade de Cristo para ser o instrumento do Verbo na obra da nossa salvação

Já sabemos que o Filho de Deus encarnou para ser, como homem, a causa da nossa salvação; por isso a sua humanidade deve ser o instrumento, indissoluvelmente unido ao Verbo, adequado para a obra salvífica.

E trata-se de um *instrumento vivo e racional*, não inerte ou passivo, que simplesmente fosse movido pelo agente principal, mas que tem a sua acção própria. Por isso, Cristo na sua humanidade tem aquelas qualidades que são convenientes para a finalidade da Encarnação:por exemplo, para comunicar-nos a verdade e a graça divinas pelas quais nos salvamos, está dotado de todas essas qualidades, está «cheio de graça e de verdade» (Jo 1,14), já que «da sua plenitude todos recebemos» (Jo 1,16).

Além disso, temos de considerar que as propriedades da sua natureza humana procedem da sua união com a divindade, pois Deus é a fonte de todo o bem e a perfeição duma criatura depende da sua união com Deus. E quanto mais unido se está com Deus, mais se participa da sua bondade e mais abundantes bens se recebem, assim como quanto alguém mais se aproxima do fogo mais se aquece. Pois bem, não há uma união mais íntima da criatura com Deus que a união na própria pessoa divina, daí que Cristo na sua humanidade esteja cheio dos dons divinos: é um homem natural e sobrenaturalmente perfeito.

Assim como o Filho de Deus feito homem tem aquelas qualidades naturais e sobrenaturais que são convenientes para a nossa salvação, por essa mesma razão não assumiu com a natureza humana aqueles mesmos

defeitos ou limitações que dificultariam a obra salvífica, tais como o pecado ou a ignorância. Ainda que tenha assumido aquelas limitações da nossa natureza que servem a finalidade da Encarnação e que não são defeito moral e não desdizem da sua condição, tais como a passibilidade e a dor.

A graça e a santidade de Cristo

Aspectos que a santidade de Cristo abrange

A santidade. A santidade é um atributo próprio de Deus, o só Santo, «três vezes santo» (Is 6,3). O conceito de santidade refere-se ao ser divino em si mesmo que é transcendente sobre todas as coisas criadas; e, como consequência, encerra a ideia de pureza, de ausência de pecado e de tudo o que é contrário à vida divina.

A noção de santidade também se aplica às criaturas que se dizem «santas» enquanto estão unidas a Deus e participam da vida divina. Nesta união com Deus podem distinguir-se dois aspectos: o ontológico e o operativo.

Na Bíblia diz-se que algo ou alguém é santo *em sentido ontológico* na medida em que está unido a Deus, na medida em que foi assumido por Ele e lhe pertence, e, por conseguinte, está destinado ou consagrado ao seu serviço exclusivo: por exemplo, no Antigo Testamento chamam-se santos o Templo, o Sábado, o povo de Deus, etc. A noção de santidade no Novo Testamento, além de conservar a ideia de consagração ou dedicação a Deus, enriquece-se com uma participação na vida divina por acção do Espí-

rito Santo que transforma o homem interiormente, que o diviniza, o faz justo e o purifica do pecado: por exemplo, os baptizados em Cristo (cf. Act 9,13; Rom 15,25).

No sentido operativo e moral diz-se que é santo quem vive estavelmente a união sobrenatural com Deus pela fé e o amor e, portanto, move-se em tudo guiado pela vontade santa de Deus e serve-o de coração («o justo vive da fé» Rom 1,17). E a consequência desta união e deste amor a Deus é a limpeza de todo o pecado, que o homem se conduza longe de todos os pecados e de tudo o que o afaste de Deus.

A santidade de Cristo. Na Sagrada Escritura, Cristo é chamado Santo (cf. Lc 1,35; Act 3,14) ou o Santo de Deus (cf. Jo 6,69). Evidentemente é santo enquanto Deus. Mas também é santo enquanto homem, e isto em três sentidos: em primeiro lugar, porque a sua humanidade está unida ao só Santo em unidade de pessoa, é de Deus e pertence inteiramente ao Verbo; em segundo lugar, porque mediante a graça, a sua humanidade está divinizada na sua essência e nas suas potências; e em terceiro lugar, é santo no aspecto moral porque vive sempre unido à vontade de seu Pai e n'Ele não há pecado algum.

Vejamos estes aspectos da santidade de Cristo enquanto homem.

Cristo enquanto homem é santo porque a sua humanidade está unida ao Verbo e lhe pertence. A graça de união

Pela união hipostática, a humanidade de Cristo é santa enquanto foi assumida pelo Filho de Deus, é inteiramente de Deus, pertence ao Verbo, está destinada e consagrada ao seu serviço, e é em si mesma instrumento da divindade. Pela união hipostática a humanidade de Cristo tem a santidade infinita do Verbo.

Esta mesma união hipostática, considerada como um dom outorgado à natureza humana assumida, chama-se «*graça de união*». Com efeito, para a humanidade de Cristo é uma graça o facto de ter sido elevada à maior união com a divindade a que um ser pode ser elevado. E este dom gratuito é a própria pessoa do Verbo que foi dada á natureza humana como termo da assunção: é um dom infinito[49].

Cristo enquanto homem também é santo por graça habitual

A graça habitual é o dom sobrenatural que Deus outorga ao homem pelo qual o une a si e o torna semelhante a si próprio, fazendo-o participar da natureza divina (cf. Pd 1,4) que é santa. Por isso a graça chama-se também «*santificante*» porque é uma qualidade que transforma a natureza do homem divinizando-o, tornando-o justo e santo.

---

[49] Cf. *S. Th.* III,2,10; III,6,6; III,7,13; etc.

Os Evangelhos falam-nos explicitamente da existência desta graça em Jesus Cristo: estava «cheio de graça» (Jo 1,14), ou «crescia em graça» (Lc 2,52).

É fácil entender a conveniência de que Cristo tenha a graça habitual, já que a sua humanidade não é santa por si mesma, nem se transformou em divina pela união hipostática, uma vez que permanece sempre a distinção das duas naturezas. Por isso, é necessário que a humanidade de Cristo chegue a ser divina e santa por participação, que é o efeito próprio da graça habitual ou santificante[50].

A plenitude de graça habitual em Cristo

A revelação não só nos diz que Jesus tem a graça habitual ou santificante, como também que estava «cheio de graça e de verdade» (Jo 1,14), e nos fala da sua «plenitude de graça» (Jo 1,16; cf. Ef 4,13).

Com efeito, a graça é causada no homem pela presença de Deus nele, tal como a luz no ar é consequência da presença do Sol. A razão da plenitude de graça em Cristo reside na sua humanidade estar unida a Deus na humanidade mais estreita imaginável, em unidade de pessoa, pelo que recebe a máxima e mais plena comunicação possível da vida divina.

Em que consiste esta plenitude de graça? Considerando-a como uma realidade criada que tem o seu sujeito na alma, é evidente que a graça habitual não pode ser infinita em si mesma, mas limitada. Mas Cristo recebeu,

---

[50] Cf. *S.Th.* III,7,1,ad 1; III,7,9 ad 2.

na sua humanidade, a graça no mais alto grau que pode dar-se. Por isso, se pode dizer que a graça em Cristo é de certo modo ilimitada ou infinita «sem medida» (Jo 3,34); enquanto a nós se nos dá segundo medida (cf. Ef 4,7). Quer dizer, Jesus possuía a graça com toda a perfeição possível: com todos os efeitos, virtudes, dons e operações que esta pode ter e alcançar.

Esta plenitude de graça é própria e exclusiva de Cristo, pois foi-lhe conferida para que Ele fosse o princípio universal da justificação de todo o género humano. Todas as graças que os homens tiveram provêm d'Ele, como da sua fonte; e por isso Ele as possui todas, no mais alto grau: «Da sua plenitude todos recebemos graça por graça» (Jo 1,16). Esta mesma plenitude de graça habitual em Cristo, enquanto é a Cabeça e o princípio da santificação de todos, conhece-se com o nome de «*graça capital*».

As virtudes sobrenaturais, os dons e carismas de Cristo

Juntamente com a graça, Cristo tem todas as virtudes, dons e carismas do Espírito Santo na forma conveniente à sua perfeição de Filho de Deus e à sua missão de Redentor.

As virtudes sobrenaturais. Como a Sagrada Escritura testemunha, Cristo teve muitas virtudes, e em grau admirável: a humildade, a obediência, a misericórdia, a pureza, a paciência, etc. Especialmente brilha n'Ele um ardente amor sem mácula a seu Pai e a nós, os homens, até ao ponto de oferecer a sua vida por cada um de nós.

Sabemos que a graça diviniza a alma na sua essência, mas a sua acção civilizadora estende-se também às potências da alma mediante as virtudes sobrenaturais para que o homem possa realizar obras sobrenaturais. E a humanidade de Cristo estava plenamente enriquecida e divinizada pelo Espírito Santo, portanto não podiam faltar-lhe as virtudes infusas, e estas em grau máximo e perfeito.

No entanto, Jesus não teve aquelas virtudes que implicam em si mesmas alguma carência ou imperfeição: por exemplo não teve a fé (pois já possuía a visão de Deus), nem propriamente teve a esperança (pois já tinha a união com Deus), nem a penitência (pois não teve pecado).

Os dons do Espírito Santo. A revelação diz-nos que Jesus, «cheio do Espírito Santo (...) era conduzido pelo Espírito» (Lc 4,1); e também possuía os dons do Espírito Santo em grau excelentíssimo e eminente (cf. Is 11,2).

Sabemos que os dons do Espírito Santo conduzem à sua última perfeição as virtudes para que o homem actue totalmente segundo o querer de Deus. Daí que Cristo possuísse esses dons para que a perfeição de todas as virtudes fosse plena.

Os carismas. Juntamente com a plenitude da graça, Cristo possui em plenitude os carismas do Espírito Santo, isto é, os dons divinos convenientes para desempenhar uma missão salvífica.

Jesus tem, de modo perfeito, todos os carismas que os homens tiveram para levar a cabo alguma missão para a edificação dos outros (os dons próprios dos apóstolos,

profetas, pregadores, doutores, pastores, etc.), pois d'Ele provêm (cf. Jo 1,16), e a Ele correspondem como Salvador de todos e supremo Mestre da nossa fé.

A santidade de vida e a ausência de pecado em Jesus Cristo

Jesus é santo também no sentido operativo e moral, porquanto viveu, livremente, em todos os momentos a união sobrenatural com seu Pai pelo amor. A perfeição da graça e da caridade que possuía, levavam-no a identificar completamente a sua vontade humana com a vontade santa de Deus, nas coisas grandes e pequenas. Ele próprio confessa: «Eu faço sempre o que agrada a meu Pai» (Jo 8,29; cf. 4,34).

E está livre de todo o pecado: «vem o príncipe deste mundo (Satanás). Ele não pode nada contra mim» (Jo 14,30; cf. Pd 2,22). Por isso o Magistério da Igreja, unindo-se à Sagrada Escritura, ensinou em muitas ocasiões esta realidade: Cristo é «semelhante a nós em tudo, excepto no pecado» (Heb 4,15; cf. 7,26-27)[51].

O Magistério da Igreja também assinalou que Jesus esteve livre do pecado original e que não sofreu a desordem da concupiscência, consequência desse pecado; de modo que n'Ele a sensibilidade estava sempre perfeitamente subordinada à razão[52].

---

[51] CF. S. LEÃO MAGNO. DS. 293-294; CONC. CALCEDÓNIA,DS, 301.

[52] Cf. CONC II DE CONSTANTINOPLA, DS, 434; CONC. DE FLORENÇA, DS, 1347.

Mais ainda: os teólogos afirmam que Cristo não só não teve nenhum pecado de facto, mas que, além disso, era *impecável*. A razão é óbvia: as acções são da pessoa; e se Cristo pudesse pecar, seria Deus quem pecaria, e teria que negar-se a si mesmo. Além disso, Jesus Cristo enquanto homem, como veremos, gozava da visão intuitiva de Deus, que implica também a impossibilidade de rejeitar o Bem infinito.

O conhecimento humano de Jesus Cristo

Como Cristo tem duas naturezas perfeitas tem dois modos de conhecer, um infinito e divino – comum a toda a Trindade –, e outro humano. Agora vamos estudar só este último.

A existência de um conhecimento humano em Cristo

A afirmação de um conhecimento humano em Cristo torna-se patente em todo o Novo Testamento. E a Igreja, seguindo a revelação divina, defendeu sempre a integridade da natureza humana de Cristo, que tem uma alma racional e uma inteligência humana. Esta inteligência humana não pode estar privada da actividade que lhe é própria: o conhecer por si mesma; se fosse o contrário seria vã e imperfeita. Por exemplo, o Concílio Vaticano II diz que o Filho de Deus «trabalhou com mãos de homem,

pensou com inteligência de homem, actuou com vontade de homem, amou com coração de homem»[53].

Além disso, os teólogos interrogaram-se se Jesus, durante o seu caminhar terreno, teve os diversos modos de conhecer a que a inteligência humana está aberta e são possíveis para ela (a ciência adquirida, a visão beatífica e a ciência infusa). Como é lógico, os Evangelhos não distinguem teologicamente os diversos modos de conhecimento, ainda que sugerem algumas coisas. E o Magistério da Igreja, ainda que tenha defendido a existência de um conhecimento humano em Cristo, não determinou a natureza e o alcance de todos os diversos modos de conhecer. Vejamos, pois, o que ensina a mais segura teologia.

O conhecimento experimental ou ciência adquirida de Jesus Cristo

Por ciência adquirida designam-se aqueles conhecimentos que o homem alcança com as suas próprias forças partindo dos sentidos e da experiência. O intelecto humano, apoiando-se nos dados da experiência sensível, tem a capacidade de conhecer o que são as coisas, não só as suas aparências, e conhecer as suas causas, as suas relações com outras, etc.

Sem dúvida que este é o modo de conhecimento de que fala São Lucas mostrando um Jesus criança que «cres-

[53] GS, 22.

cia em sabedoria, idade e graça» (Lc 2,52). Jesus adquiria aqueles conhecimentos de forma semelhante aos outros homens: com as suas experiências e com a aplicação da mente, contando também com o conhecimento dos outros (cf. Mc 6,38; Jo 11,34), começando pelos ensinamentos que receberia de Maria e de José.

«Tal ciência é proporcional (...) e co-natural á natureza humana»[54]. Aceitar a existência deste conhecimento adquirido em Cristo – e, portanto, progressivo –, é consequência do realismo com que se aceita a Encarnação do Verbo.

Parece evidente que este conhecimento adquirido teria um alcance limitado, pois a sua inteligência humana desenvolvia-se nas condições históricas concretas da sua existência, que eram limitadas no espaço e no tempo. Ainda que a clareza e a força da sua inteligência lhe fizessem entender a realidade das coisas que ia experimentando com muito mais profundidade e sabedoria que nos outros homens.

A visão beatífica da alma de Cristo

Chama-se ciência de visão ou visão beatífica ao conhecimento íntimo e imediato de Deus que é próprio dos bem-aventurados do céu, e que os torna semelhantes a Ele porque O vêem «tal qual é» (1 Jo 3,2), «face a face» (1 Cor 13,12).

---

[54] *S. Th.* III.9.4.

A afirmação da existência da ciência de visão em Cristo durante a sua vida terrena fundamenta-se naqueles textos do Novo Testamento nos quais se diz que Ele *vê a Deus* a quem ninguém pode ver: «Ninguém viu o Pai, senão aquele que procede de Deus, esse viu o Pai» (Jo 6,46). Por isso, Jesus apresenta-se como *testemunha do que vê em Deus*; por exemplo quando diz: «Aquele que me enviou é verdadeiro, e o que ouvi dele é o que eu digo ao mundo. (...) Eu digo o que vi em meu Pai» (Jo 8,26.38).

Ainda que historicamente houvesse algumas dúvidas acerca de estes textos se referirem à sua ciência humana de visão ou antes à ciência divina, a Tradição da Igreja, desde Santo Agostinho, tem sido concorde em afirmar a ciência beatífica em Cristo. E o Magistério da Igreja em algumas ocasiões referiu-se à existência deste conhecimento em Cristo, ainda que não tenha definido esta doutrina como de fé[55].

A existência desta ciência em Cristo fundamenta-se na união da natureza humana com o Verbo: como consequência dessa união, o intelecto humano de Cristo gozava de um pleno e imediato conhecimento do Verbo.

Segundo o comum parecer dos teólogos, Cristo com a ciência de visão via, não só a divindade, mas também todas as coisas, já que todas têm relação com a sua missão na terra, pois Ele foi constituído Redentor de todos. E o Magistério da Igreja disse que é *certa* «a sentença que

---

[55] Cf. DS, 3645; PIO XII, Enc. *Mystici corporis* (DS, 3812) e Enc. *Haurietis aquas* (DS, 3924).

estabelece (...) que desde o princípio *conheceu tudo no Verbo, o passado, o presente e o futuro*»[56]

A ciência infusa ou profética em Cristo

Ciência infusa é aquele conhecimento que não se adquire pelo trabalho da razão, mas que provém directamente de Deus pela comunicação de algumas ideias à mente humana.

Não se deve confundir com a ciência de visão, pela qual se vê imediatamente a Deus em si mesmo. Um exemplo de ciência infusa é o conhecimento profético.

Os textos do Novo Testamento não são incontroversos no sentido de afirmar a existência de uma ciência infusa em Cristo. No entanto, é-nos *sugerido* este tipo de conhecimento sobrenatural de Cristo ao mencionar que conhecia os pensamentos secretos do coração dos homens[57], ou os acontecimentos futuros que predizia, como são as negações de Pedro, os acontecimentos da sua Morte e da sua Ressurreição, etc.

O Magistério da Igreja só isoladamente se referiu à ciência infusa de Cristo. E, ainda que alguns teólogos duvidem de se esses textos da Escritura se referem a este tipo de conhecimento ou ao de visão beatífica, a maior parte deles opina que Cristo gozou também de ciência infusa.

---

[56] DS, 3646.

[57] Cf. Mc 2,8; Jo 1,47-49; 2,25; 4,17-18.

Como se harmonizam em Cristo esses diversos tipos de conhecimento humano?

Como poderia Jesus adquirir e progredir em conhecimentos por ciência adquirida, se já sabia tudo por ciência de visão?

Neste ponto as explicações dos teólogos hão-de partir da plena aceitação dos dados revelados, que indicam que Jesus aprendia, e por outro lado nos mostram que gozava da visão de Deus. Assim pois, para esclarecer de algum modo este mistério, afirmaram que se trata de dois conhecimentos situados a níveis diferentes e características diversas, de modo que um conhecimento não impedia o outro.

Sobre esse esquema geral deram-se diversas explicações, com diferentes posições e terminologia, tanto na antiguidade como no século XX. Mas há que reconhecer que estas opiniões são incapazes de elucidar este mistério, que permanece inacessível para nós, e que reflecte a profundidade inescrutável da união hipostática.

A plenitude de ciência em Cristo e a ausência de erro e de ignorância n'Ele

Plenitude de ciência em Cristo. A Sagrada Escritura ensina que Jesus Cristo está «cheio de graça e de verdade» (Jo 1,14); n'Ele «estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e da ciência» (Col 2,3). Daí que a Tradição da Igreja tenha insistido na plenitude de conhecimento em Cristo que exclui todo o erro e ignorância.

Em Cristo não se dá o erro. A crítica histórica, o protestantismo liberal e o modernismo, afirmam que Jesus padeceu de erro no respeitante à data do fim do mundo e quanto à natureza do seu messianismo. Apoiam-se nalguns textos do discurso escatológico (Mt 24 e paralelos) nos quais o Senhor parece anunciar o fim do mundo como iminente, e em alguns outros textos isolados (cf. Mt 16,27-28).

São Pio X em 1907, condenou estas teorias dizendo que Cristo não teve erro algum[58]. Além disso, a existência de um erro em Cristo implicaria que não é Deus, que não é a Verdade. E, por outro lado, o erro iria contra a sua missão de Mestre de todos os homens. Por isto, a maior parte dos teólogos afirmam que «pertence à fé» não só que Cristo não se enganou, mas também que era *infalível*, que era impossível que errasse.

Cristo não teve ignorância. Existem na Escritura alguns textos que parecem indicar alguma ignorância em Jesus; o texto mais importante para a nossa questão é aquele em que Jesus diz ignorar o dia e a hora do juízo (cf. Mt 24,36 e Mc 13,32).

Baseando-se nesse texto, houve na antiguidade quem sustentasse a ignorância em Cristo. Todavia, a maioria dos Padres afirmou que Cristo não ignorava quando chegaria o fim do mundo, mas que não queria nem devia revelá-lo. Neste sentido o Catecismo da Igreja Católica diz: «O que neste domínio Ele reconhece ignorar (cf. Mt 13,32),

[58] Cf. DS. 3432-3435.

declara noutro ponto não ter a missão de o revelar (cf. Act 1,7)»[59].

Também hoje alguns opinam haver uma ignorância em Cristo, que inclusive é considerada como um factor positivo e necessário da sua verdadeira humanidade. Esta opinião não considera suficientemente que Jesus não é um simples homem como nós, mas Deus feito homem.

A Igreja rejeitou, em diversas ocasiões, esses erros, e indicou como *certa* «a sentença que estabelece *não haver nada ignorado* na alma de Cristo»[60].

A auto-consciência de Cristo

A auto-consciência de Cristo segundo algumas teorias subjectivistas recentes.

A partir do século XX a cristologia mostrou um especial interesse pela consciência que Jesus tinha de si mesmo: se se sabia Filho de Deus e Messias. Sem dúvida, esta tendência está relacionada com a evolução do pensamento filosófico moderno para com a subjectividade, que reduz a realidade pessoal de Cristo á sua auto-consciência.

Esta concepção leva não só a pôr em Cristo um centro de consciência humano diferente do Verbo, como a imaginar que essa consciência se reduz aos fenómenos psíquicos humanos. Então, como poderia Jesus chegar a conhecer a sua identidade de Filho de Deus?

---

[59] CIC. 474.

[60] DS. 3646. Cf. DS, 474-476; CONC LATERANENESE (649). DS. 518-519.

Alguns autores respondem negando que Jesus tivesse consciência da sua divindade. E outros sustentam que Jesus, desde uma ignorância inicial pela qual se considerava como um simples galileu, iria pouco a pouco tomando consciência de ser o Filho de Deus e o Salvador do mundo (processo que não explicam satisfatoriamente). De qualquer forma, esta consciência de Jesus nunca chegaria a ser clara, nem sequer no final da sua vida na cruz, onde o vêm cheio de dúvidas e de perplexa obscuridade sobre o sentido da sua vida e da sua morte.

Apesar de que nada proíba que se façam indagações mais profundas acerca da humanidade de Cristo com métodos psicológicos, estas teorias afastam-se da verdade pois levam a cabo uma transposição unívoca da nossa psicologia para Cristo, o que não é legítimo pois Ele não é um simples homem, mas Deus e homem, que, além do mais, na sua humanidade possuia a visão de Deus. Deste modo, contradizem o que nos diz a fé sobre a plenitude do conhecimento de Cristo, em quem não cabe a ignorância, e chocam com o ensinamento da Escritura sobre a consciência de Jesus acerca da sua divindade.

A auto-consciência e o «Eu» de Cristo

A auto-consciência de Cristo. Jesus na sua consciência humana tinha um claro e verdadeiro conhecimento de si, sabia quem era: o Filho de Deus que veio a este mundo e se fez homem para nos salvar[61]. Os Evangelhos

[61] COMISIÓN TEOLÓGICA INTERNACIONAL, *La conciencia que Jesus tenia de si mismo y de su misión*, em *Documentos* 1969-1996. BAC 587, p. 382-384.

mostram-nos sempre que essa auto-consciência era rectilínea e clara desde as suas primeiras palavras quando tinha doze anos: «Porque me procuráveis? Não sabíeis que devo ocupar-me das coisas de meu Pai?» (Lc 2,49). Neste ponto também poderíamos referir os textos da Escritura que já vimos nos quais Jesus expressa a consciência da sua identidade quando se designa como Filho de Deus, ou afirma a sua pré-existência ao mundo, ou diz que é igual ao Pai, etc.

A unidade psicológica de Cristo: o único «Eu» de Cristo. Se nos fixarmos na palavra «eu» nos lábios de Jesus (palavra que exprime a sua auto-consciência, verificamos que nos Evangelhos nunca aparece um eu humano de Jesus e outro eu do Filho de Deus: nunca se sente e se mostra como um homem diferente do Filho de Deus. Pelo contrário, na Escritura aparece um único Eu que exprime a sua unidade psicológica, que deriva da unidade ontológica da sua pessoa: Ele é e sabe-se um só sujeito, o Filho de Deus feito homem. Por exemplo: «Agora, Pai, glorifica-me junto de ti mesmo (na minha humanidade), com a glória que eu tinha em ti (como Filho eterno de Deus) antes que o mundo existisse» (Jo 17,5).

De igual modo, é muito significativa a expressão «Eu sou» utilizada por Jesus, que recorda a resposta dada por Deus a Moisés: «Eu sou o que sou (...) assim responderás aos filhos de Israel: Eu sou me manda a vós» (Ex 3,14). Por exemplo: «Se não acreditardes que Eu sou, morrereis nos vossos pecados» (Jo 8,24); e também: «Quando levantardes ao alto o Filho do homem, então conhecereis que Eu sou» (Jo 8,28), onde Cristo fala da sua «eleva-

ção» mediante a cruz e a sequente Ressurreição: então manifestar-se-á claramente, ante todos os homens, quem é, que é Deus.

Ora bem, no intento de explicar «como» se podia formar esta auto-consciência n'Ele, a opinião mais provável para os teólogos é que Jesus se sabia não só homem mas também, ao mesmo tempo, Filho de Deus mediante o conhecimento de visão beatífica, pelo que o seu intelecto humano gozava de um imediato conhecimento do Verbo.

Capítulo VI

OUTRAS CARACTERÍSTICAS QUE COMPLETAM A FIGURA DE JESUS CRISTO ENQUANTO HOMEM

Para completar o conhecimento de *Cristo enquanto homem*, veremos agora outros traços que completam o quadro da sua perfeita humanidade. Também aqui começaremos por examinar os problemas que surgiram historicamente, e assim poderemos entender melhor o sentido e o alcance da doutrina definida pela Igreja nessas ocasiões.

As heresias do monoergismo e do monotelismo. O III concílio de Constantinopla

O monoergismo. O patriarca Sérgio de Constantinopla, nos começos do século VII, para atrair os monofisistas que continuavam muito activos, ensinou que Cristo, ainda que tivesse duas naturezas, tinha uma única operação, pois afirmava que o agir e o actuar provém da pessoa, não da natureza.

O monoergismo ou monoergetismo[62], que Sérgio defendia e que o imperador Heráclio também sustentava, foi eficazmente combatido sobretudo por Máximo, o Confessor.

O monotelismo. O imperador Heráclio, que procurava a unidade religiosa para salvaguardar a já minada solidez do Império, deixou de falar do polémico monoergismo e passou a dizer que havia uma só vontade em Cristo. E em 638, com um édito, impôs o monotelismo a toda a Igreja[63]

Atribuía a Jesus uma única vontade pois, segundo ele, a vontade humana estaria movida por uma vontade divina sem que tivesse um querer humano próprio. Justificava a sua tese aduzindo que os Santos Padres ensinaram que em Cristo a natureza humana era instrumento da divindade; e como um instrumento não se move pela sua vontade mas

---

[62] Em grego «energeia» significa poder, actividade. Os termos monoergetismo ou monoergismo provêm de uma «operação ou acção».

[63] Em grego «*thélema*» significa vontade. O termo *monotelismo* provem de «uma vontade».

pela vontade de quem o utiliza, concluía que Cristo não possuia uma vontade humana.

Máximo, o Confessor, conseguiu que o papa Martinho I convocasse um concílio em Latrão (649) que condenou os erros do monotelismo e do monoergismo[64]

O III concílio de Constantinopla (681). Quando mudou a situação politico-religiosa do império. convocou-se um concílio ecuménico. Este concílio, sexto ecuménico e III de Constantinopla, condenou o monotelismo e o monoergismo, e definiu solenemente que se «dão n'Ele (Cristo) duas vontades naturais e duas operações naturais, sem divisão, sem mudança, sem separação, sem confusão»[65]

Em Constantinopla ficou esclarecido que não é suficiente a confissão da integridade da natureza humana de Cristo se é considderada apenas como elemento passivo e inerte nas mãos do Verbo, como uma simples fachada humana do Filho de Deus.

Este concílio também ensinou que estas duas vontades e operações de Cristo não se contrapõem, mas estão unidas: o que é humano está submetido e segue o que é divino.

---

64 Cf. DS 500-515.

65 CONC. III DE CONSTANTINOPLA, DS 556.

A vontade humana de Cristo

A existência de uma vontade humana de Cristo

O Verbo assumiu uma natureza humana perfeita; e a vontade livre pertence, e de modo essencial, à integridade e perfeição da natureza. Portanto, Jesus tem uma vontade racional humana, a faculdade que inclina para o bem conhecida como tal pela inteligência.

É certo que a pessoa é «quem» quer e actua, mas fá-lo segundo a forma e poder da sua natureza. Portanto, Jesus Cristo é o que quer segundo cada uma das suas duas naturezas: tem um querer divino comum com o Pai e o Espírito Santo, próprio da natureza divina; e tem outro querer humano, próprio da sua natureza humana assumida, que não partilha com o Pai ou o Espírito Santo.

Os monoteletistas pensavam que a humanidade de Cristo era um instrumento do Verbo que era unicamente movido pela divindade e não se determinava por si mesmo. E enganavam-se, porque a humanidade de Jesus Cristo é um instrumento racional e livre, não inerte ou inanimado, que se move segundo o seu próprio modo de ser: *move-se pela sua própria vontade humana* a seguir o querer divino[66]

---

[66] Cf. *S. Th.* III, 18,1, ad 2; III, 20,1.

A liberdade humana de Cristo

A liberdade humana de Cristo aparece explicitamente assinalada em alguns textos do Novo Testamento. Por exemplo, quando diz: «Dou a minha vida para tomá-la de novo. Ninguém ma tira, mas sou eu que a dou livremente. Tenho poder para a dar e tenho poder para a recuperar» (Jo 10,17-18; cf. Mc 3,13). A existência de uma liberdade humana também é assinalada implicitamente quando se afirma que Jesus obedeceu a seu Pai, ou que se ofereceu por nós em sacrifício (cf. Ef 5,2), ou que mereceu por nós (cf. Flp 2,5-11); e sem liberdade não é possível obedecer nem merecer.

O Magistério da Igreja também ensinou expressamente a voluntariedade e a liberdade com que Cristo se entregou por nós[67].

Porém, que Cristo fosse livre não significa que pudesse pecar, pois a liberdade não consiste em poder escolher o bem ou o mal. Assim como o erro não aperfeiçoa a inteligência nem é conforme a ela, escolher o mal ou pecar não aperfeiçoa a vontade nem é conforme a ela, ainda que mostre que o homem é livre. A liberdade consiste no modo que a vontade tem de querer o bem: em querer o bem por si mesma e não arrastada por nenhum outro factor interno ou externo. Como diz São Tomás: «Livre é o que é causa de si mesmo»[68].

---

[67] Cf. DS, 423, 502.

[68] SÃO TOMÁS DE AQUINO, *De Veritate*, q. 24, a. 1; cf. *S. Th.* III,18,4.

A sua livre obediência à vontade do Pai. Em Jesus Cristo não houve oposição entre a vontade humana e a divina

O III concílio de Constantinopla confessa que a vontade humana de Cristo sempre «segue a sua vontade divina sem lhe fazer resistência ou oposição, mas sim, pelo contrário, está sempre subordinada a esta vontade omnipotente»[69].

Efectivamente, a Sagrada Escritura mostra que a vontade humana de Jesus não é outra senão cumprir o querer divino: «Desci do céu não para fazer a minha vontade mas a vontade d'Aquele que me enviou» (Jo 6,38). Já desde o momento de entrar neste mundo diz: «Eis-me aqui que venho (...) para fazer, ó Deus!, a tua vontade» (Heb 10,7). Viveu sempre da vontade do Pai (cf. Jo 4,34; 5,30), e foi obediente até à morte, e morte de cruz (cf. Flp 2,8). Precisamente por esta obediência livre de Jesus todos somos justificados (cf. Rom 5,19).

Ainda que o III concílio de Constantinopla afirme que em Jesus Cristo não houve oposição entre a vontade humana e a divina, à primeira vista parece que houve, pelo menos no episódio da oração no horto de Getsemani, quando Jesus diz: «Não se faça a minha vontade, mas a tua» (Mt 26,39).

Para entender esta passagem, é necessário explicar que a sua inclinação natural ou que a sua sensibilidade (a

---

[69] CONC. III DE CONSTANTINOPLA, DS, 556.

que às vezes também chamamos «vontade»[70]) podiam apetecer algum bem diferente do querer divino, mas estavam inteiramente submetidas a ele pelo acto livre da vontade racional (que é a faculdade que chamamos propriamente «vontade humana»). Isto é manifesto quando diz que não se faça «a minha vontade» (a vontade como inclinação natural e sensível), «mas faça-se» este é o acto da vontade como escolha livre e racional), «a tua» (a vontade divina) (cf. Mt 26,39).

Assim pois, «Cristo possui duas vontades (...) não opostas, mas cooperantes, de forma que o Verbo feito carne, na sua obediência ao Pai, quis humanamente tudo o decidiu divinamente com o Pai e o Espírito Santo para a nossa salvação»[71].

As acções humanas de Jesus Cristo

A existência de uma operação humana em Cristo

Já dissemos que o monoergismo propugnava uma só operação em Cristo, que chamava *teândrica* (divino-humana); de modo que a sua humanidade seria um instrumento passivo sem uma acção própria, como uma marioneta da divindade. E foi condenado no III concílio de Constantinopla que confessou «*duas operações naturais* sem divisão, sem comutação, sem separação, sem

---

[70] V. g.: Ao dizermos de alguém que «fez a sua vontade», referimo-nos a que fez o que lhe apetecia naturalmente ou guiando-se simplesmente pela sua inclinação sensível.

[71] CCE, 475; cf. CONC. III DE CONSTANTINOPLA, DS, 556-559.

confusão, no mesmo nosso Senhor Jesus Cristo, nosso verdadeiro Deus, isto é, uma operação divina e outra operação humana»[72].

Já o tinha dito São Leão Magno a propósito do monofisismo: «Uma e outra natureza operam, com comunicação da outra, o que é próprio dela: quer dizer, que o Verbo realiza o que pertence ao Verbo e carne executa o que diz respeito à carne»[73].

A razão é que, ainda que as acções sejam das pessoas, são-no segundo o princípio dessas operações. «E a natureza é o princípio da operação. Por isso, em Cristo não há uma só operação por ser um único sujeito, mas duas operações porque são duas as naturezas. E na Santíssima Trindade, pelo contrário, não há mais que uma só operação (e não três) por causa da unidade da natureza»[74].

A natureza humana de Cristo tem a sua própria forma e virtude pelas quais actua do modo que lhe é próprio: sente, conhece, quer livremente, etc. Daí que a natureza humana tenha a sua própria operação diferente da operação divina.

---

[72] CONC. III DE CONSTANTINOPLA, DS, 557.

[73] S. LEÃO MAGNO, DS, 294.

[74] S. TOMÁS DE AQUINO, *Compendium theologiae*, cap. 212, n. 419; cf. *S.Th.* III,19,2, ad 3-4.

O poder próprio, natural e sobrenatural, das acções de Cristo homem

Qual é o poder e alcance das acções próprias de Cristo homem? Digamos, em primeiro lugar, que a sua natureza humana, como a de todo o homem, tem poder para realizar todas as acções humanas *naturais*: conhecer, querer, falar, caminhar, etc.

Mas também, como todo o homem em estado de graça, tem o poder de realizar obras *sobrenaturais*: trata-se de um poder participado pelo Espírito Santo, mas outorgado ao homem para que este possa realizar por si mesmo obras sobrenaturais; por exemplo, amar a Deus e ao próximo, orar, obedecer ou merecer. Jesus, como homem cheio de graça e de verdade, tinha a capacidade sobrenatural de revelar o Pai e ensinar-nos as palavras de Deus, assim como de merecer por todos os homens e satisfazer por todo o género humano.

Tão importante é esta capacidade sobrenatural, que sem ela não poderíamos afirmar a realidade da obra redentora que Jesus levou a cabo por meio destas acções.

É de notar que todas estas acções naturais e sobrenaturais da humanidade assumida na unidade de pessoa pelo Filho de Deus são «*próprias*» da segunda pessoa da Trindade: não são acções comuns com o Pai e o Espírito Santo.

O mérito das acções humanas próprias de Cristo

A condescendência divina é tal que nos prometeu dar os bens divinos em modo de uma retribuição pelas boas acções que realizemos em estado de graça e seguindo as inspirações do Espírito Santo, pois torna-se mais digno para o homem ter esses bens por si mesmo, como devidos a alguém, que recebê-los por pura dádiva.

Como as acções humanas de Cristo eram livres e nasciam do imenso amor ao Pai que o Espírito Santo tinha infundido na sua alma, *todas elas eram meritórias*, quer dizer, eram dignas de alcançar o fim para o qual as tinha ordenado o desígnio divino.

Assim pois, Cristo, antes da sua Ressurreição, mereceu para si mesmo aqueles bens que ainda não possuia, como eram a perfeita glorificação e exaltação da sua humanidade. Isto é o que a Escritura manifesta quando diz: «humilhou-se a si mesmo tornando-se obediente até à morte, e morte de cruz. E *por isso* Deus o exaltou» (Flp 2,9).

E Cristo também mereceu para nós a salvação. Ainda que, em princípio, o mérito – o título para o prémio – olha só à retribuição da pessoa que realizou determinada acção, todavia, a fé ensina-nos que Cristo mereceu a graça para todos os homens, pois para este fim estava ordenada a Encarnação do Verbo. Mais adiante, ao estudar a Paixão de Cristo, veremos melhor este ponto.

As acções humanas de Cristo enquanto são instrumento da divindade

A humanidade de Cristo, além do poder próprio que possui pela natureza ou pela graça, tem a capacidade, como todas as criaturas, de que Deus se sirva delas como instrumento para levar a cabo acções acima do poder da sua natureza.

Assim, na *ordem física* a divindade serviu-se de alguns gestos e palavras humanas de Jesus para produzir milagres, que são acções admiráveis que superam a capacidade da natureza humana e facilitam a fé das testemunhas, tais como dar a vista aos cegos, curar leprosos e paralíticos, ou ressuscitar mortos.

A teologia conservou o nome de *teândricas* – mas num claro sentido diferente do monoergismo – para estas acções humanas de Cristo enquanto servem de instrumento à divindade para realizar obras próprias da omnipotência divina. Mas neste caso, trata-se de duas operações naturais coordenadas para produzir esse efeito, não se trata de uma só operação confusa, mistura de ambas[75]. Por exemplo, na cura milagrosa de um cego há uma acção própria da natureza divina (dar-lhe a vista) que se serve da acção própria da natureza humana de Jesus (das suas palavras e do gesto de lhe ungir os olhos).

E igualmente *na ordem espiritual*, mais importante, a divindade serviu-se do seu querer humano e das suas

---

[75] Cf. CONC. LATERANENSE, ano 649, DS, 515.

palavras para perdoar os pecados (cf. Mt 9,6). Mesmo assim a Escritura diz-nos que a sua humanidade participa do poder de comunicar aos homens a vida eterna (cf. Jo 17,2), que é uma acção própria de Deus. E igualmente as acções de Cristo são instrumento da divindade para comunicar a graça a todos os homens.

Em todas estas acções a causa eficiente principal é a natureza e o poder divino do Verbo, que existe em comum com o Pai e o Espírito Santo; e a humanidade de Cristo é a causa instrumental. Portanto, estas acções *não são próprias e exclusivas do Verbo*, pois nelas também intervêm as outras pessoas divinas; por exemplo, as três pessoas divinas comunicam a salvação aos homens tornando-os participantes da obra redentora de Cristo mediante os sacramentos.

A afectividade humana de Cristo

A afectividade humana, ponto de união entre o que é sensível e o que é intelectual no homem, compreende os sentimentos, afectos, emoções e paixões. Ainda que cada um desses termos tenha conotações diferentes, aqui falaremos dos sentimentos e das paixões de uma forma genérica para maior clareza e simplicidade.

Os sentimentos e as paixões de Jesus Cristo

Os sentimentos ou paixões são os actos ou movimentos reactivos naturais da nossa sensibilidade produzidos pelos objectos que os sentidos captam.

E Cristo teve aqueles sentimentos e paixões próprios da natureza humana, compatíveis com a sua plenitude de graça, e que serviam para a nossa redenção. Assim os Evangelhos testemunham que Cristo teve *alegria* pelas obras de seu Pai (cf. Lc 10,21) e de saber-se amado pelo Pai (cf. Jo 15,10-11); ou que teve *desejos ardentes* da nossa redenção (cf. Lc 12,50) e de ficar-se na Eucaristia (cf. Lc 22,15), etc.

A Escritura mostra-nos, igualmente, que em Cristo houve tristeza ao contemplar os sofrimentos da sua Paixão e o pecado dos seus (cf. Mt 26,38); e que teve *dor de alma* até chorar pela morte de Lázaro ou pela ruína do seu povo (cf. Jo 11,33-35; Lc 19,41); ou que teve *ira* ante a hipocrisia de alguns (cf. Mc 3,5), etc.

Mas n'Ele esses sentimentos e paixões, que em si mesmos são parte da natureza humana e são bons, deram-se de modo diferente que em nós, pois em nós normalmente antecedem o juízo da razão, frequentemente tendem para o ilícito, e por vezes arrastam a razão. Em Cristo, pelo contrário, a razão regia e controlava perfeitamente toda a sua afectividade ainda que cada uma das tendências sensíveis regesse com o seu próprio movimento para o bem e do modo mais conveniente: esses sentimentos jamais antecederam o juízo da razão, nem se dirigiram ao que não era conveniente; antes estavam ordenados ao bem e

nem lhe impediram a serenidade dos seus juízos, nem o arrastaram na sua actuação[76].

O amor de Cristo. O sagrado Coração de Jesus

Em Jesus não faltou o sentimento principal, de que derivam todos os outros, que é o amor e que é sobrenaturalizado pela caridade. Mais ainda, este foi o motor da sua vida, e a chave da harmonia e unidade de todo o seu ser: o seu amor e a entrega ao Pai e a nós.

O amor ao Pai nasce de saber-se Filho muito amado (cf. Mt 3,17). O seu amor filial ressoa em todas as suas palavras e resplandece em todos os seus actos. Vivia do amor e da entrega à vontade de seu Pai: «Faço sempre o que é do seu agrado» (Jo 8,29).

O amor por nós foi o prolongamento desse amor ao Pai. Os Evangelhos dizem-nos que assim amou os seus. (cf. Lc12,4; Jo 11,11); e que «Jesus amava Marta, a sua irmã e e Lázaro» (Jo 11,5); e que mostrou afecto e compaixão para com muitos. Esse amor manifestava-se exteriormente com facilidade, de modo que era patente e notório para todos (cf. Jo 11,3-35).

O amor de Jesus não se estendia só aos mais próximos, mas também abrangia todos e cada um. O Novo Testamento certifica-o: «amou-nos e entregou-se por nós» (Ef 5,2; cf. Rom 8,37); com um amor até ao extremo: «não há maior amor do que dar a própria vida

---

[76] Cf. DS, 299; S. TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* III, 15,4-9; *Compendium theologiae*, cp. 232.

pelos seus amigos» (Jo 15,13). «Jesus, durante a sua vida, a sua agonia e a sua Paixão conheceu-nos e amou-nos a todos e a cada um de nós e entregou-se por cada um de nós: 'O Filho de Deus amou-me e entregou-se por mim' (Gal 2,20).[77]

O Sagrado Coração de Jesus. Jesus Cristo amou-nos e ama-nos com o seu infinito amor divino, que tem em comum com o Pai e o Espírito Santo, e também com o seu amor humano que o levou a entregar-se por nós: ama-nos com o seu coração humano cheio da imensa caridade infundida na sua alma e o seu afecto carinhoso[78].

«Amou-nos a todos com um coração humano. Por esta razão, o Sagrado Coração de Jesus, trespassado pelos nossos pecados e para nossa salvação (cf. Jo 19,34), 'é considerado como o principal indicador e símbolo (...) o amor com que o divino Redentor ama continuamente o eterno Pai e todos os homens' (Pio XII, *Haurietis aquas*, DES, 3924)»[79].

Fisionomia de Jesus

No que respeita ao rosto e ao aspecto físico de Jesus, os Evangelhos não nos transmitiram nenhuma descrição directa sobre a sua estatura, os seus traços físicos, sobre

---

[77] CIC, 478.

[78] Cf. S. JOSEMARIA ESCRIVÁ, *Cristo que passa*, 164.

[79] CIC, 478.

a cor dos seus olhos ou do cabelo, etc. Ainda que neste ponto indubitavelmente os Apóstolos devem ter satisfeito a legítima curiosidade dos primeiros cristãos, depressa se perdeu a memória daquelas notícias. Por isso, ao longo da história têm aparecido múltiplas opiniões sobre a fisionomia de Jesus e a arte representou-o inúmeras vezes, mas são imagens muito diferentes que procedem só da imaginação dos cristãos.

Todavia, de modo indirecto, a Sagrada Escritura sugere-nos alguns dados que nos servem para fazer uma ideia, ainda que vaga e geral, do aspecto físico do Senhor.

Assim, podemos dizer que devia ter uma presença agradável, amável e atraente, para que muitos se aproximassem d' Ele com facilidade, ou para que lhe chamassem «bom mestre» (Mc 10,17), ou lhe levassem crianças para que lhes impusesse as mãos, etc.

Devia ter um porte e uns modos dignos que inspiravam o respeito e o afecto de pessoas de todas as condições, tanto da gente simples das aldeias, como de pessoas de categoria social ou intelectual elevada, tais como José de Arimateia, Nicodemos, etc.

Tinha no seu interior e transparecia no seu rosto uma profunda paz e alegria, das quais desejava que participassem os seus (cf. Jo 14,27; 15,11). Com efeito, vemo-lo sempre sereno, dono das suas palavras e dos seus actos. E habitualmente ao seu rosto devia assomar um sorriso sincero; inclusivamente vemo-lo manifestamente feliz, com o bem espiritual das almas (cf. Lc 10,21), e compara a sua vida com uma boda na qual ninguém pode estar triste (cf. Mt 9,15).

O olhar de Jesus normalmente era alegre, carinhoso e profundo, de modo que chegava ao fundo das almas. Esse olhar manifesta-se afectuoso com o jovem rico (cf. Mc 10,21), compassivo coma viúva de Naim (cf. Lc 7,13), e pena para Pedro depois das negações (cf. Lc 22,61). Que teria o seu olhar, que removeu e arrastou Pedro, Mateus, e tantos outros para o seguirem, deixando todas as coisas!

Todavia, o atractivo de Jesus provinha sobretudo do seu interior: da sua bondade, das suas palavras, e dos seus milagres. Talvez Deus tenha permitido que não nos ficasse um retrato de Jesus, e que a sua presença física entre nós finalizasse com a Ascensão, para que não fossemos atraídos para Ele por motivos meramente humanos mas para que nos fixássemos principalmente na sua alma, e o procurássemos como nosso Salvador e nosso Deus.

***

Ao terminar estas páginas que pretendiam dar a conhecer um pouco mais da figura de Jesus, fica-nos a pena de não ter conseguido reflectir de maneira alguma «a insondável riqueza de Cristo» (Ef 3,38), de mal termos podido mostrar como era. Seria preciso percorrer uma a uma todas as virtudes e citar quase todos os Evangelhos se quiséssemos contemplar todas as qualidades do Salvador; e sempre ficaríamos muito longe da plenitude e perfeição que n'Ele existem e do conjunto maravilhosamente harmonioso e completo que todas elas constituem em Jesus.

Só no céu nos será dado ver e conhecer a amável figura de Jesus face a face. Na terra resta-nos a tarefa pessoal de ir descobrindo mais e mais como era e como é, mediante a leitura meditada dos Evangelhos e do trato pessoal e imediato de cada um de nós com Jesus na oração e na Santíssima Eucaristia.

SEGUNDA PARTE

A OBRA REDENTORA DE JESUS CRISTO

A cristologia estuda o mistério de Cristo: o mistério da sua pessoa e da sua obra redentora numa unidade indissolúvel. Jesus é o Filho de Deus feito homem e, ao mesmo tempo, o Salvador esperado.

Já dissemos que não se podem separar esses dois aspectos, em primeiro lugar, porque a finalidade da sua vinda ao mundo, a razão de ser de toda a sua vida, é precisamente a salvação dos homens. Assim o ensina a Escritura: «o Pai enviou o seu Filho para ser Salvador do mundo» (Jo 4,10); assim o confessamos no símbolo da fé: o Filho de Deus «por nós, homens, e para nossa salvação desceu dos céus».

E, em segundo lugar, porque a função e a obra de Cristo como Salvador dos homens não se pode separar do seu ser de Verbo encarnado mas, pelo contrário, está na dependência da sua pessoa. Unicamente o Filho de Deus pode realizar uma autêntica redenção do pecado no mundo: «Quem pode perdoar os pecados, senão só Deus?» (Mc 2,7). Somente o Filho de Deus pode livrar o género humano da morte eterna e pode dar-nos a vida eterna porque Ele é a Vida (cf. Jo 14,6).

Assim, depois de, na primeira parte, termos estudado o mistério de Jesus Cristo em si mesmo, vamos abordar, nesta segunda parte, a sua acção redentora, tendo presente o que vimos anteriormente acerca da sua pessoa.

Como a obra da Salvação realizada por Cristo se designa comummente por redenção, nós empregaremos indistintamente estes termos, assim como os de Salvador e Redentor, ainda que teoricamente se possam distinguir.

Capítulo VII

O MISTÉRIO DA REDENÇÃO

A condição humana e a libertação do mal

Todos os seres humanos experimentam a rotura entre os desejos de vida e de felicidade, e a experiência e insatisfação do sofrimento. Por isso, a humanidade procura superar estes elementos negativos e alberga uma esperança profunda de libertação do mal, assim como também um anelo de conseguir a plenitude da felicidade.

Daí que, em todas as épocas, os homens tenham tentado diversas soluções para se libertar do mal que os aflige. Entre as tentativas humanas de salvação encontram-se as diversas religiões mundiais (por exemplo, o hinduísmo, o budismo, etc.) que pretendem dar uma explicação do mal que existe no homem e propõem vários caminhos para se livrar dele. Pensam que a origem do mal está na

ignorância espiritual, ou nos desejos humanos que não se podem satisfazer, etc. E propõem fórmulas para o superar através de boas obras, da contemplação espiritual, do domínio de si, da tentativa de apagar todos os desejos e libertar-se deste mundo, etc.

De modo semelhante, o pensamento racionalista dominante nestes últimos séculos, e que afirma a independência do homem em relação a Deus, imagina que o ser humano pode conseguir por si mesmo a sua plenitude, e coloca a esperança de libertação de todo o mal na cultura, na ciência, na técnica ou no progresso social.

O ensinamento da Bíblia sobre a redenção do homem

O destino do homem e a felicidade e a origem dos males que padece

A Palavra de Deus ensina-nos que estamos destinados a bens muito mais altos do que os que essas tentativas humanas nos propõem. Jesus Cristo revelou-nos que Deus nos amou e destinou, antes da criação do mundo, para uma aliança connosco e nos tornar participantes da sua vida imensamente feliz. Por isso, criou o homem à sua própria imagem, capaz de uma comunhão de vida com Ele. E achou que a sua criação era «muito boa» (Gen 1,31).

Todavia, reparamos que a realidade da actividade dos homens não é «tão boa», e «gememos interiormente esperando a adopção de filhos, a redenção do nosso corpo» (Rom 8,23). E a Bíblia ensina-nos que a origem de

todos estes males e sofrimentos se encontra no «mistério de iniquidade» que é o pecado (cf. 2 Tes 2,7): principalmente no pecado original, mas também no pecado actual dos seres humanos que agora vivem (no nosso egoísmo, na dureza de coração, na avidez de prazer e poder, na debilidade ante o mal, etc.).

Mas, ainda que a imagem de Deus na pessoa humana tenha ficado obscurecida e desfigurada pelo pecado, nunca foi completamente destruída. O homem continua aspirando à felicidade plena, como reconhece Santo Agostinho: «Criaste-nos, Senhor, para ti; e o nosso coração está inquieto até que descanse em ti»[80]

Porém, o homem só com as suas forças não pode libertar-se do pecado e das suas consequências, como a privação de Deus, a inclinação para o, a desordem da concupiscência e a morte. Por isso, ainda que as tentativas humanas de libertação tenham uma raiz positiva, são insuficientes para curar a verdadeira raiz dos males que afligem a humanidade e que aninham no coração do homem.

A salvação do homem é iniciativa e obra de Deus, rico em misericórdia

A salvação é obra da iniciativa divina, pois Deus nunca abandonou o homem pecador, antes, pelo contrário, movido pelo seu amor misericordioso, dispôs-se fazer

---

[80] S. AGOSTINHO. *Confissões*, 1.1.1.

uma Nova Aliança com o género humano para nos associar à sua vida e comunicar-nos o seu bem e libertar-nos de todo o mal. Esta Nova Aliança será estabelecida por meio de Cristo.

A Palavra de Deus ensina-nos que a libertação verdadeira e completa do homem procede unicamente de Deus, e é, antes de mais nada, dom misericordioso de Deus à humanidade. Ao entregar o seu Filho pelos nossos pecados, Deus manifesta o seu desígnio de amor benevolente que precede todo o mérito da nossa parte: «A prova de que Deus nos ama é que Cristo, sendo nós ainda pecadores, morreu por nós» (Rom 5,8).

Principais expressões bíblicas sobre a salvação que Jesus Cristo realiza

A revelação ensina-nos que o Filho de Deus feito homem, segundo o desígnio divino, empregou a sua vida para nos libertar do pecado e ressuscitou para nos comunicar a nova vida (cf. 1 Cor 15,3; Rom 4,25). Vejamos algumas explicações da Sagrada Escritura acerca de como estes mistérios de Cristo, têm eficácia salvífica para nós.

Redenção ou resgate. O valor salvador da vida e Morte de Cristo apresenta-se com frequência na Sagrada Escritura sob a imagem de um resgate ou redenção que nos liberta da escravidão do pecado: «Entregou-se a si mesmo por nós a fim de nos resgatar de toda a iniquidade» (Tit 2,14), Ele deu a sua vida «para redenção de muitos» (Mt 20,28).

«Redimir» ou «resgatar» é – em linguagem jurídica antiga – salvar alguém da prisão ou da escravidão dando alguma coisa em troca, a modo de preço. Seguindo esta imagem, diz-se que Jesus nos salva da escravidão do pecado, do diabo e da morte, dando a sua vida por nós: «Fostes resgatados (...) não com bens corruptíveis, prata ou ouro, mas com o sangue precioso de Cristo» (1 Pd 1,18-19).

Libertação. Unida à imagem do resgate está a ideia de uma «libertação» da escravidão do pecado e da carne: «Cristo libertou-nos para esta liberdade» (Gal 5,1) até chegar à «liberdade gloriosa dos filhos de Deus» (Rom 8,21). "Libertar" consiste, simplesmente, salvar de um mal que escraviza, sem especificar o modo. O conceito de "redimir" acrescenta a nota de dar alguma coisa em troca.

Sacrifício. O Novo Testamento apresenta também a vida e a morte de Cristo na cruz sob a imagem de um sacrifício. «Cristo amou-nos e entregou-se por nós em oblação e sacrifício de suave dolor» (Ef 5,2).

Sacrifício é a oferta que se faz a Deus para entrar em comunicação com Ele. E Jesus oferece a seu Pai, como Cabeça da humanidade, a entrega rendida da sua vida com o fim de reparar a desobediência do pecado e estabelecer a Aliança que devolve ao homem a comunhão com Deus: «Este é o meu sangue da Nova Aliança, que é derramado por muitos para a remissão dos pecados» (Mt 26,28).

A Escritura apresenta também muitas outras imagens para se referir ao modo como Cristo nos liberta do pecado.

Por exemplo, a de uma *vitória* sobre o demónio, o pecado e a morte; a de uma *reconciliação* dos homens com Deus pois o pecado é como que uma inimizade ou ruptura da união com Deus; etc.

Uma clarificação conveniente: o sentido teológico das expressões analógicas que se aplicam a Deus

Por causa da transcendência do que é divino, a Sagrada Escritura e a teologia usam imagens e conceitos humanos e aplicam-nos a Deus em razão de alguma semelhança. Nestes casos há que entender bem o sentido com que os atribuímos a Deus, pois só se usam segundo uma analogia e não em sentido unívoco. Por isso, ao interpretar essas expressões, que são legítimas, não nos podemos deixar levar por impressões imediatas demasiado humanas que nos levariam a tirar consequências erradas: não podemos imaginar Deus ao modo humano, pois Ele não é como nós. Por exemplo, aqueles conceitos que encerram em si mesmos alguma imperfeição não se atribuem a Deus propriamente, mas só em sentido figurado[81].

No nosso caso é especialmente necessário entender o sentido das expressões que empregamos, pois a soteriologia serve-se de muitas metáforas e exemplo tomados das relações humanas para ilustrar a obra de Cristo (por

---

[81] É o caso de atribuir paixões a Deus (a tristeza, a ira, a vingança); ou o que supõe falta de bondade n'Ele (odiar ou causar o mal a alguém); ou falta de providência (não proteger ou abandonar alguém); ou o que supõe mudança n'Ele (arrepender-se, ser agravado ou ofendido pelo pecado, perdoar), etc.

exemplo: ofensa, perdão; castigo, satisfação; escravidão, resgate; inimizade, reconciliação, etc.). De facto, têm-se dado explicações inadequadas da redenção que têm como base uma concepção muito humana de Deus e das relações entre Ele e os homens; por exemplo, quando a obra de Cristo se apresenta como uma compensação a Deus por algum mal que se lhe tenha causado pelo pecado, ou como castigo pelos nossos pecados[82]. Por isso, vamos procurar agora esclarecer alguns conceitos.

O pecado. O pecado é um acto desordenado da vontade que nos aparta de Deus: *é um mal que está em nós, não é um mal causado a Deus em si mesmo*.

Portanto, quando dizemos analogicamente que é uma «ofensa ou um agravo a Deus» significamos que o pecado é uma acção injusta que tem da nossa parte uma semelhança com aquelas que ofendem ou agravam outro homem; mas não significamos que Deus tenha sofrido algum menosprezo, ou que se lhe tenha causado alguma pena ou tenha diminuído a sua felicidade. A Igreja sempre afirmou a imutabilidade de Deus, que não pode mudar: não pode diminuir, nem sofrer. O mal produzido pelo pecado só se dá na criatura que erra, se envilece e, sobretudo, perde a união com Deus nosso bem. Assim, ante a infidelidade do seu povo, pergunta o Senhor: «Mas acaso me ofendem a mim, não ofendem antes a eles mesmos, para sua vergonha?» (Jer 7,19).Sofre o mal quem dá coices contra o aguilhão (cf. Act 9,5 Vg).

---

[82] Cf. COMISIÓN TEOLÓGICA INTERNACIONAL, *Cuestiones selectas sobre Dios redentor* (1994), em *Documentos* 1969-1996, BAC, pp. 511-512; 527.

A reparação do pecado. A reparação do pecado consiste na libertação da desordem, do mal introduzido no homem; é *restaurar o homem caído* segundo a imagem de Deus na qual foi criado. Concretamente, consiste na conversão do homem a Deus mediante a graça que o une a Deus e corrige a sua separação de Deus (a culpa), e também na eliminação das penas que o pecado traz consigo (a pena).

Portanto quando falamos analogicamente de «satisfação do pecado» ou de «desagravo» significamos que se requerem algumas acções do homem para a completa reparação do pecado, o que tem uma semelhança com o que se costuma fazer entre os homens para o perdão de uma ofensa; mas não significamos que essas acções consistam em oferecer a Deus uma compensação adequada para restaurar o bem divino que fosse diminuído pelo pecado, ou por um mal que a Ele se tivesse causado. Além disso, que poderia dar o homem a Deus como compensação, que não tenha recebido d'Ele? (cf. 1 Cor 4,7; Rom 11, 35).

As principais explicações da Tradição patrística sobre a redenção

Ao tratar da obra da salvação, os Padres da Igreja empregaram as imagens e a terminologia do Novo Testamento, mas, além disso, foram apresentando outras explicações diferentes da obra de Cristo. Vejamos apenas as linhas mais gerais.

A divinização do homem, nos Padres orientais. Os Padres gregos sublinham que Cristo veio comunicar-nos a semelhança com Deus perdida com o pecado. O Verbo, com a sua própria Encarnação santifica tudo o que toca. Santo Atanásio e outros Padres orientais empregam muito habitualmente a imagem do «intercâmbio»: o Verbo fez-se particípe do que é nosso, da humanidade, para nos tornar participantes do que é seu, a divindade.

Os Padres gregos fixam-se sobretudo no aspecto descendente e gratuito da salvação, ainda que também assinalem que a fonte da salvação, tornada possível pela Encarnação, é a Morte e Ressurreição de Cristo.

O sacrifício redentor, nos Padres ocidentais. Os padres latinos fixam-se sobretudo no aspecto ascendente da salvação, quer dizer, na obra realizada pela nossa Cabeça em nome de toda a humanidade para nos ganhar a salvação; ainda que assinalem também claramente que a redenção é pura graça. Santo Ambrósio, Santo Agostinho e outros Padres ocidentais sublinham especialmente que Cristo, como nossa Cabeça, oferece a seu Pai o sacrifício perfeito da sua vida para reparar o nosso pecado e reconciliar-nos com Deus.

Algumas interpretações históricas incompletas ou erróneas sobre a redenção

Uma breve revisão de algumas das principais teorias incompletas ou erróneas sobre a redenção servir-nos-á para esclarecer alguns conceitos e entender melhor este mistério.

Os direitos do demónio

Nalguns escritos cristãos dos primeiros séculos, aparece a teoria sobre a redenção que se conhece como «os direitos do demónio»[83]. Segundo esta explicação, ao cometer o pecado de origem, o homem ter-se-ia feito voluntariamente escravo do demónio. O sangue de Jesus seria o «resgate», ou preço, pago ao demónio para libertar o homem da sua escravidão.

Esta teoria foi combatida por São Gregório de Nazianzo, e desde então foi unanimemente rejeitada. Com efeito, é uma teoria errónea em que se interpreta a «redenção» de modo muito literal, segundo os usos humanos (como uma «re-compra», com alguém que paga – Cristo – e alguém a quem se paga para conseguir a libertação do homem – o demónio –, e que é alheia à unidade de toda a Escritura: por exemplo, quanto ao poder do demónio, que parece ter direitos absolutos sobre nós.

A interpretação jurídica de Santo Anselmo de Cantorbery

Santo Anselmo de Cantorbery (século XI-XII) via em Deus o Senhor soberano, cuja honra é ofendida pelo pecado. Perante esta ofensa, a ordem da justiça divina exige com todo o rigor uma reparação voluntária adequada (*satisfação*) ou então um castigo. Ora bem, a dívida era tão grande, infinita por ser Deus o ofendido, que não

---

[83] Santo Ireneu, Orígenes e São Gregório de Nissa.

devendo pagá-la senão o homem, e não podendo pagá-la senão Deus, tinha que ser homem e Deus quem satisfizesse a honra divina ferida. Para isso, o próprio Deus provê a restauração da ordem quebrada dando-nos o seu Filho para que, feito homem, possa oferecer essa satisfação de valor infinito, e assim liberte a humanidade da pena devida pelo pecado.

É uma interpretação válida em diversos aspectos. Influiu muito na teologia posterior, mas é demasiado jurídica, com uma concepção muito humana de Deus, do pecado como ofensa causada a Deus, da sua reparação como compensação que deve receber do homem, e duma justiça divina que obriga Deus a exigir os seus direitos.

A redenção como ensinamento por via do exemplo, em Pedro Abelardo

Pedro Abelardo (século XII) é talvez o principal expoente duma explicação da obra de Cristo por via do exemplo[84]. Para ele, a redenção é o resultado da revelação do amor de Deus, manifestado sobretudo na Paixão de Cristo; esse amor suscita a nossa resposta de amor, incita-nos a seguir o seu exemplo, e assim podemos obter a justificação.

É uma interpretação insuficiente pois não explica como Jesus Cristo repara o pecado do mundo e como comunica a graça que renova o pecador.

---

[84] Posteriormente, os protestantes liberais do século XIX, e outros, seguiram esta mesma teoria.

A redenção como substituição penal, segundo os reformadores protestantes

Os primeiros reformadores protestantes retomaram a teoria anselmiana da satisfação sem distinguir, como ele tinha feito, entre as alternativas de satisfação ou castigo. Para Lutero, a satisfação tem lugar precisamente mediante um castigo. Cristo cai sob a ira de Deus, porque, segundo a sua interpretação de São Paulo (cf. Gal 3,13), tomou sobre si não só as consequências do pecado mas também o próprio pecado: Cristo fez-se pecador.

A morte é castigo infligido por Deus Pai a seu Filho em nosso lugar (Calvino acrescenta que Jesus não só morreu como pecador, como também desceu ao inferno e sofreu as penas dos condenados). E porque Cristo pagou plenamente a dívida devida a Deus, nós ficámos dispensados de todo o castigo. Assim pois, Cristo redime-nos por meio de uma «*substituição penal*»: toma o nosso lugar e é castigado por Deus em nosso lugar[85].

Esta teoria é errónea, e apresenta Deus não como Pai que nos ama mas como um soberano vingativo e, além disso, injusto pois condena o inocente em lugar do culpado.

---

[85] Por vezes a oratória popular protestante, e mesmo a católica, interpreta erróneamente em sentido literal e penal a passagem de Isaías, que é metafórica: «Ele tomou sobre si as nossas dores, carregou as nossas dores. Foi ferido por causa dos nossos crimes, esmagado por causa das nossas iniquidades. O castigo que nos salva caiu sobre ele, e fomos curados pelas suas chagas» (Is 53,4-5).

Explicações autonomistas e naturalistas nascidas do subjectivismo moderno

No século XX apareceram outras teorias nascidas duma atitude subjectivista. Nelas, Cristo é o mestre, o guia ético e o exemplo de vida; mas o seu influxo no homem é só moral, de modo que a salvação não nos vem d'Ele: é o homem quem se redime a si mesmo *autonomamente*, seguindo Cristo. Assim, a sua Morte é vista simplesmente como o símbolo supremo do esforço da humanidade em livrar-se do mal.

Dentro desta corrente houve quem tivesse pensado que Cristo seria o modelo da luta contra as estruturas sociais injustas. São as «*teologias da libertação*», entre as quais se encontram algumas inspiradas no marxismo. Estas teorias reduzem a origem do mal a uma má distribuição da riqueza, e cifram a libertação da humanidade na reforma política e social. Todavia, o mal não pode ser derrotado plenamente por reformas exteriores, uma vez que têm a sua fonte no coração do homem: são os corações que têm que ser transformados primeiramente com a vida do alto.

Síntese teológica do mistério da salvação

A salvação é dom de Deus Pai, que concilia o seu amor misericordioso e a sua justiça, mediante a redenção levada a cabo por Cristo Jesus

A salvação do homem nasce do amor misericordioso de Deus. A salvação também segue a ordem a justiça divina. Já dissemos que a redenção é uma iniciativa do amor divino, e que o próprio Deus leva acabo – por meio da obra de Jesus Cristo – removendo o obstáculo interposto entre Ele e nós, com o fim de restabelecer a Aliança com o homem e tornar-nos participantes da sua vida. A redenção é, sobretudo, uma intervenção descendente e misericordiosa de Deus na história dos homens. Deus quis livremente que o homem tomasse parte na salvação, que fizesse alguma coisa por seu lado, como é justo. Segundo este plano divino, o homem, para se libertar do pecado cometido tem que arrepender-se dele e reparar a desordem que este introduziu: esta é a «satisfação» requerida.

No entanto, ninguém pode, em si mesmo, reparar o pecado, pois para isso é necessária a graça divina, que o homem não tem por si mesmo. E, mesmo contando com a ajuda gratuita de Deus, nenhum homem pode satisfazer por toda a linhagem humana: ninguém pode reparar a desordem existente no interior de todos; a penitência de Adão ou a de outro homem, ainda que fosse muito santo, não repararia o pecado mais que neles próprios, e não em todos e cada um dos seres humanos[86].

---

[86] Cf. CIC, 616.

Por isso, o próprio Deus, movido pelo seu amor e seguindo a sua justiça, enviou o seu Filho ao mundo e no-lo deu como Salvador para que, como nossa Cabeça, satisfizesse por todos.

A redenção levada a cabo por Cristo concilia admiravelmente a misericórdia e a justiça divinas. Como diz São Paulo, «todos são justificados gratuitamente pela sua graça, mediante a redenção que está em Cristo Jesus» (Rom 3,24); quer dizer, neste mistério tudo é gratuidade, mas nele se inclui também uma redenção que Cristo realiza.

Se Deus tivesse estabelecido uma Nova Aliança com o género humano sem que o homem pusesse o que quer que fosse da sua parte, não teria actuado injustamente senão à margem da sua justiça, guiando-se só pela sua misericórdia. Pelo contrário, como se torna mais digno para os homens conseguir a libertação como ganha por si mais que recebê-la simplesmente como dom Deus deu-nos o seu Filho para que satisfizesse e merecesse por nós.

Desta forma brilha mais a sua misericórdia quando está unida à sua justiça, pois liberta-nos gratuitamente e, ao mesmo tempo, fá-lo do modo mais conveniente e digno para nós[87].

Assim pois, pode dizer-se que a raiz e o coração do mistério redentor é constituído por esta admirável conciliação entre a misericórdia e justiça divinas[88]: a salvação é um mistério do amor misericordioso de Deus

---

[87] Cf. *S. Th.* III, 46,1, ad 3; III,46,2 ad 3.

[88] Cf. PIO XII, Enc. *Haurietis aquas*, AAS 48 (1956), p. 321-322.

que compreende também a satisfação e o mérito de Cristo por nós. «Nisto consiste o amor (...) em que Ele nos amou e nos enviou o seu Filho como propiciação pelos nossos pecados» (1 Jo 4,10; cf. 4,19).

A salvação é obra do Filho de Deus feito homem e Cabeça do género humano: aspecto ascendente e descendente das acções de Cristo

O Filho de Deus veio ao mundo para nos salvar; e feito homem, levou a cabo a obra da nossa redenção: Ele é o Redentor do homem. Ainda que mais adiante estudemos a obra de Cristo, assinalaremos agora as suas coordenadas gerais:

Aspecto ascendente da obra de Cristo. Jesus, representando os homens diante de Deus, como novo Adão e Cabeça da humanidade, sela uma nova relação de Aliança entre Deus e os homens, e *obtém de seu Pai* a salvação para nós.

Cristo veio ao mundo para nos merecer a justificação e satisfazer o pecado de todos. Neste sentido, Jesus, com a sua actuação humana livre, é causa da nossa salvação porquanto alcança que Deus Pai nos conceda o perdão e nos salve.

Aspecto descendente da obra de Cristo. Por outro lado, Cristo, enviado pelo Pai, *comunica aos homens os dons divinos da salvação*: revela-nos Deus e comunica-nos a vida sobrenatural, pois para isso veio ao mundo (cf. Jo 10,10).

Ele é a Cabeça ou o princípio da vida sobrenatural para toda a linhagem humana, de modo semelhante a como Adão foi o seu princípio quanto à vida natural. Nesta faceta, Ele próprio é a causa eficiente e directa da nossa salvação, sendo a sua humanidade e os seus actos humanos o instrumento para comunicar a todos os homens a graça que tira o pecado e os torna participantes da vida divina.

União do aspecto descendente e ascendente da obra de Cristo. A Escritura afirma que «n'Ele (Cristo) se fez realidade o sim. «Todas as promessas de Deus encontraram o seu sim nele e, por isso é também por ele que dizemos o nosso *Ámen* para glória de Deus.» (2 Cor 1,19-20; cf. Ap. 3.14). Jesus Cristo – enviado pelo Pai – é o «sim» de Deus, do seu amor fiel para nos salvar, apesar do pecado do homem. E, por outro lado, Jesus é o «Ámen» dos homens, que assente em nome deles à aliança que Deus propõe: Ele une os aspectos descendente e ascendente da mediação.

Também temos de considerar que existe uma ordem na dispensa da economia salvífica: em primeiro lugar, Cristo devia satisfazer o pecado da humanidade e merecer a sua glorificação juntamente com a nossa salvação (aspecto ascendente). E uma vez exaltado como Senhor sobre todas as coisas à direita do Pai, dispensa-nos os bens que nos ganhou com o seu sangue e concede-nos o dom do Espírito Santo (cf. Jo 7,38-39; 16,7) (aspecto descendente). Esses dois aspectos estão estreitamente unidos no desígnio divino, segundo o qual o dom da graça é fruto do sacrifício de Cristo: «Se o grão de trigo não morre ao

cair na terra, fica infecundo, mas se morre produz muito fruto.» (Jo 12,24).

O Espírito Santo coopera na salvação unindo os homens a Cristo e tornando-os participantes da sua obra redentora

«Há uma só economia salvífica de Deus Uno e Trino, realizada no mistério da Encarnação, Morte e Ressurreição do Filho de Deus, levada a cabo com a cooperação do Espírito Santo e abrangendo no seu alcance salvífico toda a humanidade e todo o universo»[89]. O plano de Deus Pai consiste em que nós, homens, entremos em comunhão com Ele por meio do Verbo encarnado. Portanto, a obra de Cristo deve alcançar cada um dos homens que assim recebem os frutos da redenção; e isto realiza-se por acção do Espírito Santo.

O Espírito Santo, que é Senhor e dador de vida, com o seu poder infinito alcança todos os homens de todos os tempos, e faz com que as acções e méritos de Cristo se possam aplicar e ter eficácia salvífica em cada um: torna possível que cada um posa entrar em comunhão com o Filho de Deus, se incorpore n'Ele e participe da redenção.

Neste ponto também havemos de considerar que o Espírito Santo serve a Igreja, «sacramento universal da salvação», para que os homens encontrem Cristo e participem da salvação. Segundo o sapientíssimo plano

---

[89] CONGR. PARA A DOUTRINA DA FÉ. Decl. *Dominus Iesus*, n. 1.

divino da nossa salvação, toda a graça «é doada sempre por meio de Cristo no Espírito Santo e tem uma relação misteriosa com a Igreja»[90].

Como sinteticamente expusemos, a salvação não é outra coisa que entrar em comunhão com Deus pela nossa união com Cristo que o Espírito Santo realiza. A redenção é, pois, uma profunda realidade ancorada no mistério da Santíssima Trindade e no mistério da Encarnação do Verbo, Compreende também os mistérios da nossa justificação e da Igreja, por meio da qual nos chega a obra redentora de Jesus Cristo. Por isso, a redenção é um mistério tão profundo que excede totalmente o nosso entendimento, e só em parte o podemos entender.

Nos próximos capítulos iremos explicando os diferentes elementos expostos aqui de modo resumido, para tentar alcançar mais alguma luz acerca deste mistério tão consolador, que é a fonte da nossa esperança.

---

[90] Ibídem. n. 21.

Capítulo VIII

JESUS CRISTO, MEDIADOR DA NOVA ALIANÇA E CABEÇA DO GÉNERO HUMANO

Deus decidiu restabelecer a comunhão de vida com os homens, desfeita pelo pecado, mediante a Encarnação de seu Filho. Assim pois, a salvação realiza-se «por meio de» a obra de Cristo homem: a acção de Jesus Cristo é uma mediação e Ele é o Mediador. Por isso as orações litúrgicas, que habitualmente se dirigem ao Pai, acabam com a fórmula «*Per Dominum Nostrum Iesum Christum...*» («Por Nosso Senhor Jesus Cristo...»).

E Jesus, em toda a sua acção mediadora, actua como Cabeça do género humano: esta realidade explica que as suas acções sirvam para a nossa salvação. Vejamos estes pontos.

Jesus Cristo, Mediador da Nova Aliança entre Deus e os homens

Jesus Cristo é o Mediador da nova e eterna Aliança entre Deus e os homens.

O nome de mediador. Mediador é nome de ofício, e aplica-se a quem faz de intermediário entre os que estão separados para os reconciliar, ou unir de alguma forma.

A Sagrada Escritura dá o título de mediadores aos Patriarcas, a Moisés (cf. Dt 5,5) e a outros enviados por Deus para instituir a aliança entre Ele e o seu povo, ou para a manter viva, ou refazê-la quando tiver sido desfeita. Na economia divina, que é a da condescendência e da auto-comunicação de Deus com os homens, os mediadores não são primariamente representantes do povo ante o Senhor, mas sim representantes de Deus, que se serve de alguns homens que escolheu como instrumentos e lhes conferiu dons e autoridade especiais sobre os outros. A aliança e a salvação vêm do alto, de cima; não é obra humana.

Jesus Cristo, Mediador entre Deus e os homens. O Novo Testamento aplica o título de Mediador a Cristo, enviado por seu Pai para reconciliar o mundo consigo e estabelecer uma Aliança entre Deus e a humanidade que estava separada da intimidade divina pelo pecado. «Um só é Deus um só é também o *mediador entre Deus e os homens*: Jesus Cristo homem, que se entregou a si mesmo para redenção de todos» (1 Tim 2,5-6)[91].

[91] Cf. Também: Gal 3,19-20; Heb 8.6; 9,15; 12.22-24.

A Sagrada Escritura também ensina esta mesma realidade empregando muitas outras expressões: Cristo é o único salvador (cf. Act 4,12), o único caminho para ir ao Pai (cf. Jo 14,6-9), por quem temos acesso a Deus Pai (cf. Ef 2,18), por quem nos reconciliamos com Deus (cf. 2 Cor 5,18-21); etc.

Cristo é Mediador da «Nova e eterna Aliança». É mediador da «Nova Aliança» ou «de uma Aliança mais excelsa» (Heb 9,15; 8,6). As alianças anteriores entre Deus e a humanidade eram parciais e imperfeitas, pois não tornavam os homens participantes da intimidade divina, nem tinham o poder de tirar o pecado. Pelo contrário, Jesus revela-nos plenamente o Pai, tira o pecado do mundo e estabelece a verdadeira comunhão de vida entre Deus e os homens (cf. Heb 1,1-3; 8,6ss): «A lei foi dada por meio de Moisés, mas a graça e a verdade vieram por Cristo Jesus» (Jo 1,17).

A mediação de Cristo não consiste só na obra que levou a cabo na terra, mas também compreende a que realiza no céu: é o Mediador da *Aliança eterna* e definitiva, que começa neste mundo e continuará de modo perfeito na eternidade.

Cristo é o único Mediador entre Deus e os homens

Cristo é o único Mediador. Só Cristo une verdadeiramente os homens com Deus, na medida em que, pelo seu sacrifício nos reconciliou com Deus, remindo-nos do pecado que nos separava d'Ele. «*Um só é o Mediador*

entre Deus e os homens: Jesus Cristo homem» (1 Tim 2,5). Ou como Ele dizia: «Ninguém vai ao Pai senão por mim» (Jo 14,6).

Por isso, o Magistério da Igreja qualifica Jesus Cristo como «único» e «verdadeiro» Mediador entre Deus e os homens[92].

Há outros mediadores entre Deus e os homens, mas subordinados a Cristo e participantes da sua mediação. É muito congruente com o plano da providência divina que as criaturas participem como causas segundas na economia da criação e da salvação. Assim, é lógico que haja outros mediadores que desempenhem algum papel na obra salvífica.

Todavia, esses outros mediadores não causam por si mesmos a reconciliação do homem com Deus, só cooperam dispositiva e instrumentalmente para essa união. Unicamente Cristo por si mesmo repara o pecado e nos comunica a vida divina.

Todas as outras mediações participam da mediação de Jesus Cristo e dependem dela: existem em virtude da graça e dos dons que provêem da sua obra redentora. E, além disso, estão ordenadas a Cristo, pois o seu fim é levar os homens à união com o Salvador do género humano e assim participem da salvação que Ele nos dá[93].

Neste sentido subordinado há outros mediadores em graus diferentes: em primeiro lugar a Virgem Maria

---

[92] Cf. LG, 8, 62; CONC. VATICANO II, *Ad gentes*, 3; Decl. *Dominus Iesus*, 13-15; etc.

[93] Cf. LG, 62.

Mediadora de todas as graças, depois os anjos, os santos, os sacerdotes, os pais, etc. Todos os cristãos devem ser mediadores em Cristo Jesus: devem ser seus instrumentos para a salvação dos outros e conduzi-los à união com o Salvador.

Jesus Cristo é Mediador enquanto homem

Assim ensina explicitamente a revelação: «Um só é o Mediador entre Deus e os homens: *Jesus Cristo homem, que se entregou a si mesmo em redenção de todos*» (1 Tim 2,5-6).

Ser mediador implica duas coisas: em primeiro lugar, que se tenha condição de meio entre aqueles que é necessário reconciliar: para isso deve ser diferente deles e, ao mesmo tempo, deve ter alguma relação com cada uma das partes. E em segundo lugar, que intervenha efectivamente com a sua acção para reconciliar os que estão separados.

Evidentemente, Cristo enquanto Deus não tem condição de meio, pois não difere do Pai nem do Espírito Santo nem em natureza nem no poder salvador. E também não é meio entre Deus e os homens simplesmente pelo facto de ser homem.

Jesus Cristo tem condição de meio enquanto é homem cheio de graça e enquanto com a sua entrega – vivificada por essa plenitude de graça – reconcilia os homens com Deus. Com efeito, em virtude da sua natureza humana, é inferior ao Pai (cf. Jo 14,28), e por causa da plenitude de graça está acima de todos os homens e distingue-se

de todos os outros: por isto tem razão de meio. E com a sua actuação humana, vivificada por esta plenitude de graça e de caridade, merece para todo o género humano a reconciliação com Deus e satisfaz pelo pecado. Daí que «da sua plenitude todos recebemos graça sobre graça» (Jo 1,16)[94].

E nós, já sabemos que o fundamento dessa plenitude de graça e de caridade pelas quais está acima de todos e pelas quais se entregou por nós, é a união hipostática, que constitui o *fundamento da sua mediação*; de modo que se Cristo não fosse Deus feito homem, não teria a plenitude de graça e, portanto, não seria nosso Mediador.

Cristo medeia entre Deus e os homens exercendo os ofícios de Sacerdote, Mestre e Pastor

Como exerce Cristo a sua mediação entre Deus e os homens? Para descrever o modo como exerce esta mediação costumam expor-se os diversos ofícios pelos quais leva a cabo a nossa salvação: como Sacerdote, como Mestre (ou Profeta) e como Pastor (Rei e Senhor). Esta enumeração é sobretudo descritiva e torna-se útil para conhecer distintamente os diversos aspectos da obra de Cristo. Mas não é uma divisão rigorosa, pois não há uma distinção clara entre estas funções já que cada uma implica de algum modo as outras.

[94] Cf. *S.Th.* III,26,2; III,7,1.

Jesus Cristo, Sacerdote da nova Aliança

A noção de sacerdote. «Todo o sumo Sacerdote, sendo tomado de entre os homens, é constituido a favor dos homens no que se refere a Deus, para que ofereça dons e sacrificíos pelos pecados. Ele pode compadecer--se dos ignorantes e extraviados, porque também ele está revestido de conformidades (...) E ninguém tome esta honra para si mesmo, mas tão-somente quem é chamado por Deus, como Aarão» (Heb 5,1-4).

As características próprias do sacerdote que este texto sagrado assinala são: em primeiro lugar, pertencer à linhagem humana e ter sido «escolhido ou assumido» por Deus dentre os outros homens por uma certa consagração. Em segundo lugar, estar destinado para mediar entre Deus e os outros. Em terceiro lugar, o acto específico do sacerdote que é oferecer o sacrifício para reparar o pecado e assim reconciliar os homens com Deus (cf. Heb 8,3). Em quarto lugar, indicam-se também alguns requesitos: a vocação divina e algumas qualidades morais como a misericórdia, a humildade, etc.

Assim pois, o sacerdote é um mediador entre Deus e os homens. No entanto, o termo «mediador» é mais amplo que o de «sacerdote», pois nem toda a mediação é um sacerdócio. Com efeito, pode haver outras mediações entre Deus e os homens (por exemplo a dos profetas na revelação, a dos reis no governo da sociedade, etc.), mas o sacerdócio é a principal, pois consiste em unir e reconciliar verdadeiramente os homens com Deus, tirando o pecado que é o que separa os seres humanos de Deus.

Como exerce o sacerdote a sua missão mediadora? Fá-lo em primeiro lugar com a sua função principal e própria que é oferecer sacrifícios para nos reconciliarmos com Deus, e assim alcançar as bênçãos do céu[95]. Mas o ofício sacerdotal também compreende outras funções, uma vez que também deve comunicar aos homens os dons de Deus.

Jesus Cristo é sacerdote. A Carta aos Hebreus dá a Jesus o nome de Sacerdote, de sumo e grande Sacerdote da Nova Aliança; afirma que o seu sacerdócio é diferente e superior ao levítico; que o seu sacerdócio é eterno; e apresenta a sua obra como uma missão sacerdotal[96].

Cristo exerce o seu sacerdócio oferecendo a Deus orações por nós e o sacrifício da sua vida pelo qual nos reconcilia com Deus, e, por outro lado, transmitindo aos homens os dons divinos, como são a graça e a revelação.

Portanto, o sacerdócio de Cristo coincide com a mediação que estudámos. E tudo o que dissemos de Cristo Mediador diz-se naturalmente de Cristo Sacerdote: Ele é o *Sacerdote da nova e eterna Aliança* que estabelece a comunhão de vida entre Deus e os homens destinada à sua perfeição na eternidade: Ele é o *único e Sumo Sacerdote* que, com o seu sacrifício, nos reconcilia com

---

[95] Etimologicamente «sacrifício» provem de *sacrum facere*, fazer de Deus alguma coisa que era do homem

[96] Noutros textos do Novo Testamento reconhece-se a Jesus este mesmo ofício ainda que não se lhe outorgue o título de sacerdote (v. g.: Ele ofereceu a sua vida como um sacrifico; cf. Mc 14,24 e par.; Ef 5,2M Jo 10,17-18; etc.). talvez se omita esse título para evitar uma possível confusão entre os primeiros fieis se se identificasse a figura e a obra de Cristo com a dos sacerdotes judeus ou pagãos que podiam servir-lhes de referência.

Deus, sendo todo o outro sacerdócio (o ministerial ou o comum dos fiéis) participação do seu sacerdócio e a ele subordinado, etc.

Cristo, Mestre da verdade: mediador e plenitude da revelação

Cristo, mediador perfeito da revelação. O Filho de Deus, ao vir a este mundo, como homem, é o mediador perfeito da revelação pois manifesta-nos a Deus a quem vê e ouve. Ele é testemunha da verdade (cf. Jo 1,18; 8,40).

O Novo Testamento também afirma que Cristo é o «profeta» anunciado por Moisés (cf. Act 3,22; Dt 18,15); quer dizer, aquele que fala as palavras de Deus, seu mediador na revelação. Por isso a teologia fala do *ministério profético de Cristo*.

No entanto, o ofício de profeta, ainda que conveniente a Cristo, exprime de modo insuficiente a sua função doutrinal; Ele é muito mais que profeta e distinguiu-se de todos eles: «Tendo Deus falado outrora a nossos pais, muitas vezes e de muitos modos, por meio dos Profetas, agora, nos últimos tempos, falou-nos por meio de Filho» (Heb 1,1-2). Ele, não só como Deus mas também enquanto homem, é superior a todos os profetas porque tinha a ciência de visão que nenhum profeta pode ter. Ele é «*o Mestre*», o único mestre dos homens (cf. Mt 23,8-10).

Cristo, plenitude da revelação. O concílio Vaticano II diz mais: Jesus é «o mediador e plenitude de toda a

revelação»[97] Jesus Cristo não só nos revela o mistério de Deus Uno e Trino, como também nos descobre o plano da nossa salvação e qual é a dignidade e a vocação do homem: quer dizer, todo o conteúdo da nossa fé.

Ele é a plenitude da revelação: é a luz do mundo (cf. Jo 8,12; 12,46), é a própria verdade (cf. Jo 14,6). É a palavra única perfeita e insuperável do Pai. N' Ele, o Pai disse tudo. Não haverá outra palavra além dessa[98].

Este ofício magistral de Cristo ordena-se a levar os homens à fé para que, acreditando, se convertam e alcancem a justificação. Deste modo Jesus liberta-nos de uma das sequelas do pecado, da ignorância e do erro: «A verdade vos tornará livres» (Jo 8,32). Portanto, este ofício está relacionado com o seu ministério sacerdotal, assim como também está unido ao ministério pastoral, pois constitui uma forma de nos conduzir à nossa salvação.

Jesus Cristo, Bom Pastor

Emprega-se figuradamente o nome de «pastor» para significar aquele que governa um povo ou tem uma especial autoridade numa comunidade. Assim o faz frequentemente a Bíblia quando, por exemplo, dá o título de pastor a David e a outros reis de Israel.

Cristo apresenta-se como o Bom Pastor prometido no Antigo Testamento (cf. Jo 10,1-18; Ez 34); Ele é o pastor

---

[97] DV,2.

[98] Cf. CIC. 65.

que ama as suas ovelhas e dá a sua vida para as salvar; quem as conduz aos bons pastos, lhes dispensa o alimento espiritual, e as defende do inimigo.

Paralelamente a este título de «Pastor», a Igreja empregou também os de *Rei e Senhor*, que em sentido figurado a mesma realidade.

E segundo diferentes tarefas que estão compreendidas no ofício pastoral, também apresentou Cristo como *Legislador* (pois nos dá a Lei nova da graça e da caridade), ou como *Juiz* (pois concede a graça e o perdão dos pecados, e premeia com a glória).

Cristo é o novo Adão e Cabeça da linhagem humana em ordem à graça

Cristo, novo Adão

Semelhança entre Adão e Cristo, enquanto princípios da humanidade. Deus quis que a humanidade tivesse o seu princípio em Adão. E, além disso, concedeu ao nosso primeiro pai a justiça para que, por ele, se transmitisse aos seus descendentes. Todavia, Adão, pecou e toda a sua estirpe foi privada desta santidade e ficou ferida com as sequelas deste pecado. Adão pois, pecou não só como pessoa individual, mas também como cabeça do género humano, e a sua acção afectou toda a sua descendência (cf. Rom 5,12-19).

Por outro lado, Deus destinou a Encarnação do seu Filho para que Jesus Cristo fosse o princípio e a causa da vida sobrenatural de todos, o início de uma humani-

dade redimida. Daqui que o Novo Testamento afirme o paralelismo – e a contraposição – entre Adão e Cristo, que é chamado o «novo» ou «segundo» Adão (cf. 1 Cor 15,21-22.45-47). «Por isso, assim como pelo pecado de um só, incorreram todos os homens na condenação, assim pela justiça de um só, recebem todos os homens a justificação que dá a vida. Porque, assim como pela desobediência de um só homem, todos os outros se tornaram pecadores, assim pela obediência de um só, todos os outros virão a ser justos» (Rom 5,18-19).

Também os Padres da Igreja, e em especial Santo Agostinho, tratam frequentemente do tema dos dois «Adão» assinalando a semelhança entre eles: ambos são os princípios de todo o género humano, ainda que Adão o seja quanto à natureza e ao pecado, e Jesus Cristo quanto á salvação.

Cristo é o homem novo e perfeito, superior a Adão e a todos os homens, o exemplar de todos os homens. São Paulo afirma que «Adão é a figura do que havia de vir», de Cristo (Rom 5,14): Adão é só a figura, isto é, semelhante mas a um nível inferior a Cristo, que é a realidade plena e perfeita. Adão, como simples figura, foi criado à imagem e semelhança de Cristo, que é o exemplar de todos os homens. E «Ele, que é imagem de Deus invisível (Col 1,15) é também o homem perfeito, que devolveu à descendência de Adão a semelhança divina, deformada pelo primeiro pecado»[99].

---

[99] GS, 22.

Cristo, Cabeça da linhagem humana em ordem á graça

O Novo Testamento diz-nos, especialmente nas «Epístolas do cativeiro», que Cristo foi constituído «Cabeça» do seu «Corpo» que é a Igreja e de todos os homens em ordem à graça.

Vejamos as relações existentes no homem entre a cabeça e o corpo, para ver que significa realmente esta expressão «cabeça» referida metaforicamente a Cristo[100].

Em primeiro lugar, existe uma relação de união entre a cabeça e o corpo humano, pois ambos formam um todo e são da mesma espécie. Assim pois, *Cristo enquanto homem é cabeça do género humano porque tem a mesma natureza que os outros homens e é solidário com todos eles*[101].

Em segundo lugar, há uma relação de distinção entre a cabeça e os outros membros, na medida em que a primeira tem uma proeminência sobre o resto. Por isso se chama cabeça figuradamente ao que é superior ou que sobressai numa ordem (por exemplo, o cume de um monte ou a «capital de uma nação). Assim, *Cristo é Cabeça dos homens, porque tem uma proeminência sobre eles pela sua plenitude de graça*, em virtude da qual é o mais perfeito e o exemplar de cada um dos homens.

E em terceiro lugar, há outra distinção entre a cabeça e o corpo, pois aquela tem um influxo directivo sobre o resto.

---

[100] Cf. S. TOMÁS DE AQUINO, *In III Sent.* D 13, q 2 , a 1; *S.Th.* III,8,1; *De Veritate*, q 29, a 4.

[101] Todavia, Cristo enquanto Deus não tem esta conformidade connosco e por isso não é nossa Cabeça segundo a sua divindade.

Por isso também se chama cabeça figuradamente a quem, numa sociedade, tem o poder de direcção e de governo (por exemplo cabeça de família). Assim, *Cristo é Cabeça do género humano porque é o princípio da graça de todos os homens, o salvador de todos eles*: porque nos redimiu e agora nos comunica a vida sobrenatural. «Da sua plenitude todos recebemos graça sobre graça» (Jo 1,16)[102].

Cristo é Cabeça dos homens por todas essas razões mencionadas: «Ele tem a primazia em tudo» (Col 1,18). Mas principalmente é-o enquanto nos redime e santifica; isto é, enquanto comunica aos outros a vida da graça.

E já sabemos que o *fundamento ou raiz* desta plenitude de graça de Cristo homem que se comunica aos seus membros é a união hipostática; de modo que se Cristo não fosse Deus feito homem, não seria Cabeça do género humano.

Aspectos de Cristo, Cabeça do génio humano

A solidariedade de Cristo com o género humano

Solidariedade física, do sangue, com toda a linhagem humana. Cristo, por ser homem, comparte a nossa natureza, é filho de Adão como assinala São Lucas na genealogia do Senhor, e forma parte da família humana.

[102] A graça eminente de Cristo enquanto se comunica aos seus membros, enquanto é princípio da salvação dos seus membros, chama-se *graça capital*.

Por isso, todos nós nos tornámos irmãos do Filho de Deus (cf. Heb 2,11.17).

Solidariedade moral e intencional pelo amor. Cristo não só comparte a natureza humana, como ainda toma sobre si tudo o que é nosso, a nossa história e as nossas penas. Esta solidariedade moral nasce da livre vontade de Jesus, do seu amor, que é a virtude que une e identifica o amante com o amado e que faz com que as coisas do amado sejam como próprias.

Assim pois, Cristo *abraça* amorosamente todos os homens, *faz-se um com eles* pelo amor e *identifica-se* com os seus sofrimentos, como se fossem seus. Precisamente movido por esse amor entregou-se por nós, para reparar o nosso mal e conseguir a nossa salvação: «Amou-me e entregou-se a si mesmo por mim» (Gal 2,20).

Por isso diz o concílio Vaticano II: «O Filho de Deus com a sua Encarnação uniu-se, de certo modo, a cada homem»[103]. Mas advirtamos que ainda que se fale de uma certa união ou identificação de Cristo com a humanidade, não podemos esquecer a distinção que existe entre o Redentor e os homens redimidos: não há uma «encarnação colectiva». Há sempre uma distinção no ser entre o amante e o amado, entre Cristo e nós.

---

[103] GS. 22.

Jesus Cristo representa vicariamente todos os homens perante Deus

Deus destinou Cristo para ser o Salvador de todos. Portanto, a graça e as acções de Cristo não terminam n'Ele, mas estão ordenadas para o desígnio divino da salvação do género humano: perante Deus a obra de Cristo termina em nós.

Assim, *Cristo, em virtude do desígnio divino da nossa salvação, representa os homens ante Deus* e oferece-se por todos, para merecer e reparar o pecado dos homens. Nesta obra actua como Cabeça da humanidade, representando todos e conseguindo «para nós» o que não podíamos conseguir. Isto é o que exprime a fórmula habitual de representação «*vicária*» de Cristo: do «justo pelos injustos, para levá-los a Deus» (1 Pe 3,18), de um por todos, «em favor de» todos.

Há que assinalar que Jesus nos representa, mas propriamente não nos substitui, ou só em algum aspecto, pois, por exemplo, não decide por nós, uma vez que nós devemos arrepender-nos dos pecados e incorporar-nos voluntariamente n'Ele como seus membros. Também não nos poupa nesta vida as penas do pecado, a morte incluída[104].

---

[104] Como podemos ver, a acção vicária de Cristo como nossa Cabeça não tem o sentido que lhe outorga a «substituição penal», que rejeitámos.

Cristo tem o poder de salvar os homens: Ele é o autor da salvação

Deus dispôs que Jesus seja o novo Adão, a Cabeça e o princípio da vida sobrenatural da linhagem humana. Por isso a sua humanidade, como instrumento do Verbo, tem o poder de nos salvar a todos. De modo que *Ele é o autor e o princípio da salvação*: é «o autor da vida» (Act 3,15; cf. Jo 11,25); é como uma fonte inexaurível de vida divina no próprio seio da linhagem humana: «Ele, segundo a sua humanidade, é de alguma forma o princípio de toda a graça de modo semelhante a como Deus é princípio de todo o ser, (...) e por isto tem razão de cabeça»[105].

***

Agora passamos ao estudo dos actos concretos pelos quais Jesus Cristo nos redime, tendo presente que actua sempre como nosso Mediador e Cabeça: por isso as suas obras servem para a nossa salvação.

---

105 S. TOMÁS DE AQUINO, *De Veritate*, q 29, a 5.

Capítulo IX

OS MISTÉRIOS DA VIDA TERRENA DE CRISTO E O SEU VALOR REDENTOR

Na primeira parte estudámos o mistério da Encarnação do Filho de Deus, e agora, neste capítulo e nos seguintes, vamos considerar outros mistérios da vida de Jesus, ainda que, pela reduzida extensão deste livro, só examinaremos alguns poucos e brevemente.

Toda a vida de Cristo forma parte do mistério redentor

Mistérios da vida de Cristo a que se deve a redenção do homem

O Credo menciona os mistérios da vida de Cristo – – desde a Encarnação até à Ascensão aos céus e a sua segunda vinda – sob o enunciado: «por nós homens e por nossa salvação». Isto significa que a redenção do homem se deve a cada um destes mistérios e, ao mesmo tempo, que toda a vida de Cristo constitui no seu conjunto uma unidade redentora a que se deve a nossa redenção como a uma única causa.

Mas podemos distinguir mais e assinalar que Cristo – segundo o desígnio de Deus Pai - «realizou a obra da redenção humana (...) *principalmente* pelo mistério pascal da sua bem-aventurada Paixão, Ressurreição dentre os mortos e gloriosa Ascensão. Por este mistério, com a sua Morte destruiu a nossa morte e com a sua Ressurreição restaurou a nossa vida»[106]. Com efeito, o mistério pascal é que dá sentido redentor e unidade a toda a vida de Jesus: todos os actos do seu caminhar terreno, desde a sua Encarnação (cf. Heb 10,5-7), se ordenam à sua Morte e Ressurreição, onde se consuma a redenção dos homens.

E concretizando ainda mais podemos dizer que Cristo nos redime «*especialmente*» com a sua sagrada Paixão e Morte. Com efeito, a Escritura resume muitas vezes toda a obra redentora no mistério da Morte de Cristo, ou no seu sangue derramado na cruz: por ele somos redimidos, lavados dos pecados, justificados, santificados e restabelecidos em comunhão com Deus[107]. Também a liturgia nos ensina a orar assim: «Nós Vos adoramos, ó Jesus e Vos

---

[106] CONC. VATICANO II, *Sacrosanctum concilium*, 5.

[107] Cf. Rom 5,9; Ef 1,7; Col 1,20; Heb 9,14; 13,12; 1 Pd 1,19; 1Jo 1,7; Ap 1,5; 5,9-10; etc.

bendizemos, porque pela Vossa Santa Cruz redimistes o mundo». E o Catecismo da Igreja Católica diz que «a redenção vem-nos, antes de mais, pelo sangue da cruz»[108].

Mas não devemos entender que a salvação seja fruto da Paixão de Cristo separada da sua Ressurreição, mas sim em união indissolúvel com ela e com todos os mistérios da sua vida.

Características comuns do valor salvífico de todos os mistérios de Cristo

Toda a vida de Cristo é mistério de redenção. Jesus viveu em todos os momentos a sua condição de Sacerdote, e ofereceu a seu Pai, em sacrifício por nós todas, as circunstâncias da sua vida; de modo que em todos os momentos exerceu a sua função mediadora para nos livrar do pecado e levar-nos à união com Deus. Todos os actos de Cristo, ainda os que parecem menos importantes e pequenos, são redentores e possuem um valor transcendente de salvação (v g.: as carências materiais que experimentou, o seu trabalho, o seu cansaço, as dificuldades da vida, etc.)[109]: todos eles são meritórios e foram oferecidos como sacrifício ao Pai por nós com uma entrega completa de si mesmo e com um amor imenso.

---

[108] CIC, 517. A razão é – como veremos depois – que a Paixão de Cristo nos liberta do pecado por mais títulos. Além de ser a causa eficiente da nossa salvação (como o é a Ressurreição), mereceu-a, e também constitui uma satisfação pelo pecado: só ela é o preço da nossa redenção. E a própria exaltação gloriosa de Cristo deve-se ao mérito da sua Paixão (cf. Flp 2,8-9; Heb 2,9).

[109] Cf. CIC, 517.

Todos os actos de Cristo nos revelam Deus e o seu desígnio salvífico. Jesus viveu em todos os momentos a sua condição de Mestre que nos revela Deus. Por Ele conhecemos Deus visivelmente[110], pois o Verbo eterno manifestava-se aos homens em todos os seus actos humanos, em cada uma das suas palavras, gestos e atitudes. E igualmente todos os seus actos revelam o Pai que o enviou e com ele é uma só coisa: «Toda a vida de Cristo é revelação do Pai (...) Jesus pode dizer: 'Quem me vê a mim, vê o Pai' (Jo 14,9) (...) Nosso Senhor, ao ter-se feito homem para cumprir a vontade do Pai, manifestou-nos o amor que Deus nos tem' (1 Jo 4,9)»[111]

E assim, Jesus, em todas as suas obras «manifesta plenamente o homem ao próprio homem»[112]: revela-nos a dignidade e a vocação do homem, criado à sua imagem, chamado a ser filho de Deus e a participar de uma comunhão de vida com a Trindade.

Todos os actos de Jesus são um exemplo e ensinamento de vida para nós. Não podíamos imitar e seguir Deus a quem não víamos, mas quando o Filho de Deus se faz homem constitui-se para nós no modelo que podemos contemplar, seguir e imitar. Jesus, em todos os momentos, nos deu exemplo para vivermos como filhos de Deus.

---

[110] Cf. Prefácio I de natal

[111] CIC, 516.

[112] GS, 22.

Mistérios da infância de Jesus

O mistério da Natividade

São Lucas narra-nos com emoção o nascimento do Filho de Deus em Belém, num estábulo, pois não houve outro alojamento para a Sagrada Família (cf. 2,1-20). E os anjos explicam este grande mistério que constitui uma grande alegria para todos: «nasceu-vos hoje na cidade de David o Salvador, que é o Cristo, o Senhor» (Lc 2, 10-11).

Com efeito, Deus apareceu neste mundo. Manifestou-se a luz verdadeira que ilumina todo o homem, a luz que brilha nas trevas (cf. Jo 1,4-5.9). Manifestou-se a bondade de Deus e o seu amor misericordioso aos homens (cf. Tit 3,4). Começou a redenção, o «admirável intercâmbio» pelo qual o Criador do género humano, fazendo-se homem e nascendo duma virgem, nos faz participantes da sua divindade.

E, além disso, da cátedra de Belém, Jesus Menino transmitiu tantos ensinamentos que nunca acabaremos de os considerar. Talvez o principal ensinamento seja o de que o Filho de Deus vem libertar-nos do mal e vencer o inimigo, não com as armas do poder e força humanas, mas sim com as do amor e a humildade, com o seu *kénosis* (cf. Flp 2,5-7): aqui está a verdadeira sabedoria e força de Deus, que são mais fortes que os homens (cf. 1 Cor 1,24-25).

E, fazendo-se um Menino, ensina-nos que «*fazer-se criança* em relação a Deus é a condição para entrar no reino (cf. Mt 18,3-4); para isso é necessário abaixar-se (cf.

Mt. 23,12), torna-se pequeno (...) para 'fazer-se filho de Deus' (Jo 1,12)»[113].

A Epifania

«*Epifania*» significa «manifestação». A epifania de Jesus é a sua manifestação como Messias de Israel e Salvador do mundo. Se na Natividade Jesus foi manifestado pelos anjos aos pastores, gente de Israel, neste mistério – na adoração dos magos – manifesta-se aos gentios por meio duma estrela (cf. Mt 2,1-12).

O Evangelho vê nos «magos» ou sábios os representantes de povos vizinhos do Oriente, as primícias das nações que acolhem o Salvador e a Boa Nova da salvação. São Mateus quer mostrar-nos desde o princípio que a salvação é universal: todos os homens estão chamados a ser «co-herdeiros, membros do mesmo corpo e participantes da promessa em Jesus Cristo» (Ef 3,6).

Deus chama todos a irem a Cristo, e todos devemos responder como os magos. Que viram a estrela no oriente, deixaram-se guiar por ela, procuraram o Senhor, e chegaram cheios de alegria até ao Menino com Maria, sua mãe.

---

[113] CIC, 526.

Outros mistérios da infância de Jesus

«*A apresentação de Jesus no templo* mostra-O como o Primogénito que pertence ao Senhor. Com Simeão e Ana, é toda a expectativa da Israel que vem ao encontro do seu Salvador (a tradição bizantina designa por *encontro* este acontecimento). Jesus é reconhecido como o Messias tão longamente esperado, 'luz das nações' e 'glória de Israel', mas também como 'sinal de contradição'. A espada de dor, predita a Maria, anuncia essa outra oblação, perfeita e única, a da Cruz, que trará a salvação que Deus 'preparou diante de todos os povos'[114].

«*A fuga para o Egipto* e o massacre dos Inocentes manifestam a oposição das trevas à luz: 'Ele veio para o que era seu e os seus não O receberam' (Jo1,11). Toda a vida de Cristo decorrerá sob o signo da perseguição. Os seus partilham-na com Ele (cf. Jo 15,20). O seu regresso do Egipto (cf. Mt 2,15) lembra o Êxodo (cf. Os 11,1) e apresenta Jesus como o libertador definitivo»[115].

Mistérios da vida oculta de Jesus em Nazaré

A normalidade da vida de Jesus. A sua vida de família e de trabalho, em particular

Jesus partilhou, durante a maior parte da sua vida a condição comum e normal da imensa maioria dos ho-

[114] CIC, 529.

[115] CIC, 530.

mens. Por isso, os seus concidadãos o consideram igual a eles em tudo, como um deles, e estranham a sabedoria e os milagres que demonstra depois na vida pública (cf. Mc 6,2-3).

Talvez os anos da vida de Jesus em Nazaré pareçam sem brilho humano, anos de sombra («vida oculta»), ou uma simples preparação para o seu ministério público; mas não é assim: Jesus estava realizando a nossa redenção mediante o seu amor e obediência presentes em cada uma das suas obras que oferecia por nós ao Pai. O Verbo eterno redimiu e santificou assim todas as realidades nobres com que está entretecida a vida comum dos homens: a família, as amizades e relações sociais, o trabalho e o descanso, etc.

E todos estes actos de Cristo em Nazaré são também um ensinamento para nós: «Jesus, nosso Senhor e nosso Modelo, crescendo e vivendo como um de nós, revela-nos que a existência humana – a tua -, as ocupações correntes e vulgares, têm um sentido divino, de eternidade»[116].

A vida de família. Parte principal da vida de Jesus em Nazaré era a vida de família, que o Evangelho resume em poucas palavras porque era normal, e ao mesmo tempo divina: «o Menino ia crescendo e fortalecendo-se cheio de sabedoria e a graça de Deus estava n'Ele» (Lc 2,40); e mais adiante acrescenta-se que «veio com eles (com os seus pais) para Nazaré e era-lhes submisso» (Lc 2,51).

Tal como Jesus santifica a vida familiar e nos redime, a Sagrada Família constitui o espelho e modelo de toda

---

[116] S. JOSEMARÍA ESCRIVÁ, *Forja*, 688.

a família: mostra-nos a sua entranhável comunicação de amor, a sua simples e austera beleza, o seu carácter sagrado e inviolável, o aspecto insubstituível da sua função no plano das pessoas individuais e da vida social.

A vida de trabalho. Jesus dedicou a maior parte da sua vida ao trabalho junto de José, até depois de ter feito trinta anos. De facto, os seus concidadãos conhecem-no por «o artesão» (Mc 6,3).

Esforçava-se por fazer bem o trabalho, cuidando dos pormenores, vivendo-o com espírito de serviço e tratando com amabilidade os concidadãos: «tudo fez bem» (Mc 7,37). Nas mãos de Jesus o trabalho converte-se em tarefa divina, em «realidade redimida e redentora: não só é o âmbito em que o homem vive, mas também meio e caminho de santificação, realidade santificável e santificadora»[117].

Por isso, a vida de Jesus em Nazaré foi chamada «o Evangelho do trabalho» já que constitui uma lição da dignidade e do valor do trabalho; um ensinamento para nos unirmos a Deus com esta actividade e, por meio dela, colaborar na salvação do mundo.

O episódio do Menino Jesus perdido e achado no Templo

Este acontecimento é o único acontecimento que quebra o silêncio dos evangelhos sobre os anos ocultos de Jesus. Nele, Jesus deixa entrever o mistério da sua con-

[117] S. JOSEMARIA ESCRIVÁ, *Cristo que passa*, n. 47.

sagração total à missão decorrente da sua filiação divina: «"Não sabíeis que Eu tenho de estar na casa do meu Pai". Maria e José "não compreenderam" esta palavra, mas acolheram-na na fé, e Maria "guardava no coração todas estas recordações", ao longo dos anos em que Jesus permaneceu oculto no silêncio duma vida normal»[118].

Jesus dá-nos o exemplo da decisão que temos de ter para cumprir a vontade divina ainda que custe sacrifício e ainda que outros não a compreendam.

Mistérios da vida pública de Jesus

O Baptismo de Jesus no Jordão

João Baptista proclamava um «baptismo de conversão para o perdão dos pecados» (Lc 3,3), e muitas pessoas acorriam e eram baptizadas. Jesus também acorreu foi baptizado depois de manifestar que queria «cumprir toda a justiça» (Mt 3,15) e levar a cabo o plano de seu Pai para a nossa salvação. «A esta aceitação responde a voz do Pai que põe toda a sua complacência no Filho (cf. Lc 3,22; Is 42,1). E o Espírito que Jesus possui em plenitude desde a sua conceição, vem 'repousar' sobre Ele (Jo 1,32-33; cf. Is 11,2)»[119].

---

118 CIC, 534.

119 CIC, 536.

No baptismo Jesus manifesta-se como Filho de Deus e Messias, e a partir de então começa o seu ministério público.

O baptismo é uma «epifania» pública de Jesus ao mesmo tempo que constitui uma revelação da Trindade. Não é que então Jesus comece a ser Filho de Deus, nem comece a possuir o Espírito Santo, nem comece a ser o Messias, nem é então que toma consciência da sua missão messiânica; mas é então que o seu messianismo é manifestado publicamente a Israel.

O baptismo constitui o começo do ministério público de Jesus (cf. Act 1,22), e a partir de então o Senhor começa a ensinar abertamente, confirmando a sua doutrina com milagres, e a reunir um grupo de discípulos.

O baptismo de Jesus é modelo do baptismo cristão. «No seu baptismo, 'abriram-se os céus' (Mt 3,16) que o pecado de Adão tinha fechado; e as águas foram santificadas pela descida de Jesus e do Espírito como prelúdio da nova criação»[120]. Com efeito, o nosso baptismo assemelha-se ao de Jesus, pois quando somos baptizados em nome da Trindade somos feitos filhos de Deus, o Espírito Santo desce sobre nós e abre-nos o acesso ao céu.

---

[120] CIC, 536.

As tentações do deserto

Imediatamente depois do baptismo, Jesus é «impelido pelo Espírito Santo» para o deserto. Ali permanece em oração e sem comer durante quarenta dias; vive entre os animais e os anjos serviam-no (cf. Mc 1,12-13). No final deste tempo, Satanás tenta-o três vezes tratando de pôr à prova a sua atitude filial para com Deus. Jesus rejeita estes ataques e o diabo afasta-se d'Ele «até outra ocasião» (Lc 4,13).

As tentações de Cristo formam parte da sua vitória sobre o Maligno. Jesus é o novo Adão que vence onde o primeiro foi derrotado pelo tentador. Jesus vence onde Israel no deserto provocou Deus e sucumbiu (cf. Sal 95/94,10). Cristo é o mais forte que ata e despoja Satanás do seu poder e liberta-nos da sua escravidão (cf. Mc 3,27). A vitória de Cristo sobre o diabo consumar-se-á na cruz, mas começou antes; e essas tentações constituem um momento assinalado em que a sua vitória se manifesta.

As tentações referem-se à natureza do messianismo de Cristo. As três tentações recapitulam as três tentações de Adão no paraíso e as de Israel no deserto. Satanás tenta Jesus para que oriente a sua missão para o âmbito temporal, para um messianismo terreno; para o bem-estar material, a glória e o poder humanos. E Cristo responde que a sua missão é servir exclusivamente a Deus e abandonar-se confiadamente nas mãos do Pai, sem procurar

a sua utilidade ou ambição humana à margem do plano divino [121].

Cristo dá-nos exemplo de como lutar contra o maligno e vencê-lo, pois Ele «foi tentado em tudo À nossa semelhança» (Heb 4,15). Para vencer o mal temos sobretudo de procurar o Reino de Deus e a sua justiça (cf. Mt 6,33) e procurar cumprir a sua vontade; ao mesmo tempo, temos de eliminar o apego aos bens materiais, à soberba e à ambição. Deste modo não nos prostraremos nunca ante nada terreno e seremos livres.

A pregação de Jesus

A actividade de Jesus durante a sua vida pública centra-se na pregação do Reino de Deus (cf. Mt 4,23; 9,35). «Depois de João ter sido preso, foi Jesus para Galileia pregando a Boa Nova de Deus, e dizendo: O tempo cumpriu-se e o Reino de Deus está perto; convertei-vos e acreditai no Evangelho» (Mc 1,14-15). Este reino consiste em que os homens são tornados partícipes da vida é terna e feliz de Deus.

A sua pregação é acessível, simples e clara, e simultaneamente exigente. Jesus ensina com amor a verdade às almas; por isso, o seu ensinamento é sempre muito concreto e realista. E está cheio de comparações e exemplos

[121] Jesus ao longo da sua vida rejeitou outras tentações semelhantes provenientes do seu ambiente (cf. Mt 27,42). e inclusive dos seus discipulos (cf. Mt 16,21-23). contrárias ao plano do Pai e à sua missão redentora.

simples e bem conhecidos dos ouvintes o que contribui para tornar claros os seus ensinamentos (cf. os exemplos da sementeira, as ervas más, as fainas da pesca, a confecção do pão, as festas de bodas, etc.).

Explica frequentemente «o mistério do reino dos céus» por meio de *parábolas* (cf. Mt 13,10-13); comparações prolongadas que constituem uma caracteristica dos seus ensinamentos. Por meio delas convida para o banquete do Reino (cf. Mt 22,1-14), mas também exige que acolhamos as suas palavras com fé e nos decidamos seriamente a segui-las para alcançar o Reino, ainda que haja que deixar tudo (cf. Mt 13,44-45).

Os milagres de Jesus

Jesus acompanha a sua doutrina com milagres, que a Escritura chama também «sinais» porque são factos admiráveis e sobre-humanos que fazem referência a outra realidade divina.

Os milagres são sinais do Messias anunciado. «Ao libertar certos homens dos males terrenos – da fome – – (cf. Jo 6,5-15), da injustiça, (cf. Lc 19,8) da doença e da morte (cf. Mt 11,5) – Jesus realizou *sinais messiânicos*; no entanto, Ele não veio para abolir todos os males deste mundo (cf. Lc 12,13-14; Jo 18,36), mas para libertar os homens da mais grave das escravidões, a do pecado (cf. Jo 8,34,36), que os impede de realizar a sua vocação

de filhos de Deus e é causa de todas as suas servidões humanas»[122].

Os milagres são sinais da sua missão e da sua divindade. Os milagres de Jesus testemunham que o Pai o enviou (cf. Jo 5,36; 10,25), e convidam a acreditar em Jesus (cf. Jo 10,38): são sinais da sua missão divina e da autenticidade da sua doutrina. E mais ainda, testemunham que Ele é o Filho de Deus (cf. Jo 10,31-38) porque os realiza com o seu próprio poder (cf. Lc 6,19), poder divino comum com Deus Pai (cf. Jo 14,10-11).

Os milagres são começo e sinal da libertação definitiva. Os milagres, de modo especial a expulsão dos demónios, constituem a derrota do reino de Satanás: «Se pelo Espírito de Deus eu expulso os demónios, é que chegou a vós o reino de Deus» (Mt 12,28). Os milagres antecipam a grande vitória de Jesus sobre «o príncipe deste mundo» (Jo 12,31) que será definitivamente estabelecida com a cruz[123].

A convocação dos discípulos

Os discípulos são o germe e o começo do Reino. Cristo inaugurou o Reino reunindo os homens à sua volta: «O germe e começo do Reino é o 'pequeno rebanho' (Lc

[122] CIC, 549.

[123] Cf. CIC, 550.

12,32), daqueles que Jesus veio congregar ao seu redor e dos quais Ele próprio é o Pastor»[124]. Desde o princípio da sua vida pública, Jesus chama alguns para que o sigam: são seus discípulos. Assim sucede com Pedro e André, Tiago e João (cf. Lc 9,57-62), com José Barsabás e com Matias (cf. Act 1,21-26), e com muitos outros. E entre os discípulos encontramos homens e mulheres, como as que o seguiam desde a Galileia e o serviam. (cf. Lc 8,1-3).

Os discípulos serão também os instrumentos da extensão do Reino: eles têm que ser o sal da terra e a luz do mundo (cf. Mt 5,13-16). Por isso Jesus foi gradualmente tornando-os participantes da sua missão (cf. Lc 10,1).

Os doze apóstolos. O Senhor foi organizando gradualmente a sua comunidade de modo que quando Ele voltasse para o Pai esta pudesse ser instrumento da salvação do mundo. A escolha dos doze apóstolos dentre os seus discípulos é o ponto principal desta estruturação: vai-lhes confiando progressivamente algumas tarefas de responsabilidade e outorga-lhes alguns poderes especiais; e eles serão seus enviados («*apóstolos*») para implantar o seu Reino em todo o mundo.

No colégio dos doze, *Pedro* ocupa o primeiro lugar (cf. Mc 3,16; 1 Cor 15,5), e a ele Jesus confia uma missão única: a de confirmar os seus irmãos na fé (cf. Lc 22,32) e a de pastorear em seu nome toda a grei (cf. Jo 21,16-17).

---

[124] CIC. 764.

***

São João diz no final do seu Evangelho: «Muitas outras coisas fez Jesus. Se se escrevessem, uma por uma, creio que nem no mundo todo poderiam caber os livros que seria preciso escrever» (Jo 21,25). Com muita maior razão podemos aplicar estas palavras ao presente livro e especialmente este capítulo sobre os mistérios da vida terrena de Jesus. Temos de conhecer bem e de meditar todas as acções do Senhor – também as que não mencionámos – pois todas são redentoras, nos revelam Deus e nos dão exemplo para viver como filhos de Deus.

Agora vamos estudar o mistério pascal, da Morte e Ressurreição do Senhor, no qual se consuma a obra da redenção.

Capítulo X

A PAIXÃO E MORTE DE CRISTO E A NOSSA REDENÇÃO

O desígnio de Deus Pai sobre a Paixão e Morte de Cristo

O desígnio divino e a Morte de Cristo

A Morte de Jesus pertence ao misterioso desígnio de Deus, como explica São Pedro: «foi entregue segundo os desígnios e presciência de Deus» (Act 2,23). E assim também o dizem os primeiros cristãos cheios do Espírito Santo: «Aliaram-se nesta cidade contra o teu santo servo Jesus, que tu ungiste, Herodes e Pôncio Pilatos com os gentios com e os povos de Israel (cf. Sal 2,1-2), para executarem quanto o teu poder e a tua sabedoria determinaram que se fizesse» (Act 4,27-28).

Na Morte de Jesus, acima das causas históricas imediatas – o Sinédrio, Pilatos, os soldados – há uma causa de nível mais alto que só pode ser conhecida pela revelação: o plano e a disposição de Deus que permitiram os actos nascidos da cegueira dos homens para realizar o desígnio da nossa salvação (cf. Act 3,17-18)[125].

Porquê a cruz, nos planos divinos?

Já dissemos que a salvação é uma intervenção do amor misericordioso de Deus na situação humana de pecado, que enviou o seu Filho para nos salvar por meio da sua Paixão e Morte. E porque quis Deus a cruz de Cristo? Ainda que nos seja difícil responder essa pergunta, tentemos ver algum ponto de luz neste mistério.

Deus quer que o homem se arrependa do seu pecado e expresse o seu arrependimento interior com obras externas de penitência (como é próprio da condição humana, composta de corpo e alma). Só assim pode tomar parte na Nova Aliança e receber o perdão.

Para demonstrar o amor a Deus e o arrependimento devemos renunciar ao «homem velho», ao desonrado amor por nós mesmos que nos levou a desobedecer a Deus. O homem tem que manifestar este amor penitente com obras de entrega rendida à vontade divina, e em primeiro lugar com a aceitação voluntária das penas que Deus permite.

[125] Cf. CIC, 599, 600.

As penas derivadas do pecado ordenam-se à reparação do mesmo. Deus não faz nem quer o mal, nem a morte: «Porventura me hei-de comprazer com a morte do pecador –oráculo do Senhor –e não com o facto de ele se converter e viver?» (Ez 18,23; cf. Sab 1,13). Deus ama tudo o que criou, e ama o pecador (cf. Rom 5,8; Jo 3,16).

Portanto, se Deus permite que o homem experimente as penas derivadas do pecado, estas são remédios e ordenam-se a um bem maior: a vida sobrenatural que é muito mais valiosa que a vida natural[126]. Estas penas não constituem propriamente um castigo, nem são uma retribuição directa pelo pecado de cada um (cf. Jo 9,2-3; Lc 13,1-5). No plano divino a dor tem lugar para purificar a alma, para tirar o obstáculo da vontade própria que nos afastou de Deus; serve, com a ajuda da graça divina, para reparar a desordem do pecado no homem: e isto é o que, em teologia, se chama «satisfazer»[127].

Mas nem todas as penas derivadas do pecado servem para a restauração do homem, mas só as que afectam bens temporais e corporais[128]. E a principal pena satisfatória devida ao pecado comum da humanidade é a morte, á qual

---

[126] Torna-se sempre difícil encontrar uma resposta para a dor, e é impossível a quem considera como valores supremos os bens materiais (por exemplo, a saúde e o bem-estar material). Sem uma visão de fé o homem não pode entender que a posse da vida eterna vale muito mais que ganhar todo o mundo.

[127] Cf. CONC. DE TRENTO. DS, 1690; CIC, 1472, 1459.

[128] Os defeitos morais, que também derivam do pecado (a privação da graça, a ignorância, a desordem moral, etc.), não servem para reparar o homem caído e tornam-se impedimentos; mais, são parte da desordem que há que eliminar (cf. S. TOMÁS DE AQUINO, S. *Th.* III,14,1; III,46,4, ad 2; *Compendium theologiae*, cap 226, nn. 471-474).

se ordenam e em que se consumam todas as penas físicas: «o salário do pecado é a morte» (Rom 6,23)[129].

A reparação plena dos pecados do género humano dá-se pela Paixão e Morte de Cristo. Deus dispôs que a satisfação pelo pecado do género humano fosse completa, porquanto devia tirar o pecado e todas as suas consequências, e portanto devia afectar todos os homens. Já vimos no capítulo VII que ninguém pode reparar o pecado por si mesmo sem a graça, e mesmo com ela, nenhum homem podia reparar o pecado de toda a humanidade.

Assim pois, Cristo, como novo Adão e Cabeça do género humano, livremente e por amor assumiu o sofrimento derivado do pecado comum até à sua culminação na morte: Ele emendou e substituiu a desobediência de Adão com o seu amor e a sua obediência, e sofreu a morte para reparar a desordem introduzida em todos os homens pelo pecado original.

Deus Pai não é causa directa da Morte do seu Filho; somente a permite

Poderia parecer que Deus Pai fosse a causa ou o autor da Paixão e Morte de Cristo, já que na revelação divina se afirma que «não perdoou o seu próprio Filho, antes o entregou por nós» (Rom 8,32). Mas realmente o Pai é só a causa indirecta ou permissiva: não quer a sua morte, nem muito menos a causa, apenas a tolera.

---

[129] Cf. 1 Cor 15,56; CIC, 602; S. TOMÁS DE AQUINO, S. *Th.* III,14,1; III,46,4, ad 2; *Compendium theologiae*, cap 227, n. 475).

Se a permitiu, ainda que não a causasse, é porque daí proviria um bem maior. É imaginável algo melhor que a vida corporal de seu Filho? A resposta é um mistério que de todo não podemos compreender, sobretudo se olhamos com uma visão simplesmente humana. Todavia, com a cruz da fé podemos entrever que a glória e a exaltação de Cristo que se seguiu á sua morte são muito mais valiosas que os sofrimentos que padeceu (cf. Lc 24,26; Flp 2,8-11). E também podemos admirar neste mistério o valor imenso que a salvação das almas tem para Deus.

Então, em que sentido se pode dizer que o Pai entregou o seu Filho por nós? Podemos dizer que o Pai entregou Cristo à Paixão e Morte porque, segundo a sua eterna vontade, dispôs a Paixão para reparar os pecados do género humano; também, enchendo Jesus de caridade, lhe inspirou a vontade de padecer por nós; e, em terceiro lugar, porque na Paixão não o protegeu, podendo fazê-lo, dos perseguidores.

Os autores da Paixão e Morte de Cristo

Os autores da paixão de Cristo – a sua causa eficiente – são os que tinham a intenção de o matar e o fizeram sofrer os tormentos que produziram a sua morte[130].

---

[130] Convém ter em conta que quando a Sagrada Escritura diz que Jesus morreu «por nós» ou «por todos» (cf. Rom 5,8; 2 Cor 5,15) ou «pelos nossos pecados» (cf. 1 Cor 15,3; Gal 1,4), expressa o motivo que teve a morte de Cristo, ou seja, a «causa final» da sua Paixão, que é a salvação dos homens e a libertação do pecado, como vimos no capítulo II. E quando diz que padeceu e foi reprovado «pelos judeus» (cf. Lc 9,22; 17,25), expressa quem foram os autores desses padecimentos, quer dizer, a «causa eficiente» da sua Paixão, constituída pelos que o crucificaram, seus executores.

E estes foram Judas, o Sinédrio, Pilatos, etc. E a Escritura acrescenta que por detrás de todos eles actua Satanás, príncipe das trevas, que é homicida desde o princípio (cf. Jo 8,44).

Os falsos motivos que os judeus aduziam para o rejeitar foram principalmente, como assinala muito bem o Catecismo da Igreja Católica: o valor da Lei de Moisés, o sentido do Templo de Jerusalém, e a declaração de Jesus de ser Filho de Deus[131].

A responsabilidade subjectiva de cada um dos autores da Paixão só Deus a conhece, e, além disso, temos de ter presente que Jesus pediu perdão para eles. Todavia, podemos assinalar algumas situações objectivamente diferentes:

– Judas, o traidor, um dos Doze, um dos amigos íntimos do Mestre, que conhecia bem a sua vida e doutrina e o entregou aos judeus: a sua culpa é gravíssima.

– As autoridades judaicas, o Sinédrio, tiveram a informação suficiente para saber que Jesus era o Messias prometido e rejeitaram-no[132]. Certamente alguns deles acreditaram em Cristo (como Nicodemos e José de Arimateia), mas a maioria, por ódio e inveja (cf. Jo 15,24; Mt 27,18), não acreditou n'Ele, declaram-no réu de morte, e forçaram Pilatos para que o crucificasse. Na Escritura

---

[131] Cf. CIC, 574-594.

[132] Cf. A parábola dos vinhateiros infiéis de Lc 20,9-19, ou a proposta de Caifás de Jo 11,49-50.

reconhece-se que tiveram alguma ignorância, mas também se diz que não tiveram desculpa do seu pecado[133]: Deus saberá calibrar a sua culpa.

– Pilatos pecou condenando o justo por respeito humano para com César (Jo 19,12-16), ainda que como disse Jesus: «Os que me entregaram a ti têm maior pecado» (Jo 19,11). A culpa do Procurador foi menor, pois não conhecia que Jesus era o Messias o Filho de Deus.

– A multidão dos judeus, que pediu gritando a crucifixão do Senhor (cf. 15,11) e ratificou e aprovou a sua condenação por Pilatos (cf. Mt 27,25), tinha um conhecimento menor que os seus chefes e, além disso, foi guiada e manipulada pelas autoridades legítimas do seu povo: por isso, a sua culpa, foi menor.

– Por isso, a Igreja declarou no II Concílio do Vaticano: «Não se pode, todavia, imputar indistintamente a todos os judeus que então viviam, nem aos judeus do nosso tempo, o que na sua paixão se perpetou (...) Nem por isso os judeus devem ser apresentados como reprovados por Deus e malditos, como se tal coisa se concluísse da Sagrada Escritura»[134].

---

[133] Por um lado tiveram ignorância, pois o próprio Jesus disse: «Pai, perdoai-lhes porque não sabem o que fazem» (Lc 23,34; cf. Act 3,17). Mas por outro lado foram culpados, como também o Senhor assinala: «Se eu não tivesse vindo e não lhes tivesse falado, não teriam culpa, mas agora não têm desculpa do seu pecado (...) Se eu tivesse feito entre eles tais obras quais nenhum outro fez, não teriam culpa, mas agora viram-nas, e, contudo, odeiam-nos, a mim e a meu Pai.» (Jo 15,22-24).

[134] CONC. VATICANOII, *Nostra aetate*, 4 Cf. CIC, 597

Cristo ofereceu-se a si mesmo pelos nossos pecados

Cristo voluntariamente aceitou e sofreu a Paixão

Assim afirma explicitamente a Escritura: «entregou-se a si mesmo» por nós (Ef 5,2; cf. Gal 2,20; Heb 9,14). E Jesus explica esta liberdade e poder: «O Pai ama-me, porque eu dou a minha vida para outra vez a assumir. Ninguém ma tira mas sou eu que a dou por mim mesmo. Tenho o poder de a dar e o poder de a reassumir» (Jo 10,17-18).

Jesus, ao aceitar no seu coração humano o amor do Pai para com os homens, «amou-os até ao extremo» (Jo 13,1), até dar a vida por eles. Aceitou livremente a sua Paixão e a sua Morte por amor a seu Pai e aos homens que o Pai quer salvar. Daí a extrema liberdade que demonstra quando se encaminha resolutamente para Jerusalém, sabendo que ali vai morrer, ou quando vai ao encontro dos que o vão prender (cf. Jo 18,4-6).

Cristo, não só como Deus mas também como homem podia impedir a sua morte de muitas formas: fazendo com que os seus inimigos não pudessem levá-la a cabo (cf. Mt 26,53); e também fazendo que as acções dos perseguidores não o ferissem. Mas não quis impedir essas acções nem os seus efeitos naturais: «Como ovelha que está muda ante os que a tosquiam, também ele não abriu a boca, como ovelha que levam ao matadouro» (Is 53,7)

Por isso dizemos com verdade que se entregou livre e voluntariamente à Paixão, por nosso amor. Mas essa entrega não significa de modo algum que se matasse a si

mesmo, mas que não impediu, podendo, a acção dos que o justiçaram.

Cristo padeceu e morreu por obediência

O Filho de Deus, «descido do céu, não para fazer a sua vontade mas a do seu Pai que O enviou» (Jo 6,38), «Desde o primeiro instante da sua Encarnação, o Filho faz o seu plano divino de salvação, no desempenho da sua missão redentora: 'O meu alimento é fazer a vontade d'Aquele que Me enviou e realizar a sua obra' (Jo 4,34). O sacrifício de Jesus 'pelos pecados do mundo inteiro' (1 Jo 2,2) é a expressão da sua caminhada amorosa com o Pai: 'O Pai ama-Me, porque Eu dou a minha vida' (Jo 10,17). 'O mundo tem que saber que amo o Pai e procedo como o Pai me ordenou' (Jo 14,31)»[135].

«Cristo, pois, em cumprimento da vontade do Pai (...) efectuou a redenção com a sua obediência»[136]. E como a Escritura resume: «Humilhou-se a si mesmo fazendo-se obediente até à morte, e morte de cruz» (Flp 2,8).

Trata-se de uma obediência vivida por amor: Cristo oferece-se à Paixão e Morte com plena liberdade e ao mesmo tempo identificando-se totalmente com a vontade divina acerca da nossa redenção. Não há oposição alguma entre liberdade e obediência, mas sim uma correspondência perfeita: o verdadeiro amor a Deus demonstra-se cumprindo livremente a sua vontade.

---

135 CIC, 606.

136 LG, 3.

Os padecimentos de Cristo na sua Paixão

Os quatro Evangelhos narram-nos, passo, a passo a dolorosa história da Paixão do Senhor: desde a agonia no horto de Getsemani, continuando com o iníquo processo religioso ante as autoridades judaicas, passando pelo injusto processo civil ante Pilatos com todas as suas vicissitudes – com a flagelação, a coroação de espinhos e a condenação à morte -, e chegando á «*via crucis*» com a terrível crucifixão, agonia e morte do Senhor na cruz.

Jesus padeceu por parte dos judeus e dos gentios; por parte das autoridades, da multidão e, do que é mais penoso, por parte dos seus íntimos: de Judas que o entregou, Pedro que o negou, e os seus que o abandonaram.

Padeceu interiormente na sua alma até entrar em agonia pela tristeza e o temor ante a morte certa. Teve uma imensa pena pelos pecados de todo o género humano, assim como pela ruína do seu povo, pela queda de Judas e pelo escândalo dos seus discípulos. Sofreu também moralmente pelas humilhações, injustiças, troças e insultos... de todos os que o perseguiam.

E padeceu tremendamente no seu corpo pelas terríveis feridas da flagelação, da coroação de espinhos, da dolorosíssima crucifixão com todos os sofrimentos físicos que comportava e a horrível agonia na cruz até à morte.

Isaías já tinha profetizado os padecimentos do Servo de Yahwé, apresentando-O como «desprezado e abandonado pelos homens, como alguém cheio de dores, habituado ao sofrimento (...) Foi ferido por causa dos nosso crimes, esmagado por causa das nossas iniquidades» (Is 53,3-5).

O valor salvífico que a Paixão de Cristo tem para nos comunicar os seus frutos.

A fé diz-nos que toda a obra de Cristo, especialmente a sua Paixão e Morte, alcança-nos o perdão dos pecados. E agora perguntamo-nos que valor tem a Paixão de Cristo para nos libertar do pecado? De que modo o consegue?

Recordemos que a obra redentora é um mistério divino que supera todas as categorias humanas e não se pode encerrar em nenhuma delas. Por isso, a Tradição da Igreja a apresentou sob diversos aspectos, como modos diferentes – complementares – de nos alcançar a salvação. Vejamos os principais.

Carácter meritório da Paixão de Cristo

Noção de mérito. «Mérito» é uma noção do âmbito da justiça humana, e é o direito a um prémio ou retribuição por uma obra realizada. Mas em relação a Deus devemos atender à analogia da linguagem, pois o homem propriamente não tem nenhum direito perante Deus. Se o homem pode «merecer» alguma coisa perante Deus é porque Ele prévia e livremente estabeleceu retribuir algumas acções nossas nascidas do amor, e só em relação a esse ordenamento as nossas obras podem ser dignas do prémio prometido. Além disso, Deus concede gratuitamente ao homem, aquilo com que pode merecer: Ele premeia ou coroa em nós os seus próprios dons, como diz Santo Agostinho.

A Paixão de Cristo merece-nos a salvação. «Por sua sacratíssima Paixão no madeiro da cruz mereceu-nos a justificação», ensina o concílio de Trento[137]. Ainda que a palavra «mérito» não se encontre na Escritura, o seu conteúdo está expresso de outras formas: por exemplo: Jesus adquiriu-nos a salvação como fruto do seu sacrifício (cf. Ef 5,2).

Com efeito, Cristo merece porque as suas obras, nascidas do seu amor e liberdade, são dignas ante Deus para alcançar o fim a que estavam destinadas: a nossa salvação. Portanto, *todas as suas acções são meritórias* e obtêm de Deus Pai a nossa salvação. Mas Cristo na sua Paixão – voluntariamente aceite – teve, além disso, um mérito particular: como prémio da tremenda e injusta humilhação que aceitou para nos redimir (cf. Flp 2,8-9; Lc 14,11).

Na sua Paixão mereceu a vida sobrenatural para todos os homens; mereceu para todos a graça que tira o pecado, pois ofereceu-se por nós como nossa Cabeça.

Carácter satisfatório da Paixão e Morte de Cristo

Noção de satisfação. A satisfação é outra noção que procede do âmbito jurídico e que consiste na reparação de uma falta ou ofensa mediante a entrega de alguma compensação proporcionada. Mas também aqui, com relação a Deus, temos de atender à analogia da linguagem,

---

[137] CONC. TRENTO, DS, 1529; cf. CIC, 617.

e empregamo-la para significar a acção que Deus requer do homem para cancelar o seu pecado.

E, concretamente, que tem de fazer o homem para ser perdoado? Para falar apropriadamente, e não de modo figurado, digamos que a satisfação que Deus solicita a pecador não consiste em que ele não sofra um castigo (como afirmavaa Lutero), nem que lhe ofereça uma compensação adequada por um mal que tivesse causado (como dizia Santo Anselmo)[138], senão que se arrependa de ter-se afastado de Deus e o manifeste com obras de penitência, assumindo voluntariamente as penas que são consequência do pecado.

Com efeito, as obras de penitência servem para reparar a desordem que existe no coração do homem, pois supõem a renúncia a si mesmo e submissão a Deus, disposições que rectificam a desordem do pecado. Assim pois, para satisfazer requer-se «a modo de matéria» assumir as penas temporais que derivam do pecado, e «por princípio e fonte da eficácia satisfatória», a caridade penitente[139]

A Paixão de Cristo satisfaz pelos pecados do mundo.

Pela sua sacratíssima Paixão no madeiro da cruz (...) satisfez a Deus Pai por nós», ensina a propósito o concílio de Trento[140]. Cristo satisfaz porque, sendo Santo

---

[138] Veja-se o capítulo VII sobre o sentido teológico das expressões analógicas.

[139] Cf. *S. Th.* III,14,1 ad 1; cf. *S. Th.* I-II, 87,6-8; CIC, 616; CONC. DE TRENTO, DS, 1690.

[140] CONC. TRENTO, DS, 1529; cf. CIC 617

e sem pecado, como cabeça do género humano, por amor e por obediência a seu Pai aceita a morte, pena do pecado comum, com o fim de reparar os pecados de todos os homens.

A Paixão de Cristo é uma *satisfação vicária*: de um para todos (cf. 2 Cor 5,14), «do justo para os injustos» 1 Pd 3,18). O Filho de Deus, Santo e Justo, mas feito solidário por amor, connosco, pecadores, representando-nos a todos e carregando as penas do nosso pecado, como vítima do pecado, intercede por nós para cancelar a nossa falta[141].

Carácter sacrificial da Paixão e Morte de Cristo

Noção de sacrifício. Sacrifício é o oferecimento feito a Deus de algo próprio, sinal da entrega interior a Deus e da renúncia a si mesmo, para reconciliar-nos com Ele.

No sacrifício há um elemento interior e outro exterior: «Todo o sacrifício visível é sacramento do sacrifício invisível, quer dizer, sinal sagrado»[142] O valor do *sacrifício exterior*, da oblação e imolação da vítima, está em ser sinal do *sacrifício interior ou espiritual*, da entrega da alma a Deus por amor, que constitui o elemento principal do sacrifício: «O sacrifício a Deus é um espírito contrito» (Sal 51/50,18-19)[143].

---

[141] Este é o sentido das expressões metafóricas de São Paulo que, por vezes, são mal interpretadas (como é o caso de Lutero e de outros): «a quem não conheceu pecado, Deus o fez pecado por nós» (2 Cor 5,21); «redimiu-nos da maldição da Lei fazendo-se por nós maldição» (Gal 3,13). Cf. CIC, 602-603.

[142] SANTO AGOSTINHO. *De civitate dei*, 10.

[143] Cf. CIC, 2009-2100.

O valor redentor de um sacrifício radica em que compreende a razão de mérito, enquanto é um acto voluntário que procede da caridade, e da satisfação, e enquanto é a entrega a Deus de algo nosso a que renunciamos em sinal de arrependimento[144].

A Paixão de Cristo é um sacrifício. Os racionalistas negam que a Paixão e Morte de Cristo fosse um sacrifício; para eles constituiu um simples ajustiçamento. Segundo eles, Cristo nunca teria tido a intenção de se oferecer para reparar os pecados do mundo. O valor da Morte de Cristo estaria somente na exemplaridade da sua «não-violência» com que enfrenta a perseguição, ou o seu abandono na divina Providência.

No entanto, a Escritura ensina-nos abertamente que a Paixão e Morte de Cristo constituíram um verdadeiro sacrifício: «Entregou-se por nós em oblação e hóstia de suave olor» (Ef 5,2); como «vítima propiciatória» ou como «sacrifício de propiciação» (Rom 3,25; Jo 2,2). E Jesus na última Ceia apresenta a sua Morte como o sacrifício da Nova Aliança selada com o seu sangue. A propósito, o Magistério da Igreja ensina universalmente que nosso Senhor Jesus Cristo nos redimiu pelo sacrifício da cruz.

A Paixão é um sacrifício porque nela Cristo oferece-se voluntariamente a seu Pai para reconciliar os homens

---

[144] Cf. *S. Th.* III,22,4, obie. 2 e ad 2. O Catecismo da Igreja Católica expõe a Paixão de Cristo centrando-se na noção bíblica de sacrifício, mas assinala que o seu valor salvífico está em relação com o mérito e a satisfação que encerra (cf. CIC, 615-617).

com Deus.[145]. Na realidade o sacrifício interior de Jesus foi real e perfeito desde a Encarnação (cf. Heb 10,5-10), mas o sacrifício exterior da sua vida só se consumou na sua Paixão e Morte.

A Paixão de Cristo é um sacrifício perfeitíssimo. O sacrifício de Cristo é aceite, em grau máximo, por Deus e tem como efeito a reconciliação de todos os homens com Deus. Seguindo Santo Agostinho, vejamos algumas razões da sua perfeição e eficácia[146].

Em primeiro lugar, o *oferente* é o próprio Filho de Deus feito homem, que oferece o sacrifício com plena liberdade e por amor, movido pelo Espírito Santo (cf. Heb 9,14). E como Ele é um com o Pai, a quem se oferecia, o seu sacrifício não pode ser rejeitado.

Em segundo lugar, o *oferecido* era a vida humana do Filho de Deus: «Entregou-se a si mesmo» (Ef 5,2), a sua alma e o seu corpo. E como esta vítima oferecida tinha uma dignidade infinita, era aceite, grau máximo por Deus.

E em terceiro lugar se consideramos por *quem se oferecia*, veremos que Cristo não ofereceu o seu sacrifício em favor de si mesmo, pois não tinha necessidade de reconciliar-se com o Pai, mas por nós, «pelos pecados de todo o mundo» (1 Jo 2,2), como nossa Cabeça e fazendo-

---

[145] Por parte dos que crucificaram Cristo a Paixão não foi nenhum sacrifício, mas sim iniquidade; mas por parte de Cristo, que padecia livremente e por amor, foi um acto supremo de entrega, um verdadeiro sacrifício.

[146] Cf. SANTO AGOSTINHO, *De Trinitate*, IV: « Considerando que há quatro aspectos em qualquer sacrifício, isto é: a quem se oferece, quem o oferece,o que se oferece, e por quem se oferece; então o único e verdadeiro Mediador reconcilia nos com Deus pelo seu sacrifício de paz, sendo uno com Aquele a quem oferecia, fazendo-se um com aqueles pelos quais oferecia, sendo o mesmo quem oferecia e o que oferecia».

-se por amor um connosco. E como é um com o Pai e, ao mesmo tempo, se faz um connosco, por quem se oferecia, o seu sacrifício é eficaz em grau máximo e alcança o seu fim, que é a nossa reconciliação com Deus.

Carácter eficiente da Paixão e Morte de Cristo

Jesus não só mereceu que Deus Pai nos outorgue a graça que tira o pecado e nos reconcilia com Ele, como também é o mesmo Cristo quem nos comunica esta graça. Com efeito, a salvação de cada um dos homens procede da nossa Cabeça, como a vida dos sarmentos procede da vide.

Como ensinam os Padres da Igreja, sobretudo os orientais, a causa eficiente da graça da salvação só pode ser Deus; mas Deus produz esta graça em nós mediante a humanidade de Jesus Cristo que é o *instrumento* da divindade para comunicar – e não só para merecer – todas as graças aos homens.

Referimo-nos à eficiência actual de Cristo glorioso em nós e à eficiência sempre actual dos mistérios da sua existência terrena par nos comunicar a salvação. Não se trata, evidentemente, de que Jesus Cristo seja hoje, de alguma forma, um menino, ou que hoje esteja a morrer na cruz, nas sim que as *acções realizadas por Cristo no passado têm um poder divino e alcançam com a sua eficiência toda a história*[147].

---

[147] Cf. *S. Th.* III,56,1, ad 3: «Todas as coisas que Cristo fez ou padeceu na sua humanidade foram-nos salutares pelo poder da divindade (...) E este poder alcança com a sua presença todos os lugares e os tempos, e tal contacto virtual basta para explicar esta eficiência». Cf. *S. Th.* III,52,8; III, 48,6, ad 2.

A Paixão de Cristo e todos os mistérios da sua vida realizam eficientemente a nossa salvação quando nos unimos a Ele pela fé viva e os sacramentos. Assim por exemplo, no baptismo Cristo torna-nos participantes da sua Morte e Ressurreição (cf. Rom 6,3-4).

A contemplação da Paixão de Cristo

A contemplação da Paixão de Cristo fez muitos santos. Oxalá seja também este o nosso caso! Oxalá possamos parecer-nos com são Paulo, que dizia: «Não devia saber coisa alguma entre vós para vos pregar, senão a Jesus Cristo, e Jesus Cristo crucificado» (1 Cor 2,2).

Para isto temos de unir a piedade com a doutrina; temos de meditar atentamente e com carinho estes acontecimentos de modo que nos interpelem pessoalmente, sabendo que Jesus, durante a sua vida e a sua Paixão nos tinha presentes e nos amava a todos; por cada um de nós se ofereceu e padeceu: «o Filho de Deus amou-me e entregou-se a si mesmo por mim' (Gal 2,20)»[148]

Deste modo, a contemplação da Paixão de Cristo move-nos a amá-lo, já que Ele nos deu provas da verdade e da grandeza do seu amor: «Não há maior amor do que dar a vida pelos seus amigos» (Jo 15,13). E amor com amor se paga.

Por isso mesmo a contrição, a conversão, movem-nos a evitar o pecado, já que apreciamos mais claramente a

[148] Cf. CIC. 478.

malícia do pecado e o que lhe custámos: «Fostes comprados por grande preço; glorificai, pois, a Deus no vosso corpo» (1Cor 6,20; Pd 1,18-19).

Também nos move ao desagravo, pois assim como fomos causa do seu pesar (pois Ele via-nos em Getsemani e no Calvário) também podemos ser-lhe causa de alguma consolação com a nossa boa conduta.

A Paixão de Cristo move-nos a segui-lo e a imita-lo: «Cristo padeceu por vós, dando-vos exemplo para que sigais as suas pegadas» (1 Pd 2,21). Com efeito, Jesus é exemplo de caridade (cf. Jo 15,13), de fortaleza e paciência, de humildade e obediência (cf. Fil 2,7-8), assim como de todas as virtudes.

A contemplação da Paixão de Cristo também nos move à generosidade para abraçar a vontade de Deus, ainda que por vezes implique carregar com a cruz. Para seguir Cristo não há outro caminho: «Se alguém quer vir após mim negue-se a si mesmo, tome a sua cruz de cada dia e siga-me» (Lc 9,23).

A Paixão de Cristo ensina-nos o sentido da dor e do sofrimento, pois Ele chegou à glória através da sua Paixão: «Não era mister que Cristo padecesse tudo isto, e entrasse assim na sua glória?» (Lc 24,26). Desta forma ensinava-nos que «é necessário que passemos por muitas tribulações para entrar no reino de Deus» (Act 14,21). Jesus não eliminou os nossos sofrimentos nem nos evita a morte, mas transformou todas estas penas: agora os nossos sofrimentos não são uma simples consequência do pecado, mas servem de purificação e de mérito, são participação da sua cruz e da sua obra redentora, são caminho da salvação e da verdadeira vida.

Capítulo XI

A GLORIFICAÇÃO DE CRISTO E O SEU VALOR SALVÍFICO

A pregação dos Apóstolos sobre Jesus não termina na sua Morte, mas na sua exaltação a partir da sua Ressurreição dentre os mortos. Por exemplo, São Paulo escreve aos Coríntios como um resumo essencial dos seus ensinamentos: «Transmiti-vos, em primeiro lugar, o que por minha vez recebi: que Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras; que foi sepultado e que ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras; que apareceu a Cefas e depois aos Doze» (1 Cor 15,3-4).

A Ressurreição de Cristo, acontecimento histórico e transcendente

Teorias que negam a realidade histórica da Ressurreição

Para o racionalismo só são «históricos» aqueles acontecimentos cujas causas e efeitos são intra-mundanos e comprováveis pela experiência. E, de acordo com esta mentalidade, a crítica histórica rejeitou como mito não histórico o facto da Ressurreição de Cristo. Segundo estes autores, na mente dos discípulos foi-se abrindo, pouco a pouco, a crença na Ressurreição, que realmente nunca aconteceu: foi a fé em Jesus que criou a ideia da Ressurreição (que seria um «produto da fé ou da credulidade da primeira comunidade cristã), e não a Ressurreição de Cristo que gerou a fé n'Ele.

Concretamente, para uns, o mito da Ressurreição de Cristo seria uma expressão simbólica da crença em Cristo como Salvador, isto é, expressão da fé no valor redentor da sua Paixão, o que teria sido confirmado por Deus ressuscitando-o. Para outros, seria um modo figurado de expressar a experiência subjectiva e interior da visão de Cristo que alguns cristãos tiveram (como São Paulo no episódio da sua conversão a caminho de Damasco) que se interpretaram como aparições externas e reais. E para outros, seria o modo figurado de significar a pervivência do influxo e da memória de Cristo nos seus discípulos.

Assim, chegam a conceder que Cristo ressuscitou «na fé dos discípulos»[149].

Por outro lado, há outros autores, também católicos, que ainda que aceitando a verdade da Ressurreição, a qualificam como acontecimento «a-histórico» ou «meta--histórico», e não propriamente «histórico». Mas empregando esta terminologia – ainda que afirmem o facto da Ressurreição – existe o risco de negar o seu carácter real, já que na linguagem usual o que não é histórico não se pode dizer que tenha ocorrido verdadeiramente.

A revelação afirma indubitavelmente a realidade histórica da Ressurreição

A Escritura insiste de muitas formas na realidade da Ressurreição; por exemplo «O Senhor ressuscitou verdadeiramente e apareceu a Simão!» 8Lc 24,34). Da mesma forma a Tradição repete que Jesus ressuscitou *verdadeiramente*, de modo paralelo como afirma que nasceu verdadeiramente de Maria Virgem, e morreu verdadeiramente na cruz.

A Ressurreição de Cristo é um acontecimento real verificado numa circunstância precisa de lugar e de tempo, que teve manifestações historicamente comprovadas por

---

[149] Esta expressão é um tópico que se difundiu também entre alguns católicos. Para justificar que a Ressurreição não é um facto histórico, aduz-se frequentemente que ninguém foi testemunha ocular desse acontecimento e que nenhum evangelista o descreve: portanto, ninguém poderia dizer como sucedeu fisicamente. Este é um raciocínio tão néscio como negar a realidade histórica da morte de uma pessoa, cujo cadáver estamos contemplando, pela simples razão de não ter visto o transe da sua morte.

testemunhas fiáveis que no-lo transmitiram, e que teve os sinais suficientes para poder afirmar que verdadeiramente sucedeu. Por isso goza pelo menos da mesma historicidade que qualquer outro acontecimento real sucedido no passado.

O sinal do sepulcro vazio. A ausência do corpo de Cristo no sepulcro não é em si prova directa da Ressurreição, pois poderia explicar-se de outro modo (cf. Jo 20,13; Mt 28,11-15). Apesar disso, o sepulcro vazio constitui um sinal essencial e necessário para poder comprovar que realmente tinha ressuscitado. O sepulcro vazio e a mortalha no solo preparam os discípulos para o reconhecimento do facto da Ressurreição, como sucedeu em primeiro lugar com as santas mulheres e depois com Pedro.

A comprovação da Ressurreição pelas aparições de Jesus ressuscitado. O próprio Jesus, que tinha sido visto morto, manifestou-se vivo e glorioso aos seus (a sua Mãe, a Maria de Magadala e às santas mulheres; a Pedro; aos dois de Emaús; aos discípulos no Cenáculo; outra aparição aos oito dias com Tomé, etc.

Com as suas aparições deu-lhes provas concludentes da verdade da sua Ressurreição: que vive verdadeiramente; que o seu corpo é verdadeiro, de carne e osso, e não um espírito; e que é Ele mesmo, o que tinha sido crucificado (continua a mostrar as chagas da sua Paixão: cf. Lc 24,40; Jo 20,20.27. Realmente Cristo voltou á vida: *surrexit Dominus vere*!

A fé na Ressurreição não procede da credulidade dos Apóstolos, mas sim da experiência directa da realidade de Jesus ressuscitado

«Perante estes testemunhos, é impossível interpretar a ressurreição de Cristo fora da ordem física, e não a reconhecer como um facto histórico. Resulta, dos factos, que a fé dos discípulos foi submetida à prova radical da paixão e morte de cruz de seu Mestre, por este de antemão anunciada (...) Longe de nos apresentar uma comunidade tomada de exaltação mística, os evangelhos apresentam-nos os discípulos abatidos (de 'rosto sombrio': Lc 24,17) e apavorados. Foi por isso que não acreditaram nas santas mulheres, regressadas da sua visita ao túmulo, e 'as suas narrativas pareceram-lhe um desvario' (Lc 24,11). Quando Jesus apareceu aos onze, na tarde do dia de Páscoa 'censurou-lhes a falta de fé e a teimosia em não quererem acreditar naqueles que O tinham visto ressuscitado' (Mc 16,14)»[150].

Tão impossível parece este facto aos discípulos que, inclusivamente postos perante a realidade de Jesus ressuscitado, ainda duvidam (cf. Lc 24,38): julgam ver um espírito (cf. Lc 24,39). «Não conseguem acreditar por causa da alegria, e estavam assombrados» (Lc 24,41). Por isto a hipótese segundo a qual a Ressurreição teria sido um *produto* da fé (ou da credulidade, ou da sugestão) dos apóstolos não tem consistência. «pelo contrário, a sua fé na Ressurreição nasceu – sob a acção da graça

---

[150] CIC. 643.

divina – da experiência directa da realidade de Jesus ressuscitado»[151].

A Ressurreição, além de ser um facto histórico, é também uma verdade de fé, um mistério, que transcende a história

«Acontecimento histórico comprovado pelo sinal do túmulo vazio e pela realidade do encontro dos Apóstolos com Cristo Ressuscitado, nem por isso a ressurreição deixa de estar naquilo em que transcende e ultrapassa a história, no próprio centro do mistério da fé»[152]. Este facto histórico é ao mesmo tempo um mistério que transcende a história naqueles assuntos que se relacionam com a vida e a acção de Deus Uno e Trino.

Em primeiro lugar, a Ressurreição de Cristo é objecto de fé enquanto intervenção transcendente do próprio Deus na história, enquanto é obra da Santíssima Trindade.

Em segundo lugar, é um facto misteriosamente transcendente no que se refere à glorificação de Cristo, à perfeita participação da sua humanidade na vida divina.

E, em terceiro lugar, é objecto de fé quanto ao sentido e ao valor salvífico que tem para nós: Cristo ressuscitado revela-se definitivamente como nosso Deus e Senhor; Ele é o nosso Salvador que nos livra do pecado e nos comunica a vida de Deus.

---

[151] CIC. 644; cf. 656.

[152] CIC. 647.

Assim, pois, a Ressurreição de Cristo, que é em si mesma um facto plenamente histórico (não a-histórico» ou «meta-histórico»), tem também alguns aspectos transcendentes (ou meta-históricos, se se quiser chamar-lhes assim) que superam a pura dimensão histórica.

A Ressurreição de Cristo é uma obra do poder divino

A Ressurreição de Cristo é uma obra do infinito poder divino, da omnipotência divina comum às três divinas Pessoas da Santíssima Trindade (cf. 2 Cor 13,4).

É um facto que, segundo as Escrituras, «se realiza pelo poder do Pai que ressuscitou Cristo seu Filho (cf. Act 2,24)»[153]

Também dizemos que o Filho ressuscita por *sua própria virtude e poder:* pois um mesmo é o poder divino do Pai e do Filho, e é uma mesma operação de ambos. Com efeito, a Escritura também se refere à Ressurreição como um ressurgir de Cristo em virtude do seu próprio poder: «Nós cremos que Jesus morreu e ressuscitou» (1 Tes 4,14). E Jesus afirma expressamente: «dou a minha vida», para para outra vez a assumir... Tenho poder de a dar, e tenho poder de a reassumir» (Jo 10,17-18). Também numerosos símbolos da fé confessam explicitamente esta realidade[154].

E também dizemos que o Espírito Santo, pelo poder divino que tem em comum com o Pai e o Filho, vivificou

---

[153] CIC, 648; cf. Act 3,15; 4,10; 10,40; etc.

[154] Cf. PAULO VI, *Solemnis professio fidei*, 30.VI.68, n. 12; CONC. XI DE TOLEDO, DS. 539.

a humanidade de Jesus e a chamou ao estado glorioso de Senhor (cf. Rom 8,11).

O estado glorioso da humanidade de Cristo ressuscitado

A Ressurreição de Cristo não foi um simples regresso à vida terrena como no caso das ressurreições da filha de Jairo, ou do jovem de Naim, ou de Lázaro. Cristo ressuscitado tem na sua humanidade outra vida para além do tempo e do espaço – houve uma transformação da sua vida.

As propriedades ou dotes da sua humanidade gloriosa. Jesus, nas suas aparições aos Apóstolos, mostra-lhes claramente que o seu «corpo autêntico e real possui, ao mesmo tempo, as propriedades novas de um corpo glorioso: não está situado no espaço no tempo, mas pode, livremente, tornar-se presente onde e quando quer (cf. Lc 24,15.36); Jo 20,14.19.26) (...) Jesus ressuscitado é soberanamente livre de aparecer como quer: sob a aparência de um jardineiro (cf. Jo 20,14-15) ou 'com um aspecto diferente' (Mc 16,12) daquele que era familiar aos discípulos (cf. Jo 20,14.16; 21,4.7))»[155].

Desde a sua Ressurreição, o corpo de Jesus, que é autêntico e material, ao mesmo tempo tornou-se «*espiritual*» (cf. 1 Cor 15,44-46), quer dizer, inteiramente submetido ao espírito (segue a sua vontade em tudo; por exemplo, para

---

[155] CIC, 645.

aparecer onde, quando e como quer, etc.). Este é o sentido imediato das propriedades de agilidade e subtileza que se costumam indicar para os corpos ressuscitados.

Mas, por sua vez, essas novas propriedades procedem da perfeita participação da vida divina na sua humanidade: agora, Cristo ressuscitado é «*glorioso*» (cf. 1 Cor 15,43) e é «homem celestial» (cf. 1 Cor 15,47-49). Devido a essa plena divinização da sua humanidade, o corpo de Cristo ressuscitado participa também das propriedades divinas e ultrapassa as barreiras terrenas do tempo e do espaço: é incorruptível e imortal, está cheio de poder, etc. (cf. 1 Cor 15,42-43). É este o sentido das propriedades de glória e impassibilidade que também se costumam indicar para os corpos ressuscitados.

Sentido salvífico da Ressurreição de Cristo

A partir do século XVI, bastantes autores tendiam a resumir o mistério da nossa salvação na Morte de Cristo na cruz de tal modo que a sua Ressurreição parecia uma simples consequência sem um conteúdo redentor. Mas um estudo mais atento do Novo Testamento e da Tradição patrística manifesta que – ainda que afirmando o pleno valor redentor do sacrifício da Cruz - se deve reconhecer também o valor salvífico da Ressurreição, inseparável de Morte de Cristo: não só fomos salvos em atenção aos méritos da sua Paixão, como fomos salvos por Cristo ressuscitado. Assim, a glorificação de Cristo depois da sua Morte não deve entender-se como algo que aconteceu uma

vez *realizada* a redenção do género humano, mas é parte integrante da obra redentora, parte essencial do mistério pascal ao mesmo tempo que a sua Paixão e Morte.

«A Ressurreição de Jesus é a verdade culminante da nossa fé em Cristo, acreditada e vivida pela primeira comunidade cristã como verdade central, transmitida como fundamental pela Tradição, estabelecida pelos documentos do Novo Testamento, pregada como parte essencial do mistério pascal ao mesmo tempo que a cruz»[156].

A Ressurreição revela que Cristo é Deus e o Messias salvador do mundo

A Ressurreição de Cristo revela a sua divindade. Ele tinha dito: «Quando tiverdes levantado o Filho do homem, então sabereis que Eu Sou» (Jo 8,28). A Ressurreição demonstrou que Ele era verdadeiramente «Eu Sou», Deus todo-poderoso, Senhor da vida e da morte[157]. Assim o vemos no caso do apóstolo Tomé, que somente quando comprovou a realidade da Ressurreição lhe confessou: «Meu Senhor e meu Deus!» (Jo 20,28).

Mas é necessária a fé para captar e confessar esta realidade, pois Jesus apresenta-se aos discípulos com o seu corpo transformado, mas humano: a divindade não é visível.

---

[156] CIC. 638.

[157] Cf. CIC, 653.

A Ressurreição revela que Cristo é o Salvador do mundo. Com a Ressurreição não só se inaugura uma nova forma de existência de Jesus – a sua existência gloriosa –, como também começa uma nova forma ou etapa da sua acção como Messias e Salvador. Como diz São Paulo, Jesus revela-se definitivamente como «Filho de Deus com poder, segundo seu o espírito de santidade, pela sua ressurreição dentre os mortos» (Rom 1,3-4). A Ressurreição manifesta o poder divino de Cristo para a nossa salvação.

A Ressurreição de Cristo é desta forma uma confirmação, da parte de Deus Pai, do valor da sua entrega redentora. Como poderia a Morte de Cristo ser uma vitória sobre o pecado e a morte sem a sucessiva Ressurreição? Por isso, Deus o exaltou como Senhor acima de toda as coisas (cf. Flp 2,8-10; Heb 2,9). Com a sua Ressurreição é declarado por Deus Pai como Senhor, Redentor de todos e salvador do mundo.

Ainda que desde a sua Encarnação Jesus fosse Filho de Deus e o Messias, na sua Ressurreição manifestou-se a sua condição de Salvador poderoso de todos os que crêem n'Ele.

A Ressurreição de Cristo confirma a veracidade da sua doutrina

A sua Ressurreição é o sinal que Jesus havia prometido para confirmar a autenticidade da sua missão e das suas palavras: é o sinal de Jonas (cf. Mt 12,38-42). E também tinha dado outro sinal aos judeus: a recons-

trução em três dias do Templo que será destruído (cf. Jo 2,19). São João anota que Jesus «falava do templo do seu corpo. Quando ressuscitou dentre os mortos, os seus discípulos recordaram-se do que ele dissera, e acreditaram» (Jo 2,20-21). Os judeus também entenderam perfeitamente o sentido das suas palavras, e por isso puseram guardas no sepulcro e o selaram (cf. Mt 27,62-66).

«Se Cristo não ressuscitou, vã é a nossa pregação, vã também a vossa fé» (1 Cor 15,14). Evidentemente, São Paulo vê na Ressurreição a confirmação definitiva da sua autoridade divina, tal como tinha prometido. A Ressurreição de Cristo é o fundamento da fé cristã e a chave da abóbada de todo o edifício de doutrina e de vida erguido sobre a sua palavra.

A Ressurreição de Cristo é causa da nossa ressurreição e da nova vida da alma

A Ressurreição é para Cristo a vitória sobre a morte e o começo de uma nova vida na sua humanidade plenamente divinizada. E como Ele é a nossa Cabeça, a sua vitória e esta nova vida estão destinadas também a serem nossas: Cristo não só ressuscitou, mas também é para nós «a ressurreição e a vida» (Jo 11,25).

A Ressurreição de Cristo é princípio e causa da nossa ressurreição futura. «A Ressurreição de Cristo – – e o próprio Cristo ressuscitado – é princípio e fonte da *nossa ressurreição futura*: 'Cristo ressuscitou dentre os

mortos como primícias dos que morreram; (...) do mesmo modo que em Adão todos morreram, assim também em Cristo serão todos restituídos à vida' (1 Cor 15,20-22)»[158]. O próprio Jesus, pelo seu poder divino, realizará a nossa ressurreição corporal que será à semelhança da sua: Ele «transfigurará este nosso miserável corpo num corpo glorioso como o seu» (Fil 3,21).

A Ressurreição de Cristo é a causa da nossa ressurreição e da nova vida da alma. Cristo ressuscitado é o princípio da nossa própria ressurreição espiritual, que começa já agora pela justificação da nossa alma: «Foi entregue pelos nossos pecados e ressuscitou para nossa justificação» (Rom 4,25).

A graça que nos liberta do pecado e nos faz justos provém do Ressuscitado, consiste numa participação da vida divina à semelhança da sua vida gloriosa (cf. Rom 8,29) e, por isso, nos faz filhos de Deus.

A Ascensão de Jesus aos céus

A Ascensão constitui o termo dos mistérios de Jesus na terra e que tiveram início na Encarnação: aquele que «saiu do Pai» agora «volta» ao Pai (Cf. Jo 16,28); 3,13). Com a Ascensão conclui o mistério pascal da sua Morte e Ressurreição, conclui a «passagem» deste mundo ao Pai.

---

[158] CIC. 655.

A Ascensão do Senhor à direita de Deus Pai, acontecimento ao mesmo tempo histórico e transcendente

Segundo São Lucas, Jesus enquanto lhes dava a bênção «elevou-se na presença deles, e uma nuvem ocultou-o aos seus olhos» (Act 1,9). E segundo São Marcos, «o Senhor Jesus, depois de lhes ter falado, foi elevado ao céu e sentou-se à direita de Deus» (Mc 16,19).

Nestes textos há que considerar dois aspectos: em primeiro lugar, «a elevação» que corresponde à experiência sensível dos apóstolos na qual Cristo desaparece dos seus olhos. O segundo aspecto, mais importante, é significado por essa elevação: Cristo homem entra na glória de Deus invisível[159] e é exaltado acima de toda a criação.

Doravante, *Cristo está sentado à direita do Pai.*"Por direito do Pai" entendemos a glória e a honra da divindade[160]; e por «estar sentado» entendemos que essa glória e poder – a posse do seu Reino – correspondem-lhe como algo próprio. Em resumo, expressamos deste modo que Cristo também enquanto homem – o Filho do homem – – participa da glória e do poder soberano de Deus acima de todas as criaturas, como propriamente lhe corresponde (cf. Ef 1,20-22; Dn 7,14).

A Ascensão de Jesus Cristo, que é um acontecimento ao mesmo tempo histórico (facto que os apóstolos contemplaram) e também transcendente (pelo seu significado e

[159] «A nuvem» e «o céu» são sinais bíblicos habituais da glória divina.

[160] Cf. CIC, 663.

conteúdo), é um artigo de fé proposto e confessado desde os símbolos mais antigos[161].

A Ascensão de Cristo manifesta aos discípulos a glória do Senhor

Durante a sua vida terrena, Jesus não quis que o seu corpo participasse da glória da sua divindade para assim poder padecer e levar a cabo a nossa redenção. Numa ocasião quis demonstrar no seu corpo a glória que lhe correspondia, como foi o caso da transfiguração no Tabor, mas então só se tratou de um processo passageiro. O corpo de Cristo foi glorificado de modo definitivo e próprio a partir do instante da sua Ressurreição.

Mas durante os quarenta dias seguintes, nos quais tratava familiarmente com os seus e os instruia sobre o Reino de Deus, a sua glória ainda ficava velada sob os traços de uma humanidade normal. Com a Ascensão, completa-se a manifestação da glória de Cristo que tinha começado com a sua Ressurreição: então mostra aos seus que vive e reina sobre toda a criatura «exaltado à direita de Deus» (Act 2,33). Os discípulos viram então a sua glória e encheram-se de alegria (cf. Lc 24,52).

---

[161] Cf. DS10; 13; 14; 40; 41; 42; 44; 46-47; etc

Sentido salvífico da Ascensão e exaltação celeste de Cristo

Jesus Cristo, Cabeça da Igreja, precede-nos no reino glorioso do Pai. Cristo com a sua Ascensão abriu-nos o acesso à vida e à felicidade de Deus no céu: «Subindo aos Céus como nossa Cabeça e primogénito, deu-nos a esperança de irmos um dia ao seu encontro, como membro do seu corpo»[162]. Já o anunciou Jesus: «Vou preparar-vos um lugar (...) para que onde eu estiver, estejais também vós» (Jo 14,2-3).

Jesus Cristo, Sacerdote da nova e eterna Aliança, no céu intercede sem cessar por nós. Jesus Cristo, Sacerdote da Aliança nova e eterna, «entrou no céu para se apresentar agora diante de Deus por nós» (Heb 9,24). A sua mediação e o seu sacerdóc*io* não terminaram na cruz, mas no Céu, pois que «vive para sempre e possui um sacerdócio eterno (Heb 7,24) que exerce perenemente apresentando continuamente a seu Pai o sacrifício que um dia consumou no Calvário. «Por isso pode salvar perfeitamente os que por Ele se aproximam de Deus, já que vive sempre para interceder em seu favor (Heb 7,25; cf. Rom 8,34).

Jesus Cristo, constituído Senhor com poder à direita do Pai, comunica-nos os dons divinos pela acção do Espírito Santo. Cristo, ressuscitado e exaltado à direita do Pai, é o sacerdote e o Mediador da Aliança que nos comunica

---

[162] Missal Romano. Prefácio da solenidade da Ascnsão; cf. CIC, 661; *S. Th.*III, 57,6.

os frutos que nos ganhou com a sua Paixão: «A cada um de nós se nos dá a graça na medida em que Cristo quer outorgar os seus dons (...) Subindo ao alto levou cativo o cativeiro e concedeu dons aos homens (...) Subiu aos céus para levar tudo à plenitude» (Ef 4,7-10).

Para isso foi enviado o Espírito Santo no dia de *Pentecostes* aos que crêem, para que, com a plenitude dos seus dons, os unisse a Jesus Cristo e os fizesse participantes da vida da graça que procede d'Aquele que é Cabeça de todos. «No dia de Pentecostes (...) a Páscoa de Cristo completou-se com a efusão do Espírito Santo»[163].

Jesus Cristo, glorioso à direita do Pai, é «o Senhor». e Rei do universo

Os títulos de Senhor e Rei

O título de «Senhor». A versão grega do Antigo Testamento (LXX) traduziu o nome de Yahwé com que Deus se revelou a Moisés (cf. Ex 3,14) por «*Kyrios*» (Senhor). Desde então, «Senhor» foi o nome mais habitual para designar o Deus de Israel.

O Novo Testamento utiliza o título de «Senhor» para Deus Pai, mas também o emprega, e esta é a novidade, para Jesus. Com este título manifesta-se a divindade de Cristo, «Senhor da glória» (1 Cor 2,8), e da mesma forma se afirma a glória e o poder que Ele, enquanto homem exaltado à direita do Pai, tem sobre todas as criaturas.

---

[163] CIC, 731.

É certo que Jesus é o Senhor desde a sua Encarnação (cf. Lc 1,43), mas também o é pelo título ganho por nos ter resgatado com o preço do seu sangue (cf. Flp 2,9-11; Heb 2,9). E é a partir da sua glorificação que se manifesta claramente como Senhor.

Já desde o princípio, os cristãos atribuíram a Jesus ressuscitado este nome como resumo da sua fé n'Ele. Também a oração cristã está marcada pelo título de «Senhor», e habitualmente conclui com a fórmula «por Jesus Cristo Nosso Senhor».

O título de «Rei». O nome de «Rei» equivale ao de «Senhor»; e de modo semelhante a acção de sentar-se à direita do Pai significa a sua entronização como rei e a inauguração do seu reinado. A partir da Ascensão, Cristo manifesta-se soberano «acima de todo o principado, potestade, virtude e dominação», tendo «tudo submetido debaixo dos seus pés» (Ef 1,20-22).

Como dissemos acerca do título de «Senhor», Jesus é igualmente Rei desde a sua Encarnação (cf. Lc 1,33; Jo 18,33-37), mas também o é por nos ter resgatado com o preço do seu sangue (cf. Ap 5,9-10), e manifesta-se como «Rei de reis e Senhor de senhores» a partir da sua glorificação (Ap 19,16), e a sua soberania será claramente manifestada a todos na sua segunda vinda (cf. Mt 25,31-46).

Natureza do seu senhorio e do seu reinado

O seu reino é sobrenatural. O seu reino «não é deste mundo» (Jo 18,37), e consiste na comunicação da vida divina aos homens. Como diz São Paulo, o reino de Deus não consiste em coisas materiais, «antes é justiça, paz e alegria no Espírito Santo» (Rom 14,17). A liturgia da Igreja explica que o seu reino é «reino de verdade e de vida, reino de santidade e de graça, reino de justiça, de amor e de paz»[164].

O seu reino é universal. Por ser sobrenatural, o seu reino não está vinculado a nenhuma raça ou povo, nem a nenhuma forma política, nem a uma determinada condição social. Cristo é "Senhor de todos" (Act 10,36). Ele morreu para salvação do género humano inteiro e a todos oferece a sua graça salvífica.

O seu reinado também é universal no sentido em que Ele reina no céu e na terra. Ele domina sobre vivos e mortos; todos lhe pertencem (cf. Rom 14,8-9; Act 10-42).

O seu reino é eterno, não terá fim (cf. Lc 1,33). «O reino deste mundo passou a ser de Nosso Senhor e do seu Cristo» (Ap 11,15). Neste mundo Cristo reina e agora nos seus fiéis pela graça, que é uma participação da vida divina, e que constitui o gérmen e o começo do que será perfeito e para sempre na glória.

E Cristo «Sacerdote dos bens futuros» (Heb 9,11) e «autor da salvação eterna» (Heb 5,9; cf. 9,12), também

---

[164] Prefácio fda Missa da solenidade de Cristo Rei do universo.

reina nos bem-aventurados do céu pela glória e felicidade que lhes comunica perenemente, que consiste na perfeita e plena participação da vida divina, da vida eterna pelos séculos sem fim. Este é o reino consumado de Cristo e de Deus Pai que se nos promete em herança (cf. Ef 5,5).

Capítulo XII

OS FRUTOS DA REDENÇÃO

Unicidade e universalidade do mistério salvífico de Jesus Cristo

Há uma só economia divina da salvação de todos os homens cuja fonte e centro é Cristo[165]. Com efeito, a vontade salvífica universal de Deus centra-se em Cristo: Deus quer que todos os homens se salvem participando da redenção do seu Filho feito homem. O Pai «escolheu-nos n'Ele (em Cristo) antes da fundação do mundo» (Ef 1,4), e «chamou-nos à união com seu Filho Jesus Cristo, nosso Senhor» (1 Cor 1,9).

[165] Cf. CONGR. PARA A DOUTRINA DA FÉ, Decl. *Dominus Iesus*, n. 10; cf. nn. 13 e 14.

Cristo é o único Salvador do género humano, o único Mediador e Salvador de todos. Não há Salvação em nenhum outro, porque nenhum outro nome foi dado aos homens, pelo qual devemos ser salvos.(cf. Act 4,12).

Segundo o eterno desígnio divino a obra de Cristo é universal, está destinada à salvação de todos os homens. Jesus Cristo, identificado com a vontade de seu Pai, levou a cabo a sua obra redentora em favor de todo o género humano: como cabeça da nossa linhagem, feito solidário com todos, representava-nos e advogava por todos. Assim, Ele entregou-se como redenção por todos os homens que foram, são e serão: «por todos morreu Cristo» (2 Cor 5,15). Jesus «é a vítima de propiciação pelos nossos pecados, não só pelos nossos, mas pelos do mundo inteiro» (1 Jo 2,2).

Esta verdade é de fé. Seguindo a Sagrada Escritura, a Igreja sempre ensinou: «não há, houve ou haverá homem algum por quem não tenha padecido Cristo nosso Senhor»[166].

A comunicação da obra redentora de Cristo aos homens. A redenção objectiva e subjectiva

A redenção objectiva e subjectiva

Assim como dizemos que há uma cura quando realmente o doente fica são, do mesmo modo a redenção dos homens é efectiva quando eles são libertados do mal. Por

[166] CONC. DE QUIERCY. DS. 624; cf. CONC. VATICANO II, *Ad gentes*, 3.

isso, a redenção é um processo que continua até ao fim dos tempos, conforme os homens se vão unindo ao Senhor e participando da salvação, que só estará consumada com a Ressurreição futura. No entanto, nesta única realidade, que é a redenção do homem, podemos distinguir dois aspectos:

A redenção objectiva. Chama-se «redenção objectiva» à obra levada a cabo pelo Redentor, tanto na sua vida terrena como no céu, na sua vida gloriosa, com a cooperação do Espírito Santo. Esta obra de Cristo, ao ser-lhes comunicada, constitui a causa da salvação dos homens. Podemos compará-la a um remédio que fosse capaz de curar todas as doenças, ou – como ensina Jesus – a uma fonte de água viva que salta até à vida eterna e pode saciar a sede para sempre. (cf. Jo 4,10-14).

A redenção subjectiva. Mas para que o remédio tenha eficácia é necessário que o doente o tome. Assim pois, chama-se «redenção subjectiva» à participação nos frutos da obra de Cristo em cada homem, à efectiva salvação do homem.

Ainda que Cristo seja a Cabeça do género humano e o princípio da vida sobrenatural de todos os homens, a sua obra redentora não se nos comunica imediatamente por meio da natureza humana, como sucede com o pecado de Adão, mas por um renascimento espiritual pelo qual nos incorporamos n'Ele. Então Jesus é «para nós, sabedoria, justiça, santificação e redenção» (1 Cor 1,30): então participamos da sua sabedoria, da sua graça e santidade, então somos redimidos e deixamos de ser escravos.

Esta regeneração, por um lado, é fruto da acção de Cristo e, por outro lado, da nossa acção para nos unirmos a Ele. Cada um de nós tem de acolher a acção do Espírito Santo e incorporar-se com a sua própria liberdade no Redentor: é necessário que cada um, voluntariamente, vá a Jesus e beba dessa água, e então encher-se-á do Espírito divino. (cf. Jo 7,37-39).

Por isso, a universalidade da redenção não significa que todos os homens de facto se salvem: Cristo, de facto, é o redentor de todo o género humano e, pela acção do Espírito Santo, oferece a cada homem a salvação, mas o homem pode rejeitar a graça que se lhe oferece. Assim diz a Escritura: «Veio a luz ao mundo e os homens amaram mais as trevas que a luz» (Jo 3,19; cf. Jo 1,11).

O Espírito Santo na comunicação da obra redentora aos homens

Jesus Cristo é a fonte de toda a graça: Jesus é a vide e nós os sarmentos: recebemos a vida que procede da cepa (cf. Jo 15,1-5). E já sabemos que a sua humanidade, como instrumento unido à pessoa do Verbo, nos comunica a vida sobrenatural, não pelo poder próprio da sua natureza humana, mas pelo poder divino. Esta omnipotência divina alcança todos os homens, e faz com que as acções e méritos de Cristo se possam aplicar e ter eficácia salvífica em cada um.

Ainda que este poder seja comum às três pessoas divinas, costuma-se apropriar ao Espírito Santo: Cristo salva-nos pela acção do Espírito Santo – *in Spiritu Sancto*, ou *in virtute Spiritus* (cf. Rom 15,16.19) –, com o poder do Espírito divino.

Assim pois, os homens alcançam a salvação pela acção do Espírito que nos torna participantes da obra de Cristo. E sendo o Espírito Santo a causa eficiente principal, e Cristo-homem a instrumental (e não ao contrário), a acção salvífica de ambos é uma só, de modo que não se podem separar efeitos distintos de um ou de outro. Portanto, cada homem é «tocado» pela acção dos dois; em nenhum caso se dá uma acção do Espírito Santo fora da obra de Cristo, à margem da fé n'Ele e dos meios que estabeleceu: «Todo o que se faz pelo Espírito Santo, também é feito por Cristo»[167].

Cristo comunica a salvação aos homens na Igreja e pela Igreja

O único Redentor do mundo, elevado ao céu e glorificado, continua a sua presença e a sua obra salvífica na Igreja para comunicar universalmente os frutos da redenção. Deste modo, todos os homens podem encontrar de forma acessível e visível a luz da verdade, a libertação do pecado e a comunhão com Deus: numa palavra, na Igreja e pela Igreja encontram Cristo e a salvação.

---

[167] S. TOMÁS DE AQUINO, *Super Ep. Ad Ephesios*, cap 2, lect 5, n 121. Cf. CONGR. PARA A DOUTRINA DA FÉ, Decl. *Dominus Iesus*, n. 12.

No desígnio de Deus, a Igreja unida e subordinada a Jesus Cristo, que é a sua Cabeça, tem uma relação indispensável com a salvação de cada homem; daí dizer-se que é «*sacramento universal de salvação*»[168]. Assim pois, toda a graça provém de Cristo, é comunicada pelo Espírito Santo, e está misteriosamente relacionada com a Igreja: todo o tesouro da graça de Cristo pertence também à sua Esposa e a ela se orienta. Por isso «*a Igreja peregrina é necessária para a salvação*, pois Cristo é o único Mediador e caminho de salvação e faz-se presente em nós no seu Corpo que é a Igreja»[169].

O que se requer por parte do homem para unir-se a Cristo e participar da redenção

Segundo o desígnio divino, o homem tem que incorporar-se livremente em Cristo e assim pode receber os frutos da sua obra redentora[170]. E o homem une-se a Cristo pela fé viva e os sacramentos da Igreja.

A fé viva. O início da união que podemos ter com Cristo neste mundo é a fé, que acolhemos e aceitamos livremente do Senhor. A fé é o requisito necessário para

---

168 LG, 48; cf. CONGR. PARA A DOUTRINA DA FÉ, Decl. *Dominus Iesus*, n. 12.

169 LG, 14.

170 Cf. S. JOSEMARIA ESCRIVÁ, *Cristo que passa*, 104: «No terreno espiritual não há nenhuma nova época a que chegar. Já tudo se deu em Cristo, que morreu e ressuscitou, e vive, e permanece para sempre. Mas é preciso unirmos-nos a Ele pela fé, deixando que a sua vida se manifeste em nós, de maneira que se possa dizer que cada cristão é, não já *alter Christus*, mas *ipse Christus*, o próprio Cristo.».

participar na obra de Cristo: ninguém se pode salvar sem a fé, que é o fundamento e a origem de toda a justificação (cf. Heb 116).

Segundo os ensinamentos da Escritura, pela fé em Cristo alcançamos a justificação; pela fé, Ele habita nos nossos corações (cf. Ef 3,17) e por ela somos feitos filhos de Deus (Cf. Gal 3,26). Mas esta fé que nos faz participantes da salvação não consiste só em aceitar as palavras de Jesus, ou em confiar na misericórdia divina, mas na adesão sem reservas à verdade em pessoa, que é Ele mesmo. A fé que nos incorpora em Cristo e que nos salva é a fé viva, a fé que actua por caridade (cf. Gal 5,6), a fé acompanhada pelo arrependimento dos pecados e obras para cumprir os mandatos do Senhor (cf. Tg 2,14-26).

A participação nos sacramentos. Os sacramentos são os principais meios visíveis que o Senhor estabeleceu para que nós, homens, entremos em comunhão com Ele e assim nos tornemos participantes dos frutos da sua obra redentora. Entre eles destaquemos:

O Baptismo. O Baptismo é o sacramento do nascimento para a vida sobrenatural, é a porta da vida no Espírito que nos liberta do pecado e nos comunica a vida nova que Cristo nos ganhou. Produz a primeira união do homem com Cristo, e n'Ele, a união com o seu Corpo místico: este sacramento faz-nos membros de Cristo e da Igreja. Sem Baptismo não há união com o nosso Salvador, nem podemos ter vida sobrenatural: é pois necessário para a salvação (cf. Jo 3,2).

A Eucaristia. Jesus Cristo, que está contido realmente neste sacramento, une consigo os fiéis que o recebem. Fá--los uma só coisa com Ele, torna-os participantes de tudo o que é seu e comunica-lhes a vida eterna. Ele é o «pão da vida», de modo que se não participarmos deste sacramento não temos vida em nós (cf. Jo 6,48-58)[171].

Se isto é assim, podem salvar-se os não cristãos? A resposta é que a doutrina sobre a necessidade da fé e dos sacramentos para nos unirmos a Cristo e receber os frutos da redenção não se contrapõe à vontade salvífica universal de Deus. Certamente Ele concede a todos os homens a graça que salva (por meio de Cristo no Espírito, e que tem relação com a Igreja)[172]. Todavia, desconhecemos *o modo* como a graça chega aos não cristãos: Outorga-a «pelos caminhos que só Ele sabe»[173]. Mas é claro que cada um deles terá que acolher livremente este dom divino para se salvar.

---

[171] O Baptismo, porém, de per si é o início e o exórdio, pois tende à consecução e plenitude da vida em Cristo, Por isso, o Baptismo ordena-se à completa profissão de fé, à integra incorporação na obra da salvação, tal como o próprio Cristo o quis, e finalmente à total inserção na comunhão eucarística. cf. CONC. VATICANO II *Unitatis redintegratio, 22.*

[172] Cf. CONGR. PARA A DOUTRINA DA FÉ, Decl. *Dominus Iesus*, n. 20-23.

[173] CONC. VATICANO II, *Ad gentes*, 7;; cf. GS, 22; CIC, 847.

Os efeitos da obra redentora de Cristo nos homens

O Filho de Deus encarnou «para que o mundo se salve por Ele» (Jo 3,17). E já vimos no capítulo II que a salvação do homem comporta dois aspectos inseparáveis: a libertação do pecado e a participação na vida divina. Mas, ao mesmo tempo, estes dois efeitos da única obra da nossa salvação apresentam na revelação divina diversas facetas ou aspectos, como variados frutos da redenção. Vejamos alguns deles.

Cristo liberta-nos do pecado

Jesus recebeu da parte de Deus o seu nome – que significa Salvador – porque, como indicou o anjo a José, «salvará o seu povo dos seus pecados» (Mt 1,21). Com efeito, Ele conseguiu-nos a redenção plena do pecado, uma libertação que afecta todos os homens, em todas as dimensões do seu ser. Cristo consegue-nos a plena libertação do pecado quanto à culpa – que é o mal fundamental – – e quanto à pena – sua consequência –, no que se refere quer à alma quer ao corpo.

Libertação do pecado quanto à culpa. O pecado consiste no afastamento e oposição da vontade humana à de Deus e traz consigo a privação da comunhão com a vida divina. E Jesus Cristo «amou-nos e livrou-nos dos nossos pecados com o seu sangue» (Ap 1,5) por meio da graça que nos concede, já que a remissão do pecado se realiza no homem por infusão da graça, de modo se-

melhante a como as trevas da noite desaparecem quando nasce a luz do sol.

Expressando este mesmo efeito noutros termos, podemos dizer que Cristo nos alcança o *perdão dos pecados* (cf. Act 5,31) ou a *conversão* do coração ao amor divino.

Libertação do pecado quanto à pena. Ao libertar-nos da culpa, Cristo liberta-nos também das suas consequências: «Não há, pois, agora nenhuma condenação para os que estão em Jesus Cristo» (Rom 8,1). *Liberta-nos de todas as penas e escravidões* que derivam do pecado tanto na alma como no corpo: liberta-nos da ignorância e da tristeza, da desordem interior que nos submete às paixões, da dor e da morte.

Neste mundo permanecem ainda essas penas, mas Cristo transformou-as de modo a que já não têm um sentido meramente penal, mas de purificação, e caminho para a glória. E no final dos tempos Ele fará desaparecer definitivamente todas os vestígios do pecado para uma vida eterna e feliz. A libertação que Cristo nos consegue é na verdade perfeita e total.

Cristo faz-nos partipantes da vida divina

Cristo veio para que o mundo «não pereça, mas tenha a vida eterna» (Jo 3,16). E *conseguiu-nos a vida eterna* – a vida do que é eterno, isto é a vida de Deus Pai, Filho e Espírito Santo -, de que agora já participamos

verdadeiramente pela graça e que depois possuiremos plenamente no céu.

Exprimindo este mesmo efeito com outros enunciados equivalentes, podemos dizer que Jesus nos *alcança a justificação* (cf. Rom 4,25), pois mediante a graça tira o pecado do coração do homem e fá-lo justo. Ou então que Ele *nos abriu as portas do Céu* e nos conseguiu *o acesso ao reino dos céus*, que é o nosso fim último ao qual estamos destinados pelo amor divino; mas do qual estávamos excluídos pelo pecado.

Outros efeitos da obra de Cristo

A Sagrada Escritura enumera outros efeitos salvíficos da obra de Cristo que são distintos aspectos compreendidos nos anteriores ou que derivam deles. Entre outros frutos da redenção, citemos:

A reconciliação, a comunhão e a amizade com Deus. Ao pecar, o homem afastou-se de Deus na sua vontade, e de alguma forma (figuradamente) tornou-se inimigo do Senhor enquanto ficou privado, não do amor divino, mas do efeito desse amor nele, que é a graça. Cristo *reconcilia-nos com Deus* enquanto tira o pecado que nos constitui em «inimigos» de Deus, e enquanto nos dá a graça que nos une a Deus, nos torna participantes da sua vida íntima e *nos constitui em seus «amigos»*: «Quando éramos inimigos, fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho» (Rom 5,10).

A renovação interior do homem. A graça de Cristo não só ordena o coração do homem para Deus e o liberta do pecado, como traz consigo uma verdadeira renovação de todo o seu ser ao torná-lo participante da vida divina. Esta transformação é tão profunda que o pecador se torna como que um «*homem novo*» «criado conforme a Deus em justiça e santidade verdadeiras» (Ef 4,24). Já não tem somente a condição humana, mas também agora participa da natureza divina, é santo e filho de Deus: «Aquele que está em Cristo é uma *nova criatura*» (2 Cor 5,17).

A libertação da morte e a ressurreição dos corpos. A morte e toda a dor e frustação que nela se sintetiza é pena do pecado (cf. Rom 5,12; cf. Gen 2,17). Ao destruir o pecado em nós, Cristo também nos *liberta da morte* que é uma das suas consequências. Cristo, vencedor da morte, é a causa da *nossa ressurreição* que terá lugar no final dos tempos, quando «o último inimigo a ser destruído for a morte (...) Quando este ser corruptível se revestir de incorruptibilidade e este ser mortal se revestir de imortalidade, então se cumprirá a palavra da Escritura: Tragada foi a morte na vitória. Onde está, Ó morte, a tua vitória? Onde está, Ó morte, o teu aguilhão?» (1 Cor 15,26.54-55).

Atribuição de distintos efeitos da redenção aos diversos mistérios de Cristo

Vimos no capítulo IX que a redenção do homem se deve a todos os mistérios da vida de Cristo, e principal-

mente ao mistério pascal. Agora devemos acrescentar que também se atribuem diferentemente alguns efeitos da redenção à sua Morte na cruz e outros à sua Ressurreição. A razão é que a um determinado efeito se lhe atribui, como causa própria, aquele mistério de Cristo que o origina e que, além disso, tem alguma semelhança com ele, pois cada efeito tem uma semelhança com a sua causa[174]. Vejamos este ponto.

Na reparação da vida da alma podem considerar-se dois aspectos: a remissão do pecado e a nova vida da alma (ainda que se trate de duas facetas da mesma realidade, pois a remissão do pecado realiza-se por infusão da graça). São Paulo distingue estes dois aspectos e atribui-os a distintos mistérios de Cristo, pois diz: «Foi entregue pelos nossos pecados e ressuscitado para nossa justificação» (Rom 4,15). Também a liturgia: «Com a sua morte, destruiu os nossos pecados; com a sua ressureição conduziu-nos à vida eterna»[175].

Assim pois, a *libertação do pecado* atribui-se normalmente à Paixão de Cristo (cf. Ap 1,5; cf. Ef 1,7), e a razão é que, além de ser causa eficiente e meritória da nossa salvação e de ser uma satisfação do pecado, é também causa exemplar de morrermos para nós mesmos, de morrermos para uma vida segundo a carne ou uma vida segundo o pecado.

A vida nova da alma, pelo contrário, atribui-se à Ressurreição de Cristo (cf. Rom 6,4) pois, além de ser causa

[174] Cf. S. TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* III,50,6; *Compendium theologiae*, I cap 239, n. 514.

[175] Prefácio dominical IV do tempo comum; cf. CIC, 654; *S.Th.* III,56,2. ad 4.

eficiente da nossa salvação, é também causa exemplar da nossa nova vida sobrenatural e divina.

E também em reparação da vida corporal se podem considerar dois aspectos: a ressurreição da morte e a restauração da vida.

A destruição da morte atribui-se à Morte de Cristo, e *a nova vida do nosso corpo ou ressurreição* atribui-se à Ressurreição de Cristo (cf. 1 Cor 15,12ss.), por razões semelhantes às mencionadas. Assim diz a liturgia: «Morrendo destruiu a morte, e ressuscitando restaurou a vida»[176].

Os frutos da redenção já são actuais, ainda que sejam escatológicos na sua plenitude

A salvação é uma realidade principalmente escatológica

«O dia da redenção» (Ef 5,30), o dia da libertação completa do pecado e de todas as suas consequências, é escatológico[177]: dar-se-á quando Cristo reaparecer com glória no fim do mundo para estabelecer o seu reino (a «*parusía*», e todos os seus inimigos forem postos debaixo dos seus pés (cf. 1 Cor 15,25); então terá lugar a libertação de todo o mal e da morte mediante a ressurreição, que é «a redenção do nosso corpo» (Rom 8,23). Então alcan-

---

[176] Prefácio pascal I; cf. *S.Th.* III,56,1, ad 3 e ad 4.

[177] O termo «escatologia» deriva do grego (*éskata*, últimas coisas), e significa a ciência dos acontecimentos dos últimos tempos, dos que terão lugar no final do mundo.

çaremos a plenitude da filiação divina (cf. Rom 8,23; 1 Jo 3,3) e a perfeita posse da vida eterna, quando Deus for tudo em todas as coisas (cf. 1 Cor 15,28). Então a criação inteira será renovada no homem (cf. Rom 8,19-22) e haverá «um novo céu e uma nova terra», frutos da redenção (Ap 21,1).

Agora já alcançamos a salvação, ainda que não completa

A salvação é uma realidade que «já» começou no tempo presente. «Agora é o dia da salvação» (2 Cor 6,2). Deus já «nos salvou (...) por meio do banho de regeneração e de renovação do Espírito Santo, que derramou que difundiu sobre nós abundantemente por meio de Jesus Cristo nosso Salvador» (Tit 3,5).

Por meio de Cristo, mediante a fé e os sacramentos, já temos acesso ao Pai mediante um mesmo Espírito (cf. Ef 2,18), e já somos participantes da natureza divina (cf. 2 Pd 1,4), já recebemos a adopção de filhos (cf. Jo 3,1-2), já fomos justificados pela sua graça e recebemos o perdão dos pecados.

Mas, como dissemos, *«ainda não» é completa a salvação do homem*. É que, segundo o desígnio divino, os efeitos da redenção comunicam-se aos membros de Cristo com uma certa ordem, pois estes devem imitar a sua Cabeça. E assim como Cristo teve primeiro a graça na sua alma juntamente com a passibilidade do corpo, e depois chegou à glória, assim os seus membros recebem

primeiro na alma o «espírito de adopção de filhos» (Rom 8,15) vivendo ainda num corpo passível, e depois chegarão à glória imortal: «Se somos filhos, também somos herdeiros: herdeiros de Deus e co-herdeiros de Cristo; mas isto, se sofremos com ele, para ser com Ele glorificados» (Rom 8,17)[178].

A esperança escatológica dos cristãos

Para os cristãos, a chave da história está na Morte e Ressurreição do Senhor: o mundo já está salvo, ainda que não se tenha consumado a obra redentora. Certamente, «agora não vemos ainda que tudo esteja submetido a Cristo» (Heb 2,8), pois neste mundo permanecem os vestígios do pecado, mas os poderes do mal foram vencidos na sua raiz pelo mistério pascal[179]; é como uma guerra em que a batalha decisiva já foi ganha e só resta ocupar o território inimigo para o libertar definitivamente.

A vida da graça que Cristo nos comunica é um início da glória, uma realidade que germinou agora e florescerá perfeita na eternidade (cf. Pd 1,23). Agora já possuímos realmente esta semente de vida eterna e por isso temos a *certeza* de receber os seus frutos em plenitude. Como diz São Paulo: «Fomos salvos na esperança» (Rom 8,24; cf. Tit 3,27). E São Tomás: «Pela Paixão de Cristo, a sua Morte, Ressurreição e Ascensão, fomos libertados do pecado e

---

[178] Cf. *S.Th.* III,49,3, ad 3.

[179] Cf. CIC, 671.

da morte e adquirimos a justiça e a glória da imortalidade; aquela agora já realmente, e esta em esperança»[180].

E assim como tudo o que é imperfeito procura naturalmente o seu fim e perfeição, a Igreja «Enquanto vai crescendo, suspira pela consunação do Reino e espera e deseja juntar-se ao seu Rei na Glória.»[181]: espera a sua plenitude escatológica.

A cooperação especial de Maria Santíssima na obra redentora de Cristo

Segundo o desígnio divino, Maria não só recebeu a mais perfeita participação dos frutos da salvação – foi preservada imune de todo o pecado, cheia de graça, elevada ao céu e glorificada em corpo e alma –, como também foi associada de modo singular e eminente à pessoa de Cristo e à sua obra redentora.

A sua cooperação na obra da salvação. Ela, desde o momento da concepção de Cristo, esteve intimamente unida a seu Filho e «Cooperou de modo singular, com a sua fé, esperança e ardente caridade, na obra do Salvador, para restaurar nas almas a vida sobrenatural. É por esta razão mãe nossa na ordem da graça»[182]. Toda a vida de Maria, a «escrava do Senhor», foi uma entrega fiel cheia

[180] Cf. S. TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* III,50,6; *Compendium theologiae*, I cap 241, n. 520.

[181] LG, 5; cf. n. 48.

[182] LG, 61.

de generosidade e abnegação para servir o plano redentor do seu Filhos.

E «esta maternidade de Maria perdura sem cessar na economia da graça (...) até à realização plena e definitiva de todos os escolhidos. Com efeito, depois de elevado ao céu, não abandonou esta missão salvadora, mas com a sua múltipla intercessão continua a atrair-nos os dons da salvação eterna.[183].

Maria é Mediadora na obra salvífica de Cristo. O que dissemos de toda a Igreja, enquanto instrumento de Cristo para comunicar a salvação aos homens, diz-se *singularmente* de Maria Santíssima, e de modo mais perfeito, uma vez que a Virgem é o tipo e a figura da Igreja[184], e Mãe de todos os fiéis.

Maria participa de modo singular na obra salvífica de Cristo, único mediador entre Deus e os homens: foi feita mediadora unida ao seu Filho e «a Igreja não duvida em atribuir a Maria um tal ofício subordinado: experimenta-o continuamente e recomenda-o ao coração de todos os fiéis para que, apoiados nesta protecção maternal, se unam mais intimamente ao Mediador e Salvador»[185]. Esta «cooperação de Maria (...) participa da universalidade da mediação do Redentor, único Mediador»[186]. Assim,

---

[183] LG. 62.

[184] Cf. LG. 63-65).

[185] LG, 62. «Todo o influxo Salvador da Virgem Santíssima sobre os homens, se deve ao beneplácito divino (...) funda-se na sua mediação e dela depende inteiramente, haurindo aí toda a sua eficácia; de modo nenhum impede a união imediata dos fiéis com Cristo, antes a favorece» (LG. 60).

[186] JOÃO PAULO II, Enc. *Redemptoris Mater*, 40.

pois, Maria intervém – unida a seu Filho – na salvação de todos e cada um dos homens, na comunicação de todos os frutos da redenção e na dispensa de todas as graças. Maria é realmente a Mãe que nos comunica a vida sobrenatural e que cuida amorosamente de cada um de nós.

«*Ad Iesum per Mariam*»: é uma lição e como que uma consigna surgidas na vida bimilenária da Igreja. Por Maria alcançamos a união com o Salvador; por ela temos as graças necessárias para viver como filhos de Deus e alcançar a bem-aventurança eterna; e por ela temos parte na salvação que Deus nos dá por meio de Jesus Cristo.

BIBLIOGRAFIA

Alguns documentos do Magistério da Igreja

JOÃO PAULO II, Enc. Redemptor hominis, 1979.

JOÃO PAULO II, Catequesis sobre el Credo, em Creo en Jesucristo, Palabra, Madrid 1996.

CONGR. PARA A DOUTRINA DA FÉ, Decl. Mysterium Filii Dei, 1972.

CONGR. PARA A DOUTRINA DA FÉ, Instr. Libertatis nuntius, 1984.

CONGR. PARA A DOUTRINA DA FÉ, Instr. Libertatis conscientia, 1986.

CONGR. PARA A DOUTRINA DA FÉ, Decl. Dominus Iesus, 2000.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, p. I, secção 2, cap. 2, nn. 422-682.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL ESPANHOLA, COMISSÃO EPISCOPAL PARA A DOUTRINA DA FÉ, Cristo presente na Igreja. Nota doutrinal sobre algu-

mas questões cristológicas e implicações eclesiológicas, 1992.

S. JOSEMARIA ESCRIVÁ, Caminho, 382.

Cf. CONC. VATICANO II, Optatam totius, 16.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA (CIC), 423.

CIC, 434.

Cf. 2 Pd 1, 16; 1 Jo 1,1-3. Ainda que os hagiógrafos tenham um papel importante na redacção desses livros (escolhendo algumas das coisas que já se transmitiam por palavra ou por escrito, resumindo outras, ordenando-as segundo diferentes critérios, ou explicando o seu sentido), preocuparam-se sobretudo em transmitir fielmente o que eles próprios (Mateus e João) tinham visto e ouvido, ou o que ensinaram outras testemunhas oculares (cf. Lc 1,1-4). De modo que os Evangelhos nos «comunicam fielmente o que Jesus, Filho de Deus, vivendo entre os homens, fez e ensinou realmente para a salvação deles, até ao dia em que foi levantado ao céu (...) Comunicam-nos a verdade sincera acerca de Jesus». DV, 19.

DV, 10.

S. JOSEMARIA ESCRIVÁ, Cristo que passa, 106.

LG, 55; entre muitos outros testemunhos.

S. IRENEU, Adversus haereses, 3,19,1. Cf. CCE, 460.

C. S. TOMÁS DE AQUINO, Summa theologiae, (S. TH.) III,1,2.

CIC, 459.

GS 13.

CONC. VATICANO II, Ad gentes, 8.

Cf. S. Th. III, 46,2 ad 3.

CIC, 435.

Cf. Gen 13,14-17; 17,1-9; 18,17-19; 22,13-18.

Todavia, muitos judeus não entenderam a união rei-profeta e esperavam esse «profeta» excepcional e o Messias, como duas pessoas diferentes (cf. Jo 1,20-21; 7,40-41).

São: Is 42,1-9; 49,1-7; 50,4-9; 52,13-53,12.

Cf. 1 Sam 9,16; 10,1; 16,1.12-13; 1 Re 1,39.

CIC, 436.

GS, 10.

S. Th. II,30,1.

CIC, 495.

Este modo de expressar o todo pela parte (o homem pela carne) é habitual na Escritura: cf. Is 40,5; Jb 19,26; 1 Cor 1,29; 2 Cor 7,5; 1 Pd 1,24; etc.

CIC, 463.

Cf. CONC. DE CONSTANTINOPLA, DS, 149.

Símbolo Quicumque, DS, 76.

Cf. CONC. VIENENSE, DS, 900; 902; S. Th. III, 2,5.

Os arianos afirmavam, além disso, que o Logos (o Verbo), ao não ser Deus mas sim inferior a Ele, tinha uma natureza passível e podia unir-se ao corpo de Cristo desempenhando a função de alma, podendo sofrer, entristecer-se e experimentar as fraquezas próprias da humanidade. Quer dizer, para eles, o Verbo não assumiu uma natureza humana íntegra, mas só a carne.

Cf. CONC. DE NICEIA, DS, 126; 130.

Símbolo Quicumque, DS, 76.

Cf. DS, 3427 ss.

Cf. Gal 4,4; Rom 8,3ss.; 1 Tim 3,16; Jo 3,16ss.; etc.

Cf. Col 1,13-20; Heb 1.1-5; 1 Jo 1,1-2; 5,20; etc.

Cf. CIC, 441.

Esta mesma distinção entre Jesus, o Filho, e os outros servos de Deus aparece em Heb 1,1-3.

CONC. DE ÉFESO, DS, 251.

Em grego «fysis» significa natureza. O termo monofisismo, provém de «uma natureza».

CONC. DE CALCEDÓNIA, DS, 301-302.

Cf. S. TH. III,2.1.

Símbolo Quicumque, DS, 76.

Cf. Símbolo Quicumque, DS, 76: «Como a alma racional e o corpo formam um só homem; assim, Cristo é um, sendo Deus e homem».

CIC, 468.

S. Th. III, 2,2, ad. 2.

S. Th. III,2,2 ad 2.

Cf. DS, 595; 611; 619; 852. Entenderemos melhor esta verdade se tivermos presente que a filiação é uma relação de uma pessoa no que respeita a outra que a gerou e lhe comunicou a sua natureza específica. Assim, a filiação divina adoptiva é e relação do homem que recebeu a vida divina participada, a graça, respeitante a Deus que lha comunicou. Esta filiação adoptiva «não é uma qualidade sobrenatural» recebida de Deus que transforme o homem fazendo-o divino por participação, como é a graça santificante.

Cf. CONGR. PARA A DOUTRINA DA FÉ, Declaração, O mistério do Filho de Deus, 3.

GS, 22,2; Cf. CIC, 470.

Cf. S. Th. III,2,10; III,6,6; III,7,13; etc.

Cf. S.Th. III,7,1,ad 1; III,7,9 ad 2.

CF. S. LEÃO MAGNO, DS, 293-294; CONC. CALCEDÓNIA,DS, 301.

Cf. CONC II DE CONSTANTINOPLA, DS, 434; CONC. DE FLORENÇA, DS, 1347.

GS, 22.

S. Th. III,9,4.

Cf. DS, 3645; PIO XII, Enc. Mystici corporis (DS, 3812) e Enc. Haurietis aquas (DS, 3924).

DS, 3646.

Cf. Mc 2,8; Jo 1,47-49; 2,25; 4,17-18.

Cf. DS, 3432-3435.

CIC, 474.

DS, 3646. Cf. DS, 474-476; CONC LATERANENESE (a. 649), DS, 518-519.

COMISIÓN TEOLÓGICA INTERNACIONAL, La conciencia que Jesus tenia de si mismo y de su misión, em Documentos 1969-1996, BAC 587, p. 382-384.

Em grego «energeia» significa poder, actividade. Os termos monoergetismo ou monoergismo provêm de uma «operação ou acção».

Em grego «thélema» significa vontade. O termo monotelismo provém de «uma vontade».

Cf. DS 500-515.

CONC. III DE CONSTANTINOPLA, DS 556.

Cf. S. Th. III, 18,1, ad 2; III, 20,1.

Cf. DS, 423, 502.

SÃO TOMÁS DE AQUINO, De Veritate, q. 24, a. 1; cf. S. Th. III,18,4.

CONC. III DE CONSTANTINOPLA, DS, 556.

V. g.: Ao dizermos de alguém que «fez a sua vontade», referimo-nos a que fez o que lhe apetecia naturalmente ou guiando-se simplesmente pela sua inclinação sensível.

CIC, 475; cf. CONC. III DE CONSTANTINOPLA, DS, 556-559.

CONC. III DE CONSTANTINOPLA, DS, 557.

S. LEÃO MAGNO, DS, 294.

S. TOMÁS DE AQUINO, Compendium theologiae, cap. 212, n. 419; cf. S.Th. III,19,2, ad 3-4.

Cf. CONC. LATERANENSE, ano 649, DS, 515.

Cf. DS, 299; S. TOMÁS DE AQUINO, S. Th. III, 15,4-9; Compendium theologiae, cp. 232.

CIC, 478.

Cf. S. JOSEMARIA ESCRIVÁ, Cristo que passa, 164.

CIC, 478.

S. AGOSTINHO, Confissões, 1,1,1.

É o caso de atribuir paixões a Deus (a tristeza, a ira, a vingança); ou o que supõe falta de bondade n'Ele (odiar ou causar o mal a alguém); ou falta de providência (não proteger ou abandonar alguém); ou o que supõe mudança n'Ele (arrepender-se, ser agravado ou ofendido pelo pecado, perdoar), etc.

Cf. COMISIÓN TEOLÓGICA INTERNACIONAL, Cuestiones selectas sobre Dios redentor (1994), em Documentos 1969-1996, BAC, pp. 511-512; 527.

Santo Ireneu, Orígenes e São Gregório de Nissa.

Posteriormente os protestantes liberais do século XIX, e outros, seguiram esta mesma teoria.

Por vezes a oratória popular protestante, inclusivamente a católica, interpreta erróneamente em sentido literal e penal a passagem de Isaías, que é metafórico: «Ele foi ferido pelas nossas rebeldias, moído pelas nossas

culpas. Ele suportou o castigo que a paz nos traz, e com as suas feridas fomos curados (Is 53,4-5).

Cf. CIC, 616.

Cf. S. Th. III, 46,1, ad 3; III,46,2 ad 3.

Cf. PIO XII, Enc. Haurietis aquas, AAS 48 (1956), p. 321-322.

CONGR. PARA A DOUTRINA DA FÉ, Decl. Dominus Iesus, n. 1.

Ibídem, n. 21.

Cf. Também: Gal 3,19-20; Heb 8,6; 9,15; 12,22-24.

Cf. LG, 8, 62; CONC. VATICANO II, Ad gentes, 3; Decl. Dominus Iesus, 13-15; etc.

Cf. LG, 62.

Cf. S.Th. III,26,2; III,7,1.

Etimologicamente «sacrifício» provém de sacrum facere, fazer de Deus algo que era do homem.

Noutros textos do Novo Testamento reconhece-se a Jesus esse mesmo ofício ainda que não se lhe outorgue o título de sacerdote (v. g.: Ele ofereceu a sua vida como um sacrifício; cf. Mc 14,24 e par.; Ef 5,2M Jo 10,17-18; etc.). talvez se omita esse título para evitar uma possível confusão entre os primeiros fiéis se se identificasse a figura e a obra de Cristo com a dos sacerdotes judeus ou pagãos que podiam servir-lhes de referência.

DV,2.

Cf. CIC, 65.

GS, 22.

Cf. S. TOMÁS DE AQUINO, In III Sent. D 13, q 2, a 1; S.Th. III,8,1; De Veritate, q 29, a 4.

Todavia, Cristo enquanto Deus não tem essa conformidade connosco e por isso é nossa Cabeça segundo a sua divindade.

A graça eminente de Cristo enquanto se comunica aos seus membros, enquanto é princípio da salvação dos seus membros, chama-se graça capital.

GS, 22.

Como podemos ver, a acção vicária de Cristo como nossa Cabeça não tem o sentido que lhe outorga a «substituição penal», que rejeitámos.

S. TOMÁS DE AQUINO, De Veritate, q 29, a 5.

CONC. VATICANO II, Sacrosanctum concilium, 5.

Cf. Rom 5,9; Ef 1,7; Col 1,20; Heb 9,14; 13,12; 1 Pd 1,19; 1Jo 1,7; Ap 1,5; 5,9-10; etc.

CIC, 517. A razão é – como veremos depois – que a Paixão de Cristo nos liberta do pecado por mais títulos. Além de ser a causa eficiente da nossa salvação (como o é a Ressurreição), mereceu-a, e também constitui uma satisfação pelo pecado: só ele é o preço da nossa redenção. E a própria exaltação gloriosa de Cristo deve-se ao mérito da sua Paixão (cf. Flp 2,8-9; Heb 2,9).

Cf. CIC, 517.

Cf. Prefácio I de Natal

CIC, 516.

GS, 22.

CIC, 526.

CIC, 529.

CIC, 530.

S. JOSEMARIA ESCRIVÁ, Forja, 688.

S. JOSEMARIA ESCRIVÁ, Cristo que Passa, n. 47.

CIC, 534.

CIC, 536.

CIC, 536.

Jesus ao longo da sua vida rejeitou outras tentações

semelhantes provenientes do seu ambiente (cf. Mt 27,42), e inclusive dos seus discípulos (cf. Mt 16,21-23), contrárias ao plano do Pai e à sua missão redentora.

CIC, 549.

Cf. CIC, 550.

CIC, 764.

Cf. CIC, 599, 600.

Torna-se sempre difícil encontrar uma resposta para a dor, mas é impossível a quem considera como valores supremos os bens materiais (por exemplo, a saúde e o bem-estar material). Sem uma visão de fé o homem não pode entender que a posse da vida eterna vale muito mais que ganhar todo o mundo.

CF. CONC. DE TRENTO, DS, 1690; CIC, 1472, 1459.

Os defeitos morais, que também derivam do pecado (a privação da graça, a ignorância, a desordem moral, etc.), não servem para reparar o homem caído: antes são impedimentos; mais, são parte da desordem que há que eliminar (cf. S. TOMÁS DE AQUINO, S. Th. III,14,1; III,46,4, ad 2; Compendium theologiae, cap 226, nn. 471-474).

Cf. 1 Cor 15,56; CIC, 602; S. TOMÁS DE AQUINO, S. Th. III,14,1; III,46,4, ad 2; Compendium theologiae, cap 227, n. 475).

Convém ter em conta que quando a Sagrada Escritura diz que Jesus morreu «por nós» ou «por todos» (cf. Rom 5,8; 2 Cor 5,15) ou «pelos nossos pecados» (cf. 1 Cor 15,3; Gal 1,4), expressa o motivo que da morte de Cristo, ou seja, a «causa final» da sua Paixão, que é a salvação dos homens e a libertação do pecado, como

vimos no capítulo II. E quando diz que padeceu e foi reprovado «pelos judeus» (cf. Lc 9,22; 17,25), expressa quem foram os autores desses padecimentos, quer dizer, a «causa eficiente» da sua Paixão, constituída pelos que o crucificaram, seus executores.

Cf. CIC, 574-594.

Cf. A parábola dos vinhateiros infiéis de Lc 20,9-19, ou a proposta de Caifás de Jo 11,49-50.

Por um lado tiveram ignorância, pois o próprio Jesus disse: «Pai, perdoai-lhes porque não sabem o que fazem» (Lc 23,34; cf. Act 3,17). Mas por outro lado foram culpados, como também o Senhor assinala: «Não têm desculpa do seu pecado (...) Se não tivesse feito entre eles obras que nenhum outro fez, não teriam pecado; mas agora não só viram, como me aborreceram a mim e a meu Pai» (Jo 15,22-24).

CONC. VATICANO II, Nostra aetate,

CIC, 606.

LG, 3.

CONC. TRENTO, DS, 1529; cf. CC, 617.

Veja-se o dito no capítulo VII sobre o sentido teológico das expressões analógicas.

Cf. S. Th. III,14,1 ad 1; cf. S. Th. I-II, 87,6-8; CIC, 616; CONC. DE TRENTO, DS, 1690.

CONC. TRENTO, DS, 1529.

Este é o sentido das expressões metafóricas de São Paulo que, por vezes, são mal interpretadas (como é o caso de Lutero e de outros): «a quem não conheceu pecado, Deus o fez pecado por nós» (2 Cor 5,21); «redimiu-nos da maldição da Lei fazendo-se por nós maldição» (Gal 3,13). Cf. CIC, 602-603.

SANTO AGOSTINHO, De civitate dei, 10.

Cf. CIC, 2009-2100.

Cf. S. Th. III,22,4, obie. 2 e Ad 2. O Catecismo da Igreja Católica expõe a Paixão de Cristo centrando-se na noção bíblica de sacrifício, mas assinala que o seu valor salvífico está em relação com o mérito e a satisfação que encerra (cf. CIC, 615-617).

Por parte dos que crucificaram Cristo a Paixão não foi nenhum sacrifício, mas sim iniquidade; mas por parte de Cristo, que padecia livremente e por amor, foi um acto supremo de entrega, um verdadeiro sacrifício.

Cf. SANTO AGOSTINHO, De Trinitate, IV: « Considerando que há quatro aspectos em cada sacrifício, isto é: a quem se oferece, quem o oferece, o que se oferece, e por quem se oferece; resulta que o único e verdadeiro Mediador nos reconcilia com Deus pelo seu sacrifício de paz, sendo uno com Aquele a quem oferecia, fazendo-se um com aqueles pelos quais oferecia, sendo um mesmo quem oferecia e o que oferecia».

Cf. S. Th. III,56,1, ad 3: «Todas as coisas que Cristo fez ou padeceu na sua humanidade foram-nos salutares pelo poder da divindade (...) E este poder alcança com a sua presença todos os lugares e os tempos, e tal contacto virtual basta para explicar esta eficiência». Cf. S. Th. III,52,8; III, 48,6, ad 2.

Cf. CIC, 478.

Esta expressão é um tópico que se difundiu também entre alguns católicos. Para justificar que a Ressurreição não é um facto histórico, aduz-se frequentemente que ninguém foi testemunha ocular desse acontecimento e que nenhum evangelista o descreve: portanto, ninguém

poderia dizer como sucedeu fisicamente. É um raciocínio tão néscio como negar a realidade histórica da morte de uma pessoa, cujo cadáver estamos contemplando, pela simples razão de não ter visto o transe da sua morte.

CIC, 643.

CIC, 644; cf. 656.

CIC, 647.

CIC, 648; cf. Act 3,15; 4,10; 10,40; etc.

Cf. PAULO VI, Solemnis professio fidei, 30.VI,68, n. 12; CONC. XI DE TOLEDO, DS, 539.

CIC, 645.

CIC, 638.

Cf. CIC, 653.

CIC, 655.

«A nuvem» e «o céu» são sinais bíblicos habituais da glória divina.

Cf. CIC, 663.

Cf. DS10; 13; 14; 40; 41; 42; 44; 46-47; etc

Missal Romano. Prefácio da solenidade da Ascensão; cf. CIC, 661; S. Th.III, 57,6.

CIC, 731.

Prefácio da Missa da solenidade de Cristo Rei do universo.

Cf. CONGR. PARA A DOUTRINA DA FÉ, Decl. Dominus Iesus, n. 10; cf. nn. 13 e 14.

CONC. DE QUIERCY, DS, 624; cf, CONC. VATICANO II, Ad gentes, 3.

S. TOMÁS DE AQUINO, Super Ep. Ad Ephesios, cap 2, lect 5, n 121. Cf. CONGR. PARA A DOUTRINA DA FÉ, Decl. Dominus Iesus, n. 12.

LG, 48; cf. CONGR. PARA A DOUTRINA DA FÉ, Decl. Dominus Iesus, n. 12.

LG, 14.

Cf. S. JOSEMARIA ESCRIVÁ, Cristo que passa, 104: «Na vida espiritual não há uma nova época a que chegar. Já está tudo dado em Cristo, que morreu, ressuscitou, e vive e permanece sempre. Mas há que unir.-se a Ele pela fé, deixando que a sua vida se manifeste em nós, de forma que possa dizer-se que cada cristão não é já alter Christus, mas sim ipse Christus, o próprio Cristo!».

Ainda que o baptismo já nos incorpore em Cristo e no seu Corpo místico, essa união é tão só o início da mais plena união que tem lugar com a Eucaristia, á qual aquela primeira se ordena: Cf. CONC. VATICANO II, Unitatis redintagratio, 22.

Cf. CONGR. PARA A DOUTRINA DA FÉ, Decl. Dominus Iesus, n. 20-23.

CONC. VATICANO II, Ad gentes, 7;; cf. GS, 22; CIC, 847.

Cf. S. TOMÁS DE AQUINO, S. Th. III,50,6; Compendium theologiae, I cap 239, n. 514.

Prefácio dominical IV do tempo comum; cf. CIC, 654; S.Th. III,56,2, ad 4.

Prefácio pascal I; cf. S.Th. III,56,1, ad 3 e ad 4.

O termo «escatologia» deriva do grego (éskata, últimas coisas), e significa a ciência dos acontecimentos dos últimos tempos, dos que terão lugar no final do mundo.

Cf. S.Th. III,49,3, ad 3.

Cf. CIC, 671.

Cf. S. TOMÁS DE AQUINO, S. Th. III,50,6; Compendium theologiae, I cap 241, n. 520.

LG, 5; cf. N. 48.
LG, 61.
LG, 62.
Cf. LG, 63-65).
LG, 62. «Todo o influxo salvífico da Bem-aventurada Virgem em favor dos homens (...) nasce do divino beneplácito e da superabundância dos méritos de Cristo, apoia-se na sua mediação, dela depende totalmente e da mesma tira toda a virtude; e longe de impedi-la, fomenta a união imediata dos crentes com Cristo» (LG, 60).
JOÃO PAULO II, Enc. Redemptoris Mater, 40.

ÍNDICE

PRÓLOGO 9

Capítulo I. INTRODUÇÃO: A CRISTOLOGIA, CIÊNCIA TEOLÓGICA ACERCA DE JESUS CRISTO 13

O tratado teológico sobre Jesus Cristo 13
O objecto da cristologia 13
O mistério de Cristo 14
A fé e a razão humana ante o mistério de Cristo 15
Necessidade da fé para conhecer Cristo 15
O papel da razão ante o mistério de Cristo 17
A chamada «questão histórica» sobre Jesus Cristo e a pretendida distinção entre o Jesus da história e o Cristo da fé 18
A procura do «Jesus da história» com um método exclusivamente racional 18
Crítica dos pressupostos racionalistas da distinção entre o Jesus da história e o Cristo da fé . 21
O método teológico 22

O ponto de partida e fontes da cristologia 22
O recto uso dos métodos histórico-críticos ou literários 23
Estrutura deste manual 24

PRIMEIRA PARTE: A PESSOA DE JESUS CRISTO

Capítulo II. A VINDA DO FILHO DE DEUS NA ECONOMIA DIVINA DA SALVAÇÃO 29

Para que veio o Filho de Deus ao mundo? 29
O Filho de Deus veio a mundo para salvar os homens 30
Há outras razões para a sua vinda ao mundo, mas todas elas estão compreendidas na salvação dos homens ou a ela se ordenam 31
A salvação é obra da misericórdia divina e dom de Deus 33
O homem, só com as suas forças naturais, não pode alcançar a salvação 33
A Encarnação é obra do amor e da misericórdia de Deus 34
Liberdade divina na Encarnação 35
O nome de «Jesus» 36
Anúncio da vinda do salvador, o Messias esperado. 37
Promessas do Redentor 37
Profecias sobre o Messias rei 38
Outras profecias acerca de Jesus 40
Profecias sobre o Messias rei e profeta 40

Profecias sobre o Messias rei e sacerdote 41
Profecias sobre o sacrifício de Cristo 41
A figura do Filho do homem 42
O nome de «Cristo» 43
Cristo é o centro da história humana 44
As genealogias de Cristo e a história humana ... 44
A Encarnação dá sentido a toda a história 45

Capítulo III. A REALIDADE DA ENCARNAÇÃO DO FILHO DE DEUS 47

A vinda do Filho de Deus ao mundo, concebido da Virgem Santa Maria 47
A anunciação a Maria e a concepção de Jesus ... 47
A Encarnação é obra do Espírito Santo 48
Maria é a Mãe de Deus 49
«O Verbo se fez carne»: a Encarnação 50
Jesus Cristo é perfeito homem 50
A realidade do corpo de Cristo
A heresia do docetismo gnóstico 50
A realidade da alma de Cristo
A heresia do apolinarismo 51
Cristo teve uma verdadeira natureza humana, composta de alma e corpo 53
Jesus Cristo é perfeito Deus 53
As heresias do adopcionismo e do arianismo, e o concílio de Niceia 54
Erros modernos sobre a divindade de Cristo 56
Testemunhos da Sagrada Escritura sobre as prerrogativas divinas de Jesus 57

Testemunho da Escritura sobre a sua pré-existência em ordem ao mundo 58
Testemunhos da Escritura sobre a igualdade de Jesus com o Pai 59
Afirmações explícitas e directas da sua condição divina 59
O nome de «Filho de Deus» na Sagrada Escritura . 61
O título de «Filho de Deus», em geral 61
Jesus é o Filho único de Deus, da mesma natureza do Pai 61

Capítulo IV. O MISTERIO DA UNIDADE PESSOAL DE JESUS CRISTO ... 65

A união das duas naturezas na única pessoa de Jesus Cristo 66
A unidade de pessoa em Cristo.
A heresia nestoriana e o concílio de Éfeso 66
A dualidade de naturezas.
A heresia monofisista e o concílio de Calcedónia. 67
Algumas explicações sobre o mistério da unidade ontológica de Cristo 70
Explicação de algumas noções relativas ao dogma 70
A união absolutamente misteriosa e singular das duas naturezas em Cristo é hipostática, na pessoa 72
A natureza humana de Cristo é íntegra e perfeita, mas não é uma pessoa humana, nem é um sujeito distinto do Verbo 73

A pessoa de Jesus Cristo é divina, eterna e imutável na sua Encarnação e não formada pela união das naturezas: é pessoa do Filho de Deus . 75
A concepção subjectivista da pessoa e a sua incidência na cristologia 76
Algumas teorias recentes sobre a personalidade de Jesus Cristo 77
Crítica destas teorias 78
Modos de expressar a realidade do mistério da união hipostática 78
Unicamente à pessoa de Cristo se atribuem todas as propriedades e acções tanto da sua natureza divina como da sua natureza humana 79
Não se podem atribuir a uma natureza de Cristo as propriedades e acções de outra 80

Capítulo V. CRISTO ENQUANTO HOMEM CHEIO DE GRAÇA E DE VERDADE 83

Qualidades da humanidade de Cristo para ser o instrumento do Verbo na obra da nossa salvação 84
A graça e a santidade de Cristo 85
Aspectos que a santidade de Cristo abrange 85
Cristo enquanto homem é santo porque a sua humanidade está unida ao Verbo e lhe pertence a graça de união 87
Cristo enquanto homem também é santo por graça habitual 87
A plenitude de graça habitual em Cristo 88

As virtudes sobrenaturais, os dons e carismas de Cristo 89
A santidade de vida e a ausência de pecado em Jesus Cristo 91
O conhecimento humano de Jesus Cristo 92
A existência de um conhecimento humano em Cristo 92
O conhecimento experimental ou ciência adquirida de Jesus Cristo 93
A visão beatífica da alma de Cristo 94
A ciência infusa ou profética em Cristo 96
Como se harnomizam em Cristo esses diversos tipos de conhecimento humano? 97
A plenitude de ciência em Cristo e a ausência de erro e de ignorância n'Ele 97
A auto-consciência de Cristo 99
A auto-consciência de Cristo segundo algumas teorias subjectivistas recentes 99
A auto-consciência e o «Eu» de Cristo 99

Capítulo VI. OUTRAS CARACTERÍSTICAS QUE COMPLEMENTAM A FIGURA DE JESUS CRISTO ENQUANTO HOMEM 103

As heresias do monoergismo e do monotelismo. O III Concílio de Constantinopla 104
A vontade humana de Cristo 106
A existência de uma vontade humana de Cristo . 106
A liberdade humana de Cristo 107

A sua livre obediência à vontade do Pai. Em Jesus Cristo não houve oposição entre a vontade humana e a divina 108
As acções humanas de Jesus Cristo 109
A existência de uma operação humana em Cristo. 109
O poder próprio, natural e sobrenatural, das acções de Cristo homem 111
O mérito das acções humanas próprias de Cristo. 112
As acções humanas de Cristo enquanto são instrumento da divindade 113
A afectividade humana de Cristo 114
Os sentimentos e as paixões de Jesus Cristo 115
O amor de Cristo. O Sagrado Coração de Jesus . 116
Fisionomia de Jesus 117

SEGUNDA PARTE: A OBRA REDENTORA DE JESUS CRISTO

Capítulo VII. O MISTÉRIO DA REDENÇÃO .. 125

A condição humana e a libertação do mal 125
O ensinamento da Bíblia sobre a redenção do homem 126
O destino do homem e a felicidade e a origem dos males que padece 126
A salvação do homem é iniciativa e obra de Deus, rico em misericórdia 127
Principais expressões bíblicas sobre a salvação que Jesus Cristo realiza 128

Uma clarificação conveniente: o sentido teológico das expressões analógicas que se aplicam a Deus ... 130
As principais explicações da Tradição patrística sobre a redenção ... 132
Algumas interpretações históricas incompletas ou erróneas sobre a redenção ... 133
Os direitos do demónio ... 134
A interpretação jurídica de Santo Anselmo de Cantorbery ... 134
A redenção como ensinamento por via do exemplo, em Pedro Abelardo ... 135
A redenção como substituição penal, segundo os reformadores protestantes ... 136
Explicações autonomistas e naturalistas nas cidas do subjectivismo moderno ... 137
Síntese teológica do mistério da salvação ... 138
A salvação é dom de Deus Pai, que concilia o seu amor misericordioso y a sua justiça, mediante a redenção levada a cabo por Cristo Jesus ... 138
A salvação é obra do Filho de Deus feito homem e cabeça do género humano: aspecto ascendente e descendente das acções de Cristo ... 140
O Espírito Santo coopera na salvação unindo os homens a Cristo e tornando-os participantes da sua obra redentora ... 142

Capítulo VIII. JESUS CRISTO, MEDIADOR DA NOVA ALIANÇA E CABEÇA DO GÉNERO HUMANO 145

Jesus Cristo. Mediador da Nova Aliança entre Deus e os homens 146
Jesus Cristo é o Mediador da nova e eterna Aliança entre Deus e os homens 146
Cristo é o único Mediador entre Deus e os homens 147
Jesus Cristo é Mediador enquanto homem 149
Cristo medeia entre Deus e os homens exercendo os ofícios de sacerdote, Mestre e Pastor 150
Jesus Cristo, Sacerdote da nova Aliança 151
Cristo., Mestre da verdade: mediador e plenitude da revelação 153
Jesus Cristo, Bom Pastor 154
Cristo é o novo Adão e Cabeça da linhagem humana em ordem à graça 155
Cristo, novo Adão 155
Cristo, Cabeça da linhagem humana em ordem á graça 157
Aspectos de Cristo, Cabeça do génio humano 158
A solidariedade de Cristo com o género humano . 158
Jesus Cristo representa vicariamente todos os homens ante Deus 160
Cristo tem o poder de salvar os homens: Ele é o autor da salvação 161

Capítulo IX. OS MISTÉRIOS DA VIDA TERRENA DE CRISTO E O SEU VALOR REDENTOR 163

Toda a vida de Cristo forma parte do mistério redentor 163
Mistérios da vida de Cristo a que se deve a redenção do homem 163
  Características comuns do valor salvífico de todos os mistérios de Cristo 165
Mistérios da infância de Jesus 167
  O mistério da Natividade 167
  A Epifania 168
  Outros mistérios da infância de Jesus 169
Mistérios da vida oculta de Jesus em Nazaré 169
  A normalidade da vida de Jesus. A sua vida de família e de trabalho, em particular 169
  O episódio do Menino Jesus perdido e achado no Templo 171
Mistérios da vida pública de Jesus 172
  O Baptismo de Jesus no Jordão 172
  No baptismo Jesus manifesta-se como Filho de Deus e Messias, e a partir de então começa o seu ministério público 173
  As tentações do deserto 174
  A pregação de Jesus 175
  Os milagres de Jesus 176
  A convocação dos discípulos 177

Capítulo X. A PAIXÃO E MORTE DE CRISTO E A NOSSA REDENÇÃO 181

O desígnio de Deus Pai sobre a paixão e Morte de Cristo 181
O desígnio divino e a Morte de Cristo 181
Porquê a cruz, nos planos divinos? 182
Deus Pai não é causa directa da Morte do seu Filho; somente a permite 184
Os autores da Paixão e Morte de Cristo 185
Cristo ofereceu-se a si mesmo pelos nossos pecados 188
Cristo voluntariamente aceitou e sofreu a Paixão 188
Cristo padeceu e morreu por obediência 189
Os padecimentos de Cristo na sua Paixão 190
O valor salvífico que a Paixão de Cristo tem para nos comunicar os seus frutos 191
Carácter meritório da Paixão de Cristo 191
Carácter satisfatório da Paixão e Morte de Cristo 192
A Paixão de Cristo satisfaz pelos pecados do mundo 193
Carácter sacrificial da Paixão e Morte de Cristo . 194
Carácter eficiente da Paixão e Morte de Cristo .. 197
A contemplação da Paixão de Cristo 198

Capítulo XI. A GLORIFICAÇÃO DE CRISTO E O SEU VALOR SALVÍFICO 201

A Ressurreição de Cristo, acontecimento histórico e transcendente 202
Teorias que negam a realidade histórica da Ressurreição 202
A revelação afirma indubitavelmente a realidade histórica da Ressurreição 203
A fé na Ressurreição não procede da credulidade dos Apóstolos, mas sim da experiência directa da realidade de Jesus ressuscitado 205
A Ressurreição, além de ser um facto histórico, é também uma verdade de fé, um mistério, que transcende a história 206
A Ressurreição de Cristo é uma obra do poder divino 207
O estado glorioso a humanidade de Cristo ressuscitado 208
Sentido salvífico da Ressurreição de Cristo 209
A Ressurreição revela que Cristo é Deus e o Messias salvador do mundo 210
A Ressurreição de Cristo confirma a veracidade da sua doutrina 211
A Ressurreição de Cristo é a causa da nossa ressurreição e da nova vida da alma 212
A Ascensão de Jesus aos céus 213
A Ascensão do Senhor à direita de Deus Pai, acontecimento ao mesmo tempo histórico e transcendente 214

A Ascensão de Cristo manifesta aos discípulos a glória do Senhor 215
Sentido salvífico da Ascensão e exaltação celeste de Cristo 216
Jesus Cristo, glorioso à direita do Pai, é «o Senhor». E Rei do universo 217
Os títulos de Senhor e Rei 217
Natureza do seu senhorio e do seu reinado 219

Capítulo XII. OS FRUTOS DA REDENÇÃO 221

Unicidade e universalidade do mistério salvífico de Jesus Cristo 221
A comunicação da obra redentora de Cristo aos homens. A redenção objectiva e subjectiva 222
A redenção objectiva e subjectiva 222
O Espírito Santo na comunicação da obra redentora aos homens 224
Cristo comunica a salvação aos homens na Igreja e pela Igreja 225
O que se requer por parte do homem para unir-se a Cristo e participar da redenção 226
Os efeitos da obra redentora de Cristo nos homens . 229
Cristo liberta-nos do pecado 229
Cristo faz-nos participantes da vida divina 230
Outros efeitos da obra de Cristo 231
Atribuição de distintos efeitos da redenção aos diversos mistérios de Cristo 232
Os frutos da redenção já são actuais, ainda que sejam escatológicos na sua plenitude 234

A salvação é uma realidade principalmente escatológica 234
Agora já alcançamos a salvação, ainda que não completa 235
A esperança escatológica dos cristãos 236
A cooperação especial de Maria Santíssima na obra redentora de Cristo 237

BIBLIOGRAFIA 241

Impressão e Acabamento
Bartira
Gráfica
(011) 4393-2911

BIBLIOTECA DE INICIAÇÃO TEOLÓGICA

PLANO GERAL

Introdução à Teologia
Sagrada Escritura
Teologia Fundamental
Deus Uno e Trino
Cristologia
Deus Criador
Soteriologia
A Graça
A Igreja
Os Sacramentos
Doutrina Social da Igreja
Mariologia
Moral Fundamental
Moral Especial
Os Novíssimos
História da Igreja
Direito Canónico
Conhecer a Bíblia

ISBN 978-972-8941-24-6



BIBLIOTECA DE INICIAÇÃO TEOLÓGICA

Questões fundamentais da Ciência ao alcance do leitor de cultura média.

Uma divulgação de qualidade, rigorosa e acessível, ao serviço de um conhecimento mais profundo da nossa Fé.

Publicados:

A Vida da Graça – Iniciação Teológica
Juan Francisco Pozo (n.º 1)

Mãe de Deus e Nossa Mãe – Iniciação Mariológica
António Orozco (n.º 2)

O Direito da Igreja – Iniciação ao Direito Canónico
Dominique Le Tourneau (n.º 3)
(Esgotado)

Conhecer a Bíblia – Iniciação à Sagrada Escritura
Josemaría Monforte (n.º 4)

Os Sete Sacramentos – Iniciação aos Sacramentos
Enric Moliné (n.º 5)

A Igreja – Iniciação à Eclesiologia
José Ramón Perez Arangüena (n.º 6)

Cristãos na Sociedade – Iniciação à Doutrina Social da Igreja
Domènec Melé (n.º 7)

Moral Fundamental – Iniciação Teológica
Aurelio Fernández (n.º 8)

Teologia Fundamental – Manual de Iniciação
Jutta Burggraf (n.º 9)

Deus Uno e Trino – Manual de Iniciação
Gonzalo Lobo Méndez (n.º 10)

O Além – Iniciação à Escatologia
Justo Luis R. Sanchez de Alva
Jorge Molinero (n.º 11)



Av. Almirante Reis 142 - 1º d – 1150-023 Lisboa
Tel.: 213 522 083 – Fax: 212 487 510
dielnet@gmail.com – www.dielnet.com